

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

O PORTUGUÊS NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Para uma Estratégia de Difusão e Implementação da Língua Portuguesa

Anáisa Silva Gordino

**Mestrado em Português Língua Não Materna
Área de Especialização de Política de Língua e Planeamento Linguístico**

2017

UNIVERSIDADE ABERTA



O PORTUGUÊS NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Para uma Estratégia de Difusão e Implementação da Língua Portuguesa

Anáisa Silva Gordino

**Mestrado em Português Língua Não Materna
Área de Especialização de Política de Língua e Planeamento Linguístico**

Dissertação de Mestrado Orientada pelo Professor Doutor Ricardo Salomão

2017

RESUMO

Na era da globalização, as noções de multilinguismo e multiculturalismo podem parecer premissas evidentes e inevitáveis. Contudo, a hegemonia do inglês e a massificação da cultura anglo-saxónica, a par de uma tendência para nacionalismos e regionalismos a que assistimos em anos recentes podem levar-nos a questionar estes princípios e o verdadeiro valor da diversidade.

Neste contexto, as organizações internacionais constituem uma janela para o mundo das línguas de forma mais lata, replicando muitos dos conflitos e jogos de forças entre línguas e culturas que têm lugar na cena internacional.

No presente trabalho de investigação, defendemos que a expansão do português no seio de organizações internacionais é um projeto viável, desde que selecionados os canais adequados e seguidas orientações claras em termos de planeamento linguístico, que privilegiem a cooperação entre países lusófonos e coloquem a adoção do português numa perspetiva de complementaridade à língua hipercentral (Calvet, 1999, 2002).

Partindo da análise da situação atual em organizações internacionais que contam o português como uma das suas línguas oficiais/de trabalho, derivaremos critérios para a seleção de organizações-alvo para a expansão do português, procurando refletir, em paralelo, sobre instrumentos de planeamento da aquisição e planeamento de *corpus* que permitam cimentar o estatuto do português como língua global.

Palavras-chave: política de língua, planeamento linguístico, gestão linguística, organizações internacionais, língua portuguesa

ABSTRACT

In the age of globalisation, the notions of multilingualism and multiculturalism might seem like evident and inevitable premises. However, the hegemony of the English language, along with the tendency for nationalisms and regionalisms that we have witnessed in recent years, may lead us to question these principles and the true value of diversity.

In this context, international organisations are a window to the world of languages in a broader sense, as they mirror many of the conflicts and of the forces brought into play in the relationships between languages and cultures on the world stage.

In this research project, we argue that the expansion of the Portuguese language within international organisations is a viable project, as long as the right channels are chosen, and there are clear guidelines in terms of language planning.

These should make the most of the cooperation between lusophone countries and place the adoption of Portuguese under a light of complementarity towards English, the hipercentral language (Calvet, 1999, 2002).

Starting with the analysis of the current situation in international organisations which already have Portuguese as one of their official/working languages, we will draw some criteria for selecting organisations that should be the target for the expansion of Portuguese. In doing so, we will also reflect on instruments in acquisition planning and *corpus* planning that will allow Portuguese to strenghten its status as a global language.

Keywords: language policy, language planning, language management, international organisations, Portuguese language

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Ricardo Salomão, pelas sugestões e reflexões feitas em diferentes etapas da redação da dissertação de mestrado e durante o seminário que deu origem ao presente trabalho de investigação.

Ao Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, pelos dados obtidos através da colaboração da Dra. Vera Palma, da Dra. Mónica Braz, do Dr. Paulo Serra, do Dr. Miguel Marques e da Dra. Raquel Carinhas.

Ao Miguel, pelas recomendações, pela partilha da sua própria experiência e pelo trabalho de revisão realizado ao longo dos meses de elaboração desta tese de mestrado.

À Gisela, pelo exemplo de entrega e pelo encorajamento em todos os momentos de preparação da tese.

Ao John, por me ajudar a navegar no Excel e por ter navegado ao meu lado os milhares de milhas em que este projeto foi desenvolvido.

À Rita, por ter sempre um ouvido atento e uma palavra sábia, em qualquer fuso horário e em qualquer latitude.

À Sandra, pelo rigor e excelência que sempre foram a sua imagem de marca e que sempre me inspiraram - e, acima de tudo, por ser a prova viva de que é possível conciliar as coisas mais importantes da vida com o sucesso profissional e académico.

À Ana, pela amizade ao longo dos anos e por ser parte da base de apoio com que soube que podia sempre contar.

À Sara, que, à margem dos seus jovens anos, tem sido sempre um exemplo de dedicação e de trabalho e, sobretudo, de carinho e atenção aos outros.

Ao meu pai, pela inteligência e perspicácia das suas observações e pelo apoio incondicional aos meus projetos e ao meu percurso pessoal e profissional.

À minha mãe, por continuar a ser uma referência ao longo dos anos e um dos elementos norteadores da minha vida.

Aos meus avós, pela paciência e boa-disposição, por acreditarem sempre nas nossas capacidades e nos incentivarem a perseguir os nossos sonhos.

Aos muitos membros da minha família de coração, em especial aos F., F., P., S. e K., em Portugal, e P.-P., M., J., I., L., J. e G., em Timor, por me fazerem sempre voltar ao essencial, apreciar o valor do silêncio e (re)começar cada dia com um sorriso...

ÍNDICE GERAL

Resumo	ii
Abstract	iii
Agradecimentos	iv
Índice de Gráficos	viii
Índice de Tabelas	ix
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	x
Introdução	1
Capítulo 1. Política de Língua, Planeamento Linguístico e Gestão Linguística	7
1.1. Inúmeros autores em busca de uma taxinomia: "language policy", "language planning" e "language management"	9
1.1.1. Planeamento linguístico "avant la lettre" e a génese da disciplina de PLPL	9
1.1.2. Período "clássico" em planeamento linguístico	11
1.1.3. Da política ao planeamento: a crítica do período clássico de PLPL	14
1.1.4. Globalização e ecologia das línguas	17
1.1.5. "Language Management Theory": um novo paradigma?	18
1.2. As categorias de política de língua e planeamento linguístico	22
1.2.1. Planeamento de <i>corpus</i>	22
1.2.2. Planeamento de estatuto	26
1.2.3. Planeamento da aquisição	29
1.3. O modelo gravitacional de Calvet: o português como língua supercentral	30
1.4. Sumário e conclusões.....	33

Capítulo 2. Para a Difusão Internacional do Português: Propostas em PLPL e Considerações Metodológicas	38
Capítulo 3. Definições: Língua de Trabalho e Língua Oficial.....	45
Capítulo 4. O Português em Organizações Internacionais: Panorama Atual.....	49
4.1. Identificação e caracterização das instituições em que o português é língua oficial/língua de trabalho	51
4.2. Contextualização da adoção do português como língua oficial/de trabalho em organizações internacionais	58
4.3. “Estudos de caso”	66
4.3.1. A União Europeia (UE).....	67
4.3.2. A União Africana (UA), a SADC, a CEDEAO e o BAfD.....	78
4.3.3. O MERCOSUL e o BID	84
4.4. Situação do português face a outras línguas oficiais/de trabalho	87
4.5. Em jeito de balanço - o português, língua de <i>jure</i> , ou língua de <i>facto</i> ?.....	91
Capítulo 5. Para a Definição de Uma Estratégia de Difusão do Português a Novas Instituições.....	93
5.1. Critérios de prioridade para uma política de alargamento do português a novas organizações.....	94
5.2. Vetores de ação: instituições prioritárias para a difusão e implementação do português	98
5.3. Sumário e Conclusões.....	101
Capítulo 6. Instrumentos de Política de Língua e Planeamento Linguístico e a Implementação do Português em Organizações Internacionais.....	104
6.1. O Acordo Ortográfico de 1990 como instrumento de planeamento de estatuto e planeamento de <i>corpus</i>	105

6.2. O papel do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua no planeamento de aquisição do português em organizações internacionais: desafios e estratégias	110
6.3. Sumário e conclusões.....	112
Conclusões e Considerações Finais	114
Bibliografia	119
Anexos	i
Anexo I. Mapa de Cooperação Interinstitucional da UE na Área da Tradução e Interpretação (2009).....	ii
Anexo II. Evolução do Volume de tradução da DGT por Língua-Alvo (2009 - 2015).....	iv
Anexo III. Organigrama da SADC	viii
Anexo IV. Estrutura Administrativa do BAfD	xi
Anexo V. Indicadores-Chave de Desempenho do BAfD (2014-2016)	xiii
Anexo VI. Organigrama do BID.....	xv
Anexo VII. A Queda do Trem no Brasil.....	xvii

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1 Número de falantes de Português - dados relativos a 2015.....	59
Gráfico 4.2 Número de Falantes de Português como Língua Materna.....	62
Gráfico 4.3 Línguas mais usadas nos debates do Parlamento Europeu (2014)	69
Gráfico 4.4 Distribuição dos funcionários europeus por instituição	71
Gráfico 4.5 Distribuição de tradutores e intérpretes em organismos da UE (2015).....	72
Gráfico 4.6 Percentagem de tradutores/intérpretes por instituição	73
Gráfico 4.7 Número de funcionários da DGT e sua distribuição (2014).....	74
Gráfico 4.8 Serviços de interpretação usados nas reuniões da Comissão Europeia (2016)	76
Gráfico 4.9 Percentagem de traduções para as línguas da UE - língua-alvo (2015)	77
Gráfico 5.1 Países Lusófonos - Percentagem do PIB Mundial (\$US).....	96

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1 As categorias do planeamento linguístico segundo Haugen (1983)	23
Tabela 1.2 Abordagem integrada do planeamento linguístico em Hornberger (2006)	25
Tabela 4.1 Organizações internacionais em que o português é língua oficial/de trabalho ..	55
Tabela 4.2 Dados sobre a percentagem da população que domina o português (2015)	60
Tabela 4.3 Ranking das dez línguas mais faladas do mundo - L1/LM.....	62
Tabela 4.4 Número de Funcionários da DG SCIC por função (2016)	73
Tabela 4.5 Línguas com maior número de dias de interpretação - DG SCIC (2016).....	75
Tabela 4.6 Alunos de Português e Profissionais de Tradução/Interpretação em OI Africanas	79
Tabela 4.7 Pessoal da Direção de Gestão de Conferências e Publicações da UA (2012) ...	80
Tabela 4.8 Dados sobre tradutores e intérpretes no Parlamento Pan-Africano (2012).....	81
Tabela 4.9 Uso do Português em Organizações Internacionais – Presença na Internet	90
Tabela 5.1 Potenciais Organizações-Alvo para a Expansão do Português.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACP	Países da África, Caraíbas e Pacífico (do inglês, African, Caribbean and Pacific Group of States)
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CE	Comissão Europeia
CEDEAO	Comunidade Económica e de Desenvolvimento da África Ocidental
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEN-SAD	Comunidade de Estados do Sahel-Saara
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas
CICL	Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
CICV	Comité Internacional da Cruz Vermelha
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral (do inglês, Common Market for Eastern and Southern Africa)
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana de Futebol
CONSANAT	Confederação Sul-Americana de Natação
CONSUDATLE	Confederação Sul-Americana de Atletismo
CONSUR	Confederação Sul-Americana de Râguebi
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSV	Confederação Sul-Americana de Voleibol
DG INTE	Direção-Geral de Interpretação
DGT	Direção-Geral de Tradução (Comissão Europeia)
DG TRAD	Direção-Geral de Tradução (Parlamento Europeu)
DG SCIC	Direção-Geral de Interpretação e Conferências (do francês, Service Commun Interprétation-Conférences)
EUA	Estados Unidos da América
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FIVB	Federação Internacional de Voleibol

GL	Gestão Linguística
LE	Língua Estrangeira
LM	Língua Materna
LMT	Language Management Theory
LO	Língua Oficial
LPP	Language Policy and Planning
LT	Língua de Trabalho
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
OI	Organizações Internacionais
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazónica
PAB	Plano de Ação de Brasília
PALis	Plano de Ação de Lisboa
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PATHF	Federação Pan-Americana de Andebol (do inglês, Pan-American Team Handball Federation)
PE	Parlamento Europeu
PLPL	Política de Língua e Planeamento Linguístico
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (do inglês, Southern African Development Community)
SELA	Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe
TGL	Teoria da Gestão Linguística
UA	União Africana
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (do inglês, United Nations Education Science and Culture Organisation)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (do inglês, United Nations Children's Fund, originalmente United Nations Children's Emergency Fund)
ZPCAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Bruxelas, setembro de 2015. Numa das muitas manhãs cinzentas da capital da Bélgica (e, poder-se-ia dizer, da Europa), dava-se, numa rua próxima da Embaixada de Portugal e do Parlamento Europeu, que distam apenas alguns metros, um encontro fortuito. Dirigindo-me a um transeunte de fato e gravata, com ar de quem se movia de modo familiar por aquelas paragens, perguntei-lhe, em francês, se poderia indicar-me onde ficava a avenida de Corthenberg. A resposta: "No French, only German and English!".

Repetindo a minha pergunta, desta vez em inglês, a nova resposta do meu interlocutor, com uma marcada pronúncia germânica, foi, uma vez mais, pouco elucidativa: "Sorry, I don't know the name of these streets, I just know that the European Parliament is that way, and the European Commission is that way...".

Este episódio terá, talvez, sido pouco satisfatório ou esclarecedor, no imediato, no que tocava a propósitos de orientação geográfica; mas, à luz das relações entre línguas no mundo contemporâneo, ou, de uma forma mais científica, de questões de política de língua e de planeamento linguístico (PLPL), ou de gestão linguística, como têm sido mais recentemente designadas, a atitude do meu interlocutor - e, subsequentemente, a minha - é, sem dúvida, reveladora.

Numa cidade multilingue, centro de uma região oficialmente bilingue - a região de Bruxelas-Capital tem como línguas oficiais o francês e o neerlandês - a postura do meu interlocutor denota o facto de o francês, por exemplo, ser uma língua dispensável no seu dia-a-dia, embora se possa dizer que esta é a língua oficial dominante em Bruxelas.¹ Consequentemente, e na impossibilidade de me exprimir num alemão fluido ou fluente, a minha opção demonstra também que, face aos contragimentos impostos pelo leque de

¹ Sendo os recenseamentos linguísticos proibidos na Bélgica, em resultado de uma lei de 24 de junho de 1961, os dados mais recentes sobre as línguas faladas em Bruxelas reportam-se ao projeto TaalBarometer/Baromètre Linguistique, de Rudi Janssen, cujos resultados surgem publicados na obra *Le multilinguisme urbain. Le cas de Bruxelles*. (2014). Bruxelas. Editions Racine. Segundo os dados recolhidos, que se baseiam numa amostra de 2500 indivíduos, o francês é a língua mais falada, com cerca de 88% dos inquiridos dominando bem ou muito bem o idioma, seguindo-se o inglês (pouco mais de 29%) e o neerlandês (falado por cerca de 23% dos entrevistados). Note-se que estes dados não são dados relativos a línguas maternas, englobando falantes de língua materna e não materna. De qualquer modo, também a nível de língua materna o francês é dominante: 34% dos inquiridos tem como língua materna única o francês, contra 5% para o neerlandês; quando se tem em conta não apenas os falantes de língua materna única, mas também os que têm mais do que uma língua materna, o número sobe para 63% no caso do francês, enquanto o neerlandês é falado como língua materna por 19% da amostra. Dados disponíveis em <http://www.marnixplan.org/BRUXELLES-MULTILINGUE?lang=fr>. Consultado em 30 de abril de 2017.

línguas disponíveis no nosso repertório comum (porventura, ele próprio um fruto do "mercado das línguas", como o designou Calvet), o único recurso possível para atingir os meus objetivos comunicativos era a língua franca geralmente usada neste tipo de situações - como o é, todos os dias, em milhares e milhares de ruas pelo planeta - o inglês.

De forma ainda mais reveladora, e que nos traz ao que será o objeto deste estudo, o meu interlocutor, visivelmente um funcionário das instituições europeias, tinha feito uma escolha em termos dos instrumentos linguísticos que, a nível profissional, lhe permitiam desempenhar as suas funções, dispensando-se o esforço de aprender (ou adquirir) outros idiomas, incluindo idiomas mais próximos da sua língua materna, como o neerlandês, que poderiam, adicionalmente, facilitar a interação dentro do país onde se encontrava.

Mas eis que surge a questão: seria o domínio de uma outra língua, como o francês ou o neerlandês, realmente um elemento facilitador no quotidiano das necessidades comunicativas daquele indivíduo? Ou seria um fator adicional, cujo valor se esgotaria em si próprio, sem qualquer vantagem a nível pessoal ou profissional naquele contexto específico? Mesmo podendo conjecturar alguns benefícios resultantes da aquisição de uma terceira língua, o meu interlocutor terá concluído que, em termos de custo-benefício, o domínio do inglês representava a melhor relação entre o investimento necessário e os resultados obtidos, adotando uma estratégia de economia de recursos e de esforço, que reflete, afinal, a forma como se tem desenrolado a evolução da espécie humana e muito do desenvolvimento científico e tecnológico conquistado ao longo dos últimos séculos.

Este episódio ilustra, assim, um estado de coisas com que nos deparamos, a nível linguístico, na era da globalização - o domínio do inglês - e muitas das questões com que governos, organismos nacionais e internacionais, sociolinguistas (bem como linguistas "tout court" e sociólogos), economistas, professores e, poderíamos dizer, todos os falantes do planeta se debatem: que língua(s) escolher, quer em termos de aprendizagem de línguas não-maternas, quer, em determinados contextos, no que toca à língua "materna"? Que línguas promover e como justificar a promoção de determinadas línguas em detrimento de outras, seja em família, numa região, num país, ou numa organização internacional? Qual a melhor relação entre os custos relacionados com a promoção de uma língua e os benefícios recolhidos com o seu domínio?

Na clara impossibilidade de analisar todas estas questões, que constituem um domínio vasto, sobre o qual numerosos académicos se têm debruçado - e cujos contributos iremos

retomar em seguida, num capítulo dedicado ao enquadramento teórico - o tópico central do presente estudo é o da gestão e negociação de questões de política de língua e de planeamento linguístico em organizações internacionais, tendo como foco a posição do português nestas instituições.

Esta é uma escolha que deriva, antes de mais, da convicção de que analisar instituições com uma política de multilinguismo e a forma como se joga o estatuto relativo de cada língua nesses contextos constitui uma janela para o mundo do mercado das línguas a nível mais vasto.

Numa segunda instância, estas instituições têm um papel instrumental na definição de políticas de língua nacionais e supranacionais, ao mesmo tempo que colocam no seu seio questões ligadas à diversidade linguística, como o valor da produção de conhecimento e de recursos num leque alargado de línguas.

Finalmente, estas organizações são, em si, um polo de atração para profissionais da área das línguas, como tradutores e intérpretes, com as implicações que daí advêm, nomeadamente em termos financeiros.

Este trabalho baseia-se igualmente na premissa de que a delineação de estratégias de PLPL para o português deve ter em conta o papel que a sua presença em organizações internacionais desempenha, pela visibilidade conferida por esses *fora* à escala global. Essa é uma perspetiva partilhada pelos países da CPLP e ilustrada nos Planos de Ação de Brasília (PAB) e de Lisboa (PALis), os quais estabelecem a implantação da língua portuguesa junto de organizações internacionais como um dos seus objetivos prioritários. Embora consensual e, frequentemente, implícito, este é um aspeto raramente abordado de forma direta na literatura produzida em e sobre a língua portuguesa nesta área - cujos contributos mais relevantes iremos retomar - sendo geralmente mencionado como uma meta importante, mas não analisado em pormenor, e fazendo parte dos objetivos de promoção do português a nível mais geral.

Num momento em que o modelo gravitacional de Calvet (1999 e 2002), que coloca a língua inglesa na posição de "língua hipercentral", parece encontrar ampla confirmação a diferentes níveis, desde a hegemonia nos *media* à preponderância na esfera diplomática, podemos, contudo, interrogar-nos se a defesa do alargamento do uso do português em organizações internacionais não é um projeto votado, à partida, ao fracasso.

Os dados das últimas décadas, e que acontecimentos recentes vieram reforçar, apontam para a coexistência de tendências contraditórias, mas, até certo ponto, complementares. Por um lado, o reforço dos regionalismos e a valorização da diversidade, bem como a abordagem das questões (socio)linguísticas à luz do princípio, nem sempre bem compreendido, da “ecologia das línguas”, contribuiram para uma visão ideal(ista) da diversidade linguística como um valor a defender, a par de outros direitos humanos, e para uma política de abertura e de inclusão no seio de diversas organizações internacionais.

Por outro lado, essa multiplicidade e o estilhaçamento da noção de identidade única e homogénea, a nível linguístico e cultural, aliados a questões práticas e considerações económicas, propiciaram (talvez paradoxalmente) que, sob o manto da diversidade, o papel do inglês como língua franca tenha vindo a estabelecer-se de forma inequívoca.

Mais recentemente, ainda, com eventos internacionais como o resultado do referendo sobre a União Europeia (UE) no Reino Unido e o anunciado "Brexit", a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América (E.U.A.), ou as vagas de migração resultantes de conflitos no Médio Oriente, temos vindo a assistir à propagação de discursos nacionalistas, que parecem anunciar um período de maior fechamento, o que, por sua vez, poderá ter efeitos imprevisíveis na gestão de questões sociolinguísticas e nas relações de poder entre línguas.

Neste panorama, o português, enquanto língua “supercentral”, tem encontrado e irá de certo continuar a encontrar os desafios com que outras línguas nesta posição – como o francês ou o espanhol – se confrontam:

- i) Como manter, ou até mesmo fortalecer, o seu estatuto e encontrar espaços para o seu uso, sem que esses espaços sejam cada vez mais periféricos ou confinados ao mundo da lusofonia (ou das restantes "fonias")?
- ii) Como obter reconhecimento da sua importância, sem que tal se limite a uma proclamação *de jure*, vazia de conteúdo *de facto*?
- iii) Para onde canalizar esforços e recursos, com vista a uma (mais) efetiva implementação do português, tornando-o uma língua mais apetecível?

iv) Como estabelecer solidariedades e alianças com objetivos comuns, nomeadamente com outras línguas supercentrais, em contextos em que o português compete com elas, para além de competir com o inglês?

Estas questões, bem como os princípios que lhes subjazem, constituem as linhas de orientação do presente trabalho de investigação. Após o estabelecimento das bases teóricas e metodológicas que irão suportar a análise efetuada neste estudo, faremos uma retrospectiva da situação atual, a partir dos dados recolhidos junto de organizações internacionais e do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, no que concerne a presença do português nas instituições onde é atualmente língua oficial e/ou de trabalho. Daí derivaremos propostas para um roteiro de difusão do português a novas instituições, estabelecendo previamente os critérios que determinam essas escolhas, e apresentaremos sugestões para uma mais efetiva implementação da língua portuguesa nas organizações internacionais onde já é língua oficial/de trabalho, a par de uma reflexão sobre alguns instrumentos de PLPL e sobre as perspetivas para o futuro da língua portuguesa a nível global.

CAPÍTULO 1
POLÍTICA DE LÍNGUA, PLANEAMENTO LINGUÍSTICO E
GESTÃO LINGUÍSTICA

CAPÍTULO 1. POLÍTICA DE LÍNGUA, PLANEAMENTO LINGUÍSTICO E GESTÃO LINGUÍSTICA

O quadro teórico que serve de alicerce a este trabalho de investigação deve ser visto como um tríptico. Antes de mais, é necessário compreender as noções de política de língua, planeamento linguístico e gestão linguística - *language policy*, *language planning* e *language management* - designações que refletem, elas próprias, a evolução deste campo de estudo. Articulando-se, necessariamente, com esta primeira questão, toca analisar em seguida as diferentes áreas em que este domínio se subdivide, a forma como elas interagem entre si, e de que modo a definição destas áreas está interligada com a história da disciplina. Por fim, retomando o modelo da ecologia das línguas, uma expressão primeiramente usada por Einar Haugen (1966) e expandida posteriormente por diversos autores, entre os quais Calvet (1999, 2002), que a adapta à ideia do "mercado das línguas", serão abordadas as questões que mais diretamente se relacionam com um dos elementos centrais deste trabalho, o estatuto do português no mundo e, em particular, no microcosmos das organizações internacionais.

Tal como num tríptico, as diferentes secções deste capítulo não podem ser entendidas como compartimentos estanques, fazendo antes sentido como um todo. É impossível desligar a génese do campo de PLPL das diferentes áreas que o constituem, na medida em que o seu estabelecimento como um domínio autónomo parte da constatação de que questões e intervenções em áreas como a standardização de línguas, a escolha de línguas oficiais ou a implementação de estratégias para a sua difusão e aprendizagem - exemplos de planeamento de *corpus*, planeamento de estatuto e planeamento da aquisição, respetivamente - deveriam constituir o corpo de uma disciplina nova, no cruzamento entre a sociologia, a antropologia, a história, a política/politologia e a linguística. Por outro lado, a noção de "ecologia das línguas" é precisamente um dos conceitos seminais na área de PLPL e a forma como esse conceito foi apropriado ao longo de décadas por diferentes autores ilustra a mudança de foco em termos de problemáticas dentro deste campo.

Tanto quanto possível, e na medida em que o rigor teórico deve informar a análise dos dados e vice-versa, tentaremos incluir em cada secção deste capítulo referências a casos práticos (alguns retomados da literatura), como ilustração de medidas de PLPL, ou Gestão Linguística, e fundamento para uma reflexão sobre princípios e práticas neste domínio.

1.1. Inúmeros autores em busca de uma taxinomia: "language policy", "language planning" e "language management"

Tal como uma criança é, simultaneamente, o resultado da interação de forças externas ao seu controlo, predeterminadas muito antes da existência, e da influência do ambiente em que cresce, também o campo da política de língua e do planeamento linguístico (PLPL), ou, em abordagens mais recentes, da gestão linguística (GL) - ou "*language management*"- é, em grande medida, um fruto da época em que surgiu, tendo sofrido adaptações ao longo das últimas décadas, resultado natural da evolução do ambiente político e sociolinguístico que procura descrever e a que procura aplicar-se, bem como da perceção, por parte dos autores neste campo, da complexidade e extensão dos fenómenos em causa.

Essas mudanças refletem-se, entre outros aspetos, na terminologia utilizada para delimitar a sua área de estudo e nas tentativas de atualização da taxinomia, cujas nuances serão aqui brevemente analisadas, e que ajudam a explicar as razões pelas quais, ao optar pela designação de política de língua e planeamento linguístico (PLPL), o presente trabalho se posiciona de uma forma específica neste domínio científico e no seu campo de intervenção. Na medida em que as questões de terminologia se encontram interligadas com a história do campo que descrevem, tentaremos articular as fases que constituem a evolução da disciplina da política de língua, do planeamento linguístico e da gestão linguística com a análise das diferentes tentativas de estabelecimento de uma taxinomia e a forma como as tendências nos termos usados revelam a mudança de perspetiva dos estudiosos dentro da própria disciplina.

As ideias principais e implicações para este estudo serão apresentadas no sumário, onde faremos uma breve reflexão sobre a noção de politologia de língua e a necessidade de questionar os motivos e orientações por detrás de propostas em PLPL/GL, incluindo as do presente trabalho.

1.1.1. Planeamento linguístico "avant la lettre" e a génese da disciplina de PLPL

Poderíamos afirmar que as questões de política de língua, de planeamento linguístico ou de gestão linguística são tão antigas como a existência da linguagem humana. A criação de

signos linguísticos para designar a realidade, ou a transmissão de um determinado código verbal, aspetos elementares da história da linguagem e da história de qualquer língua, poderiam facilmente ser considerados como instâncias de política de língua, de planeamento linguístico ou de gestão linguística, desde que compreendidas como escolhas *deliberadas* por parte dos seus falantes.²

Pensando em épocas mais recentes, a opção pelo uso de línguas vernaculares em detrimento do latim (primeiro em contextos seculares e, posteriormente, religiosos), a criação de dicionários e gramáticas em diversos países da Europa a partir do século XVI³, ou diferentes campanhas de escolarização ilustram o facto de que, ainda que não necessariamente designadas como tal, as atividades de PLPL datam de períodos bem mais distantes do que aquele que reconhecemos como o nascimento desta área de estudo, geralmente identificado com o final dos anos '50.

Esta é uma perspetiva partilhada por autores como Cooper (1989), que, num dos textos de referência da disciplina, dá conta de vários exemplos de política de língua e planeamento linguístico "avant la lettre", como a criação da Academia Francesa, em 1634, ou a definição do sistema de ortografia turco, no início do século XX, e nos permite compreender que é, em alguns casos, virtualmente impossível distinguir entre os termos aplicados, ilustrando que a política de língua e o planeamento linguístico andam quase inevitavelmente de mãos dadas.

Nesta linha de pensamento, Neustupný (1993 e 2006), analisando fenómenos socioculturais e a sua relação com questões linguísticas - como meios de produção, ideologias dominantes, níveis de (des)igualdade social e atitudes face a norma e variação linguística - identifica quatro períodos de planeamento linguístico: Pré-Moderno, Início do Período Moderno (*Early Modern*), Moderno e Pós-Moderno. Destes quatro períodos, os dois primeiros incluem exemplos como o da Academia Francesa - já apresentado em Cooper (1989) e considerado aqui um caso de planeamento pré-moderno - e os movimentos nacionalistas na Europa, durante o século XIX ou o Círculo Linguístico de Praga (casos de planeamento do período '*Early Modern*'). Só os dois últimos períodos

² Como veremos, a ideia de intencionalidade e o carácter "deliberado" de opções e comportamentos linguísticos será um dos aspetos centrais na definição da disciplina pela maioria dos autores, embora, de um ponto de vista puramente semântico e epistemológico, possamos perguntar se a noção de "escolha deliberada" não é algo pleonástica...

³ Podemos pensar, a título de exemplo, na Gramática da Língua Portuguesa, de João de Barros, datada de 1540.

coincidem com a existência da disciplina entendida como tal, ou seja, como um domínio científico autónomo, sendo que a fase moderna começaria com Haugen (1959) e o que vários autores consideram como o período "clássico" de PLPL - a perspectiva de uma fase e de uma figura fundadora da disciplina e a sua identificação com Haugen encontra, aliás, consenso na generalidade dos autores, nomeadamente nas panorâmicas sobre a disciplina em Ricento (2000, 2006), ou em Nekvapil (2011).

Ao procurar balizar diferentes fases na abordagem de questões de PLPL, enquanto disciplina de direito próprio, podemos identificar três tipos de fatores, a saber: fatores macrossociopolíticos, ligados a transformações a nível nacional e internacional, tais como a formação ou desintegração de estados, existência (ou apaziguamento) de conflitos, migrações ou a globalização do capital e das comunicações; fatores epistemológicos, associados a paradigmas de saber e investigação que caracterizam diferentes épocas; e fatores estratégicos, os quais se prendem com os objetivos e motivos (explícitos e implícitos) que conduzem a determinadas linhas de investigação ou justificam a adoção de determinadas medidas em PLPL (Ricento, 2000). Estes três fatores permitem, por sua vez, identificar três ou quatro (em abordagens mais recentes) fases de evolução neste campo de estudo, como veremos a seguir.

1.1.2. Período "clássico" em planeamento linguístico

Esta primeira fase (que se inclui no período "moderno" de PLPL), marcada pela descolonização e a formação de novas nações, pelo domínio do estruturalismo nas ciências sociais e pela adoção de uma atitude eminentemente pragmática na definição de estratégias de PLPL - baseada na crença de que as questões linguísticas poderiam ser tratadas numa perspectiva de planeamento centralizado - corresponde, *grosso modo*, ao final dos anos '50 e aos anos '60, ecoando ainda no início dos anos '70, uma época em que a PLPL procura afirmar-se como um campo de investigação.

Os desafios ligados ao mundo político e linguístico do pós-guerra constituíram a matéria-prima para uma geração de sociolinguistas e a semente para esta nova disciplina. Com efeito, em 1968, Fishman notava:

Precisely because the developing nations are at an earlier stage in development [...] the problems and processes of nationhood are more apparent in such nations and their transformations more discernible to the researcher. As a result the developing nations (new

nations') have come to be of great interest to those sociolinguists who are interested in the transformations of group identity in general as well as to those interested in societal (governmental and other) impact on language-related behavior and on language itself.

(Fishman, 1968, *apud* Ricento, 2000: 197-198)

Assim, este período de PLPL, que se inicia com o trabalho fundador de autores como Haugen (1959 e 1966) ou Fishman, Ferguson & Das Gupta (1968) centra-se na resolução de problemas sociolinguísticos a nível nacional, tendo, frequentemente, objetivos de homogeneização e unificação linguística (e política), assumindo que tais seriam condições para a modernização e o progresso de nações emergentes da descolonização, com base no paradigma ocidental - de forma sintomática, Haugen, o "pai" do planeamento linguístico, centra parte significativa da sua obra em questões ligadas ao norueguês, o que, de certo modo, prenuncia que muitas das medidas adotadas terão como base a tradução para novos contextos (os países em vias de desenvolvimento) de propostas aplicadas antes aos países desenvolvidos da Europa e da América, de forma implícita ou explícita.

Como seria de esperar, parte das preocupações desta fase inicial corresponde também à necessidade de definir tipologias e abordagens em PLPL, surgindo as primeiras tentativas de delimitação dos conceitos de política de língua e planeamento linguístico. Contudo, aquilo a que se assiste é a uma relativa fluidez e a frequentes sobreposições no uso dos termos, consoante as necessidades dos autores e os objet(iv)os em causa.

Assim, expressões como "*language engineering*" (Miller, 1950), "*glottopolitics*" (Hall 1951), "*language development*" (Noss, 1967), or "*language regulation*" (Gorman, 1973) coexistem com as designações de "*language policy*" e "*language planning*", com prevalência desta última designação.⁴

As definições de política linguística e de planeamento linguístico (ou a sua distinção) são, nesta fase, imprecisas ou de carácter tentativo. Com efeito, aquela que é talvez a primeira explicitação do termo "*language planning*" demonstra que a terminologia é, frequentemente, aplicada a uma área específica, consoante o domínio de ação dos autores:

By language planning I understand the activity of preparing a normative orthography, grammar, and dictionary for the guidance of writers and speakers in a non-homogeneous speech community. In this practical application of linguistic knowledge we are proceeding beyond descriptive linguistics into an area where judgment must be exercised in the form of choices among available linguistic forms. Planning implies an attempt to guide the development of a language in a direction desired by the planners. It means not only predicting

⁴ Referências citadas por Cooper (1989).

the future on the basis of available knowledge concerning the past, but a deliberate effort to influence it.

(Haugen 1959, *apud* Nekvapil 2011:875)

Esta definição, claramente limitadora, que hoje se considera como correspondendo a um dos tipos de planeamento linguístico - o planeamento de *corpus* - e cujo próprio autor questionaria mais tarde, seria reformulada em Haugen (1969) como "the normative work of language academies and committees, all forms of what is commonly known as language cultivation", também ela uma perspetiva redutora (e centralizadora).⁵ Ainda assim, a ideia da primeira definição de "esforço deliberado" e de influência sobre o comportamento linguístico de terceiros mantém-se uma das pedras angulares em PLPL.

Paralelamente às propostas de Haugen, e sendo este um momento crucial de delimitação do escopo da disciplina, encontramos múltiplas outras definições. Enquanto alguns autores associam a noção de planeamento linguístico a atividades específicas, como a codificação e elaboração de normas ortográficas, gramaticais ou lexicais (Gorman, 1973), ou "the methodical activity of regulating and improving existing languages or creating new common regional, national or international languages" (Tauli, 1974), outros procuram dar definições mais genéricas e abrangentes de planeamento linguístico. Rubin & Jernudd (1971) consideram que a expressão se refere a "*deliberate* language change (...) planned by organizations that are established for such purposes or given a mandate to fulfill such purposes (...) focused on problem-solving".⁶

Por seu turno, Jernudd & Das Gupta (1971), postulam "an approach to language planning as decision-making. We do not define planning as an idealistic and exclusively linguistic activity but as a political and administrative activity for solving language problems in society".

O foco na resolução de problemas é retomado por autores como Fishman (1974) - "the organized pursuit of solutions to language problems, typically at the national level" - ou Karam (1974) - "an activity which *attempts* to solve a language problem, usually on a national scale, and which focuses on either language form or language use or both".⁷

Apesar das variações, um aspeto comum às definições apresentadas neste período é o de colocar a legitimidade (e responsabilidade) da tomada de decisões, devidamente

⁵ Citados por Cooper (1989: 30)

⁶ Sublinhado original.

⁷ Definições retomadas a partir de Cooper (1989).

informadas pelo trabalho "racional" de organismos competentes, ao nível do Governo ou do Estado, numa perspectiva "top-down" das atividades de planeamento linguístico.

Não obstante a atitude eminentemente positiva e positivista acerca do potencial de intervenção do planeamento linguístico sobre problemas linguísticos, sociais e nacionais, surgem, ainda nesta fase clássica, dúvidas quanto à possibilidade de levar a cabo atividades de planeamento linguístico e, também, questões éticas por detrás das escolhas aparentemente "inofensivas" e "apolíticas" em PLPL.⁸

Em geral, podemos considerar que o período clássico se reveste de algumas das características essenciais que virão a moldar este campo de investigação e representa um contributo para a identificação de variáveis relevantes em PLPL, pela compreensão de que este é um domínio que não se limita à (socio)linguística, mas antes engloba questões políticas, sociais e económicas e, como tal, deve constituir-se como um campo multidisciplinar.⁹ Por outro lado, é também neste período que começam a esboçar-se as primeiras tentativas de definição de terminologia e surgem, ainda que inicialmente de forma não muito clara, as noções de *corpus planning* e *status planning*.

1.1.3. Da política ao planeamento: a crítica do período clássico de PLPL

As questões e críticas que surgem no final do primeiro momento serão amplificadas num segundo período, que - na ausência de um consenso entre autores - colocaríamos, sensivelmente, entre o final dos anos '70 e o início dos anos '90.¹⁰

Esta é uma fase em que se verifica o insucesso das tentativas de modernização de muitas das novas nações, as quais se mantinham em larga medida dependentes dos antigos colonizadores, e surge um forte movimento de desconstrução e problematização dos pressupostos do período clássico, assente numa transição do paradigma estruturalista para uma fase pós-estruturalista e numa abordagem em termos de teoria crítica nas ciências

⁸ A esse respeito, o próprio título de Rubin & Jernudd (1971), *Can Language Be Planned? Socio-linguistic Theory and Practice for Developing Nations*, dá o mote para muitas das dúvidas sobre a aplicabilidade de muitas das propostas de PLPL.

⁹ Refira-se, novamente, Rubin & Jernudd (1971): "[Language planning] must consider the facts of language within the fuller social context: it must consider the relevance of economic variables and interests..., the relevance of social variables and interests... the relevance of political variables and the relevance of demographic and psychological variables." (citado em Djité, 1994:74).

¹⁰ Embora estas delimitações sejam feitas *a posteriori*, havendo um contínuo entre as diferentes abordagens e a sua (auto)problematização, procuramos aqui seguir e atualizar algumas propostas de cronologia na área, nomeadamente Ricento (2000) e Nekvapil (2011), os quais apresentam perspetivas ligeiramente divergentes.

sociais, nomeadamente em sociolinguística. Paralelamente, assiste-se a mudanças sociais e económicas, que se traduzem, entre outros aspetos, no progressivo abandono do modelo "racional" de planeamento económico em prol da economia de mercado e na problematização de modelos de intervenção centralizados e centrados no Estado.

Estes são elementos que irão ajudar a explicar o questionamento sobre as teorias e práticas em PLPL da primeira fase e que nos permitem considerar que esta segunda fase de insere já num período pós-moderno.

Característica deste período é a constatação de que as medidas de PLPL nem sempre - na verdade, quase nunca - correspondiam a escolhas totalmente imparciais ou inofensivas do ponto de vista ético. Cobarrubias (1983) constatava, com efeito, que "certain tasks of language planners, language policy makers, educators, legislators, and others involved in changing the status of language or language variety are not philosophically neutral."¹¹

O reconhecimento da impossibilidade de equacionar o planeamento linguístico como uma atividade neutra, eficiente e puramente científica, ou, nas palavras de Djité (1994), da falácia do planeamento linguístico como atividade racional, é outro marco deste período.

A assunção de que o planeamento linguístico não é isento de interferências externas, mas antes surge na confluência de elementos externos com questões linguísticas e, frequentemente, é motivado e tem como fim último objetivos de carácter claramente extra-linguístico é uma das bases do trabalho de Cooper (1989), que se constitui como uma das vozes cruciais para o estabelecimento de uma taxinomia da disciplina e para a conceção de planeamento linguístico enquanto um dos muitos fatores associados à mudança social, política e económica - e por eles condicionado.

A definição de planeamento linguístico é postulada como a aceitação de que as tentativas de regulação do comportamento linguístico são influenciadas por variáveis não-linguísticas e que as escolhas feitas nesse âmbito têm como base perceções (subjetivas) sobre os seus fins e objetivos desejáveis. Para além disso, estas intervenções não se limitam ao nível do Estado e podem ser levadas a cabo por diversos agentes, em contextos variados, e com diferentes alvos. Assim:

Language planning refers to deliberate efforts to influence the behavior of others with respect to the acquisition, structure, or functional allocation of their language codes. This definition neither restricts the planners to authoritative agencies, nor restricts the type of the target group, nor

¹¹ Cobarrubias (1983: 41).

specifies an ideal form of planning. Further, it is couched in behavioral rather than problem-solving terms.

Cooper (1989:45)¹²

Um contributo adicional de Cooper, como podemos entrever nesta definição, é a separação entre três tipos de planeamento linguístico: o planeamento de *corpus*, o planeamento de estatuto e o planeamento da aquisição¹³, que irão ser a base das abordagens contemporâneas em PLPL/GL, o que reflete a estabilização de uma taxinomia da área.

Paralelamente, verifica-se uma tendência para clarificar as noções de política de língua e planeamento linguístico, o que em alguns autores corresponde à ideia de que a política (*policy*) corresponde à tomada de decisões e a sua implementação prática cai sob a alçada do planeamento (*planning*), enquanto noutros leva ao progressivo abandono da designação de política de língua, relegada para a primeira fase e para a conceção da intervenção centralizada do Estado, ou, simplesmente, à fusão dos termos na expressão "language policy and planning" - ou na sua sigla, LPP.

Adicionalmente, instala-se a noção de que o planeamento linguístico não se limita às intervenções de agências governamentais e da multiplicidade de áreas em que a PLPL se desdobra, explicando que o foco de intervenção se desloque do nível nacional para as "comunidades linguísticas" ou "grupos de falantes" - dados também patentes nas questões de Cooper sobre o planeamento linguístico: "What *actors* attempt to influence what *behaviors* of which *people* for what *ends* under what *conditions* by what *means* through what *decision-making process* with what *effect*?"¹⁴

A par destes avanços, se assim os podemos designar, a crítica do período clássico de PLPL consubstancia-se no surgimento de duas ideias cruciais: a noção da ecologia das línguas¹⁵, que será desenvolvida nos anos '90 e que corresponde, nesta fase, à ideia de que em qualquer atividade de planeamento linguístico se deve ter em consideração todas as línguas usadas e a sua interação (Rubin, 1986); e a constatação, a ela associada, de que muitas das intervenções das décadas anteriores teriam tido como resultado o acentuar de assimetrias nos países em vias de desenvolvimento (internamente e face aos países desenvolvidos) -

¹² Sublinhado original.

¹³ O reconhecimento desta última categoria não é imediatamente consensual, considerando alguns autores que este tipo de planeamento (ou a "*language-in-education*") não é mais do que uma forma de difusão e, como tal, se inclui no planeamento de estatuto - cf. Djité (1994: 64) e a sua subdivisão das áreas de PLPL.

¹⁴ Cooper (1989: 98), sublinhado original.

¹⁵ Novamente, uma expressão cunhada por Haugen (1966) e também por ele revisitada em várias ocasiões, nomeadamente Haugen (1987).

uma ideia que se reflete numa obra como a de Tollefson (1991), *Planning language, planning inequality* - correspondendo à subalternização de línguas (minoritárias e não só), em particular face ao inglês - ou, na formulação de Phillipson (1992), a um movimento de *Linguistic Imperialism*.

1.1.4. Globalização e ecologia das línguas

O terceiro período em PLPL, que consideramos inextricavelmente ligado às ideias de ecologia das línguas, e cujas balizas temporais, conseqüentemente, acabam por se sobrepor ao final da segunda fase e ao início da década de '90, traz a consagração de ideias ligadas aos direitos humanos no que toca também às questões linguísticas, ou, de outro modo, à afirmação de "direitos linguísticos". Este movimento surge a par de uma nova ordem mundial, assente na globalização do capital e dos *media* e, de forma cada vez mais inequívoca, da afirmação da cultura anglo-saxónica (em particular dos E.U.A.) e da língua inglesa como as grandes forças dominantes.

O pós-modernismo no discurso científico trouxe consigo a valorização das ideias de diversidade e de pluralismo, cristalizadas, em muitos autores de PLPL, na fórmula de "ecologia das línguas". Paralelamente à defesa da biodiversidade, a visão de um mundo linguístico ameaçado pela hegemonia do inglês, e a conseqüente necessidade de salvaguardar línguas minoritárias, conduziu a um discurso marcadamente militante por parte de alguns autores - em particular Phillipson (1992, 1997) - e a uma conceção de um sistema de línguas em conflito.

As tentativas de proteção de línguas em extinção, ou, de forma mais belicista, a defesa da diversidade linguística face ao "linguicismo"¹⁶, refletem uma postura claramente interventiva, que não é, também ela, isenta de críticas. Com efeito, paralelamente a modelos de revitalização de línguas¹⁷, e às abordagens de pluralidade linguística de modelos de ecologia das línguas (Kaplan & Baldauf, 1997, ou Neustupný, 2006), assentes na ideia de que a diversidade cultural pode influenciar a biodiversidade e vice-versa (Harmon, 1996, por exemplo), perfilam-se autores que encaram como "paternalistas" as tentativas de intervenção em comunidades linguísticas (Ladefoged, 1992) e que defendem

¹⁶ O termo foi cunhado por Skuttnab-Kangas (1986).

¹⁷ Pense-se, a este propósito, no *Reversing Language Shift model* (Fishman, 1991, 2001), ou, de forma mais matizada, no modelo circular "*Catherine Wheel*" proposto por Strubell (1999, 2001).

uma visão darwiniana da evolução das línguas como algo natural. Citando Hymes (1985), Ricento (2000) nota:

Were there no political domination or social stratification in the world, there would still be linguistic inequality (...) Allocation and hierarchy are intrinsic. (...) Effective change in the direction of greater equality will only partly be change in attitude, or removal of external domination; it will be inseparable in many cases from change of social system.

Hymes(1985), *apud* Ricento (2000: 207)

Em qualquer dos casos, o planeamento linguístico desta fase surge ancorado em três fatores cruciais, "ideology, ecology and agency" (Hornberger, 2006), com destaque crescente para a ideia de que os falantes são, eles próprios, agentes das mudanças linguísticas¹⁸, o que, numa perspetiva de economia de mercado, se traduz na conceção dos indivíduos como consumidores, e das línguas - e/ou dos produtos e serviços nelas disponíveis - como bens que, consoante os estímulos do mercado, se podem tornar mais ou menos apetecíveis.

A imagem do "mercado das línguas" será precisamente uma das noções exploradas por Calvet (1999, 2002), cuja proposta de modelo gravitacional constitui também uma abordagem menos militante e mais descritiva do paradigma de ecologia das línguas - e que iremos retomar posteriormente neste trabalho.

1.1.5. "Language Management Theory": um novo paradigma?

Concomitantemente ao modelo de ecologia das línguas, a designação de "gestão linguística" - "*language management*" e, em francês, "*aménagement linguistique*" - ou, numa reformulação mais recente, o paradigma da Teoria da Gestão Linguística (*Language Management Theory*, ou *LMT*) ganhou destaque nos trabalhos desta área, sobretudo a partir do início deste século.

O surgimento do termo "*language management*" data da década de '80, com Jernudd & Neustupný (1986); uma análise mais detalhada desta noção é feita por Kaplan & Baldauf (1997), mas a sua formulação enquanto abordagem específica no campo de PLPL deve-se a Spolsky (2004 e, sobretudo, 2009).¹⁹

¹⁸ Essa é uma postura defendida por Ricento (2000:208): "It seems that the key variable which separates the older, positivistic/technicist approaches from the newer critical/postmodern ones is agency, that is, the role(s) of individuals and collectivities in the processes of language use, attitudes, and ultimately policies."

¹⁹ Curiosamente, ou talvez não, a obra de Spolsky (2004) intitula-se *Language Policy*.

Esta designação, que poderia considerar-se uma mera tentativa de renovação terminológica e de distanciamento face às atividades de planeamento linguístico dos anos '60 e '70 - ideia subjacente a Jernudd & Neustupný (1987) - tem vindo a afirmar-se como um modelo teórico autónomo, um postulado sobre o qual importa aqui refletir e problematizar.

Numa tentativa de retraçar a evolução e pressupostos da LMT, Nekvapil (2011) refere:

LMT's point of departure is that in language use it is possible to differentiate between two processes: (1) the generation of utterances (communicative acts), and (2) management of utterances (communicative acts), in other words, linguistic and metalinguistic activities. With reference to Fishman (1971, p. 221), this distinction is often rendered as the difference between "linguistic behavior" and "behavior toward language." Theories of linguistic grammar (and "communicative grammar") deal with the process (1), while LMT deals with the process (2).

Nekvapil (2011: 880)

Assim, a formulação clássica de PLPL enquanto tentativa de influenciar o comportamento linguístico (uso de uma determinada língua para determinados fins, alfabetização, etc.) dos falantes sofreria aqui uma alteração de paradigma, colocando a gestão linguística claramente no domínio dos comportamentos *face* à língua. A ideia de que o que importa perceber é, antes de mais, as escolhas dos falantes é um dos pontos de partida de Spolsky:

The goal of a theory of language policy is to account for the **choices** made by individual speakers on the basis of rule-governed patterns recognized by the speech community (or communities) of which they are members. **Some of these choices are the result of *management, reflecting conscious and explicit efforts by language managers to control the choices.*** My focus in this book is on this group, and my goal is to outline a theory that accounts for it.

Spolsky (2009:1)²⁰

Contudo, é fácil percebermos por esta explicitação inicial que a mudança radical de paradigma continua a ter de dar conta de escolhas deliberadas - de diferentes agentes, como iremos ver - e de atividades que, poderíamos dizer, se inscrevem no domínio da política de língua e do planeamento linguístico (incluindo as mais centralizadas).

Com efeito, Nekvapil (2006: 95), dando exemplos de casos de gestão linguística, refere que esta pode traduzir-se em atividades tão diversificadas como a repetição de uma palavra estrangeira por um falante com vista a que o seu interlocutor o compreenda, ou à standardização da pronúncia de palavras estrangeiras por parte de uma instituição académica sob a tutela de um ministério. Por sua vez, Spolsky (2009) procura demonstrar

²⁰ Itálico do texto original, sublinhado nosso.

que a gestão das escolhas dos falantes se pode fazer ao nível da família, da escola, de espaços públicos, de empresas, do Governo ou de instituições internacionais. Mais recentemente, Nekvapil (2011: 881) identifica dois tipos de gestão: “*simple management*” (ou “*discourse-based management, on-line management*”) e “*organized management*” (ou “*directed management, off-line management*”); estes dois tipos de gestão linguística podem ser ilustrados, segundo o autor, pelo uso de uma palavra coloquial numa aula de língua estrangeira e a sua explicitação com recurso a uma expressão corrente, ou pela introdução de uma reforma linguística ou de uma determinada língua estrangeira no currículo escolar, respetivamente.

Ora, em nosso entender, embora a teoria de gestão linguística represente um importante contributo para a compreensão e o reequacionamento da área de PLPL, os conceitos e os exemplos usados para ilustrar casos de gestão linguística demonstram que, mais do que um paradigma totalmente diferente, a TGL redefine o escopo da disciplina, permitindo-lhe abarcar domínios e atividades muito mais diversificados, podendo considerar-se que as atividades mais centralizadas ou institucionais de PLPL são um subdomínio em gestão linguística - constituindo-se como casos de “*organized management*”.

De facto, a TGL não exclui o nível de macrogestão, antes procura realçar a existência e importância de um nível *micro* e estabelecer uma mais forte interligação entre os dois. (Nekvapil, 2011). Nesse sentido, pretende-se dar conta da complexidade de fenómenos como o contacto entre línguas, fenómenos de adoção ou rejeição de normas linguísticas, a aprendizagem de línguas estrangeiras, ou a forma como diferentes comunidades (entendidas aqui como comunidades discursivas) se relacionam entre si e influenciam escolhas linguísticas.

Outra das vantagens da abordagem da TGL será, talvez, o abandono definitivo de uma conceção de “*problem-solving*” em prol da ideia de gestão de situações linguísticas, que pode traduzir-se não apenas na alteração, mas também na manutenção ou reforço de comportamentos existentes. Todavia, não podemos deixar de considerar que esta gestão é herdeira, em certa medida, de uma conceção em que, da análise e avaliação de uma determinada situação (S1), se procura elaborar estratégias para atingir uma situação desejável (S2) - mesmo que essa situação (S2) seja a manutenção ou reforço da (S1) - a qual, por sua vez, não seria talvez difícil de assimilar a uma noção de gestão de problemas.

Assumindo os pressupostos da teoria da gestão linguística formulados por Spolsky (2009) e Nekvapil (2011), consideramos que a conceção da gestão linguística como um "processo" permite, contudo, dar uma melhor visão dessa seleção e aplicação de estratégias. Por outro lado, a inclusão de variáveis comunicativas, socioculturais e socioeconómicas dá conta de um conjunto vasto de interesses e de agentes que participam da e na gestão linguística, os quais podem atuar não só no sentido "*top-down*", mas também "*bottom-up*".

Na literatura em língua francesa, em particular em Loubier (2008), encontramos uma boa definição daquilo que pode ser a gestão linguística: "organisation des situations sociolinguistiques qui résulte de l'autorégulation et de la régulation externe de l'usage des langues au sein d'un espace social donné".²¹ É de notar que, a par desta definição de "*aménagement linguistique*", a autora sente a necessidade explicitar a noção de "*intervention sociolinguistique*" como o "conjunto de práticas de gestão linguística exercidas por um qualquer ator (institucional ou individual), com vista a influenciar deliberadamente a evolução de uma situação linguística"²²; é nesse sentido que se devem compreender as propostas aqui apresentadas.

Refira-se, por fim, que a designação e as propostas de "*language management*" coexistem com as designações e abordagens de "*language policy*", "*language planning*" ou "*language policy and planning*" - disso são exemplo autores como Ricento (2006), Hornberger (2006), ou até mesmo Spolsky, em diferentes obras e artigos.

Em suma, é nossa perspetiva que, mais do que um modelo totalmente divergente, a TGL é uma conceptualização mais abrangente de PLPL, que dá conta da existência de um número considerável de agentes e domínios de gestão, toma em consideração fatores de ordem não linguística - sociais, históricos, culturais, políticos, económicos -, considera as atividades de gestão linguística como um processo, numa perspetiva de contínua interação desses fatores, e permite a sua aplicação a áreas diversas.

Sem prejuízo desta matriz teórica, sendo nosso objeto de estudo a presença da língua portuguesa em organizações internacionais, um contexto particularmente centralizador e institucional em termos de gestão linguística, parece-nos adequado e relevante, no âmbito do presente trabalho, manter a designação de política de língua e planeamento linguístico enquanto tentativa organizada de intervenção sobre uma dada situação linguística, na

²¹ Loubier (2008:4), citando Loubier (2002).

²² *Ibidem*, tradução nossa.

assunção clara das complexidades de tal proposta e dos diferentes níveis e atores envolvidos.

1.2. As categorias de Política de Língua e Planeamento Linguístico

A secção anterior permitiu-nos distinguir diferentes abordagens em PLPL e compreender que estas estão interligadas com diferentes épocas históricas e com as condições socioculturais, políticas e socioeconómicas que servem de pano de fundo às atividades de planeamento linguístico.

A conceção tripartida das categorias de PLPL espelha também essa evolução, que se verifica de forma particular na ênfase dada ao planeamento de *corpus* e ao planeamento de estatuto numa primeira fase - quer em termos de práticas, quer em termos de taxinomia. Com efeito, enquanto que o primeiro uso da conceção bipartida em *status planning/corpus planning* foi feito por Kloss (1969), o estabelecimento do planeamento de aquisição como uma categoria autónoma só seria formulado claramente com Cooper (1989).

Por seu turno, as abordagens que preconizam uma separação entre políticas (decisões), por um lado, e planeamento (implementação de medidas práticas para levar a cabo as decisões tomadas) conduziram a um desdobramento das diferentes categorias, indo de uma conceção quadripartida das atividades de PLPL - em Haugen (1983), ou Djité (1994), por exemplo - para um esquema em seis subdomínios - implícito, em Cooper (1989), ou explícito, em Hornberger (2006).

Nas páginas que se seguem, iremos clarificar as noções e atividades ligadas a cada categoria - sendo contudo claro que os diferentes níveis de análise se sobrepõem e funcionam em contínua interação - e procuraremos apresentar uma breve evolução da conceção das mesmas, apresentando as definições que tomaremos neste trabalho.

1.2.1. Planeamento de *Corpus*

Como vimos antes, a primeira definição de "*language planning*", dada por Haugen (1959) numa obra dedicada ao estudo de questões de PLPL na Noruega, aplicava a noção de planeamento linguístico a um domínio bem mais restrito do que aquele em que é agora utilizado e que reconhecemos agora como a área do planeamento de *corpus*. Retomando

aqui as palavras de Haugen, o ponto de partida para a definição desta categoria será: "the activity of preparing a normative orthography, grammar, and dictionary".²³

A ideia de normatização e normalização da língua é uma componente central do planeamento de *corpus* e está, em grande medida, associada à seleção de línguas oficiais/nacionais, razão pela qual as questões de planeamento de *corpus* e de estatuto surgem intimamente associadas na fase clássica de PLPL. Contudo, o estabelecimento de normas não é a única atividade que podemos incluir no planeamento de *corpus* e a definição inicial de Haugen faz convergir diferentes aspetos que importa distinguir.

Diversos autores procuraram clarificar esta noção e acrescentar-lhe áreas de aplicação; o próprio Haugen (1983) formularia uma divisão entre os dois tipos de planeamento então reconhecidos (*corpus*, ligado à língua e estatuto, ligado à sociedade), apresentando um quadro em que as atividades PLPL se dividiam entre forma e função:

Tabela 1.1 As categorias do planeamento linguístico segundo Haugen (1983)

	Norm	Function
Society	(1) selection	(3) implementation
Language	(2) codification	(4) elaboration

Fonte: Haugen (1983: 270)

O planeamento de *corpus* incluiria, assim, a codificação linguística (atividades como a definição de uma ortografia, um léxico ou uma gramática) e aquilo que alguns autores - nomeadamente Neustupný (1970) - denominam "*cultivation*", aqui designado como "*elaboration*". Haugen vê este processo como algo mais abrangente (próximo da noção de "*Ausbau*" de Kloss), um contínuo planeamento e enriquecimento da língua, podendo traduzir-se no desenvolvimento estilístico e terminológico, através da produção de textos em diversas áreas da cultura e do conhecimento.

Esta visão do planeamento de *corpus* veio, por sua vez, enriquecer-se de outros contributos. Cooper (1989), não fazendo a separação entre forma (ou norma) e função, tal como proposta por Haugen, mas assumindo que ambas estão interligadas, propõe quatro categorias principais de planeamento de *corpus*: "*graphization*", "*standardization*",

²³ Haugen, 1959, apud Nekvapil, 2011: 395.

"*modernization*" e "*renovation*", considerando ainda que as noções de "*codification*" e "*elaboration*" se podem incluir nas categorias de standardização e modernização, respetivamente. Podemos resumir as principais ideias de Cooper da seguinte forma:

- "*graphization*" corresponde à elaboração ou fixação de uma forma escrita para uma dada língua (usando, por exemplo, um sistema alfabético ou uma representação ideográfica);
- "*standardization*" é a definição de norma(s) para uma língua, quer na escrita, quer na oralidade, e pode traduzir-se na adoção de uma norma ortográfica ou de regras gramaticais - reconhecendo que existem variações aceitáveis consoante os contextos em que os falantes se encontram;
- "*modernization*" é definida como o "process whereby a language becomes an appropriate medium of communication for modern topics and forms of discourse"²⁴, que podemos conceber como a expansão constante de uma língua no que diz respeito ao uso de novas palavras (neologia e adaptação de terminologia para refletir novas realidades), mas também novas formas de discurso (veja-se o que acontece na era digital);
- finalmente, "*renovation*" é equacionada como uma atividade que pode permear todas as outras formas de planeamento de *corpus* e que se manifesta sempre que há alterações a uma norma já estabelecida (assim, uma reforma ortográfica ou movimentos como o "*plain English*" seriam exemplos de renovação); essas alterações diferenciar-se-iam da modernização, pois enquanto esta permite que a língua cumpra novas funções, a renovação faz com que funções já existentes sejam cumpridas de uma nova forma.

Mais recentemente, o tratamento do planeamento de *corpus* (bem como das outras categorias) procurou sintetizar as propostas de diferentes autores. Usaremos aqui a abordagem integrada de Hornberger (2006), apresentada na tabela 1.2, que procura incluir diferentes atividades de planeamento e as nomenclaturas usadas por diversos autores.

Como tentativa de definição, iremos aqui considerar que o planeamento de *corpus* inclui todas as atividades que se prendem com o desenho e a atualização da forma de uma língua, (1) ao nível da sua representação, gráfica ou oral, (2) ao nível do seu conteúdo lexical e

²⁴ Cooper (1989:149).

semântico, (3) no que respeita ao seu funcionamento estrutural (gramatical, sintático), e (4) ao nível da relação dessa forma com as funções que a língua desempenha.

É de sublinhar que, quer a nossa definição, quer esta proposta esquemática abrangente (ainda que não extensiva), não pode iludir o facto, sublinhado por inúmeros autores, de que a divisão entre categorias raramente é clara quando analisamos atividades práticas de planeamento linguístico, e que muitas destas atividades, como foi referido antes, têm fins de carácter não-linguístico.

Tabela 1.2 Abordagem integrada do planeamento linguístico em Hornberger (2006)

Types	<i>Policy planning approach (on form)</i>	<i>Cultivation planning approach (on function)</i>
Status planning (about uses of language)	Officialization Nationalization Standardization of status Proscription	Revival Maintenance Spread Interlingual communication – international, intranational
Acquisition planning (about users of language)	Group Education/School Literary Religious Mass media Work	Reacquisition Maintenance Shift Foreign language/second language/literacy
	Selection Language's formal role in society <i>Extra-linguistic aims</i>	Implementation Language's functional role in society <i>Extra-linguistic aims</i>
Corpus planning (about language)	Standardization of corpus Standardization of auxiliary code Graphization	Modernization (new functions) Lexical Stylistic Renovation (new forms, old functions) Purification Reform Stylistic simplification Terminology unification
	Codification Language's form <i>Linguistic aims</i>	Elaboration Language's functions <i>Semi-linguistic aims</i>

Fonte: Hornberger (2006: 29)

1.2.2. Planeamento de Estatuto

Se existe uma categoria em que o planeamento linguístico se interliga e sobrepõe com questões políticas, sociais, culturais e económicas, essa categoria é o planeamento de estatuto, cujas problemáticas se confundem com o início da disciplina.

Um dos principais dilemas da fase inicial de PLPL foi o da escolha das línguas oficiais nos países saídos da descolonização, e essa é frequentemente considerada como a atividade primordial deste tipo de planeamento.

Ao contrário da esmagadora maioria dos países ocidentais (entenda-se aqui Europa e América do Norte), onde a tendência era (e, podemos dizer, é-o ainda) para a identificação entre um país e uma língua - uma visão típica do Romantismo e inspirada, pelo menos parcialmente, em von Humboldt²⁵ - as novas nações de África, da Ásia e do Médio Oriente caracteriza(va)m-se pelo plurilinguismo, estando diferentes línguas associadas a outros tantos grupos étnicos e havendo continuidade linguística em regiões que atravessam fronteiras políticas, pelo que as escolhas feitas à época são hoje consideradas particularmente questionáveis.

É fácil compreender a complexidade destas decisões no contexto histórico e social em que ocorreram. Por um lado, o potencial destabilizador da formação de estados independentes, com as tensões naturais decorrentes desse processo - quer na negociação com os antigos colonizadores, quer no estabelecimento das novas balanças de poder entre diferentes etnias e nações - seriam de molde a pensar que questões como a escolha de línguas oficiais se jogassem sob uma perspetiva de gestão de conflitos (pré-existentes ou potenciais).

Por outro lado, as implicações para outras áreas do planeamento, como as dificuldades ligadas à normativização de línguas oficiais - que não fossem as línguas do colonialismo - ou as eventuais adaptações de línguas coloniais a novos contextos (exemplos de planeamento de *corpus*), bem como as necessidades de escolarização em massa de populações (planeamento de aquisição, embora tratado na época como uma questão

²⁵ Nomeadamente no seu "On Language: On the Diversity of Human Language Construction and its Influence on the Mental Development of the Human Species" - tradução do original alemão para o inglês de Michael Heath - em que estabelece uma ligação indivíduo/povo/nação/língua, e analisa o carácter das diferentes línguas como um reflexo dos povos que as usam, não só ao nível da Europa, mas também a nível de línguas asiáticas, por exemplo.

Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/vhumboldt-wilhelm.htm>. Consultado em 20 de abril de 2017.

inserida dentro do planeamento de estatuto), muitas vezes mergulhadas no analfabetismo²⁶, colocavam desafios que, para uma boa parte dos países ocidentais, eram já uma memória distante - pesem várias exceções ao nível da escolarização, de que Portugal poderia ser um caso paradigmático - e surgiam como verdadeiros "problemas".

Paradoxalmente, ou talvez não, vários estudiosos procuraram distanciar e diferenciar as atividades de planeamento linguístico das questões de política linguística (ou simplesmente, de questões políticas), sobretudo no que tocava ao estatuto. Nesse sentido, a escolha de uma taxinomia pensada como "planeamento linguístico" permitia que a atividade dos linguistas fosse perspectivada como algo relativamente neutro em termos políticos e quase estritamente académico.

A escolha de línguas oficiais dos países nascidos do processo de descolonização era, assim, encarada por vários autores, entre os quais Fishman (1968), como algo bastante simples, cuja solução passaria pela adoção das línguas das antigas metrópoles:

The language problems of the ethnically fragmented 'new nation' reflect its relatively greater emphasis on political integration and on the efficient nationism on which it initially depends. Language selection is a relatively short-lived problem since the linguistic tie to technological and political modernity is usually unambiguous. Problems of language development, codification, and acceptance are also minimal as long as these processes are seen as emanating justifiably and primarily from the 'metropolitan country...' Although some attention may be given to the pedagogic demands of initial literacy (or transitional literacy) for young people . . . the lion's share of literacy effort and resources is placed at the disposal of spreading the adopted Western tongue of current political and... sociocultural integration.

Fishman (1968), *apud* Ricento (2000: 198-199)

Esta visão - algo simplista - dos problemas relacionados com a escolha de uma língua oficial, e, em particular, a sua identificação com a língua das antigas metrópoles, tendo como justificação as suas vantagens em termos de "modernização", relaciona-se também com a forma como tais "decisões" foram tomadas nos países europeus e com as marcadas diferenças entre a realidade destes países - ora monolíngues, ora com uma clara hegemonia de uma língua veicular, coincidindo geralmente com a língua do Estado - e as nações que agora se formavam.

²⁶ Na década de 1950, estimava-se que a taxa de analfabetismo entre a população adulta (i.e., acima dos 15 anos) correspondia a 80-85% em África e 60-65% na Ásia, contra 7-9% na Europa - sendo a Europa do Sul o *outlier* estatístico, com uma taxa de analfabetismo de 20-21%, apresentando a Europa do Norte e Centro valores na ordem dos 1 a 3%. Dados recolhidos em *World Illiteracy at Mid-Century: a Statistical Study*. UNESCO, 1957. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000029/002930eo.pdf>, consultado em 21 de abril de 2017.

Com efeito, na generalidade dos países formados a partir dos diferentes processos de descolonização, a multiplicidade de línguas, o facto de muitos falantes falarem mais do que uma língua, usando diferentes línguas para diferentes funções, e o uso restrito das línguas "coloniais" contrastavam drasticamente com o que acontecia nos países ocidentais.

Se muitas nações europeias proclamaram o estatuto das suas línguas por via de documentos oficiais e de legislação específica²⁷, a escolha das línguas oficiais fez-se, geralmente, por defeito, não havendo verdadeiras decisões a tomar, mas antes mantendo-se na letra da lei aquilo que era o *status quo* na prática - por outras palavras, podemos dizer que a língua do Estado era a língua falada pela maioria da população de uma dada nação.

No contexto multilingue e multiétnico das nações africanas e asiáticas, a língua das metrópoles era a língua do "invasor" ou, na melhor das hipóteses, a língua de uma elite. Assim, a definição de uma (ou várias) línguas oficiais era verdadeiramente uma escolha política, com consequências sociais e económicas cujas repercussões, até certo ponto, se fazem sentir até hoje.

O deslocamento do foco do planeamento linguístico de questões centradas no Estado para a sociedade como um todo e as propostas recentes em gestão linguística fizeram com que o planeamento de estatuto fosse redefinido como "alocação de funções" a uma língua - podendo ir da escolha de uma língua oficial, ou da definição de línguas nacionais, ao uso de uma determinada variedade ou registo de língua por um grupo de falantes.

Retomando a abordagem de Hornberger (2006), outro aspeto a ter em conta serão as atividades ligadas à manutenção ou alteração de estatuto de uma língua, que incluem questões de difusão, preservação ou recuperação de línguas - algo particularmente relevante face à abordagem "ecológica" a que se assistiu nas últimas décadas e à defesa da diversidade linguística.

No mundo global do século XXI, as questões de estatuto das línguas ultrapassam indubitavelmente a esfera nacional e jogam-se a nível mundial, sendo as organizações internacionais um desses palcos; no entanto, não deixa de ser curioso notar que os problemas das novas nações nos anos 50' e 60' do século passado têm muito em comum com o que se verifica atualmente, de tal forma que a hegemonia do inglês é formulada em

²⁷ O édito de Villers-Côterets, de 1539, que proclama o francês como língua oficial de França, será um dos primeiros documentos que podemos identificar como um exemplo de planeamento de estatuto; no caso do português, tal proclamação dá-se após a implantação da República.

termos de "neo-colonialismo" e "imperialismo", não só em termos globais, mas dentro do contexto específico de organismos intergovernamentais.

1.2.3. Planeamento da Aquisição

A categoria que mais tempo demorou a estabelecer-se como uma área específica de PLPL foi a da aquisição. Em muitas das propostas iniciais, a aquisição era formulada enquanto "*language spread*" ou "*language in education*" e, como tal, incluída no planeamento de estatuto.

É claro que a definição de uma língua oficial, ou a decisão de uma família usar uma língua no seu seio, questões de estatuto, têm implicações diretas e são inseparáveis das estratégias levadas a cabo para a sua aquisição. De certo modo, a aquisição de uma língua é uma componente indispensável para cimentar o seu estatuto - e, sem ela, a afirmação do seu estatuto não passa de "letra morta".

Daí que as políticas educacionais sejam muitas vezes uma extensão das políticas "de estatuto" e que, pensando na realidade das instituições internacionais, muitas das proclamações de estatuto - em termos de línguas oficiais ou de trabalho - acabem por se esgotar em si próprias, visto que não existem estratégias (ou políticas) para a sua aquisição. Não obstante a interdependência entre estas áreas - o mesmo podemos postular para o planeamento de *corpus* - é igualmente importante identificar as questões específicas da aquisição.

Na esteira de Prator (1986) e dos seus trabalhos sobre a língua na educação, Cooper (1989) é o primeiro a definir a aquisição como um domínio autónomo, centrando-o na questão do "número de utilizadores" da língua e nos métodos e incentivos usados para promover o uso dessa mesma língua, resumindo o planeamento de aquisição como "organized efforts to promote the learning of a language".²⁸

Esses esforços podem consistir numa política de educação monolíngue ou multilíngue, na escolha de manuais para o ensino de línguas (maternas ou estrangeiras), em programas de intercâmbio, no estabelecimento de bibliotecas ou centros de recursos especializados em determinadas línguas, ou na criação de agências centradas na difusão de uma língua, a par de muitos outros instrumentos ou estratégias, como o uso de programas televisivos para

²⁸ Cooper (1989: 187).

promover o contacto com uma língua, com difusão massiva, ou de questões "micro", desde a definição de metodologias de ensino-aprendizagem por parte de um professor de língua numa sala de aula, à forma como os pais de uma criança transmitem a(s) sua(s) língua(s). Também no domínio do planeamento da aquisição, o foco dos estudos em PLPL tem feito sentir a sua influência, com a valorização da aprendizagem de línguas estrangeiras (nomeadamente na Europa), ou tentativas de reaquisição e recuperação de línguas minoritárias - elementos que encontramos em Hornberger (2006).

Quer se trate de revitalizar línguas minoritárias ou de difundir línguas internacionais, a definição do planeamento de aquisição passa, necessariamente, pelo alargamento do seu número de utilizadores, o que por sua vez implica criar oportunidades e espaços para que elas sejam aprendidas, com os custos a isso inerentes.

No entanto, aquilo que parece tornar-se óbvio ao longo das últimas décadas é que não basta criar oportunidades para adquirir novos (ou antigos) idiomas - é necessário, cada vez mais, que essas oportunidades estejam em sintonia com o "mercado das línguas".

1.3. O modelo gravitacional de Calvet: o português como língua supercentral

A conceção do mundo das línguas enquanto ecossistema tem sofrido dois tipos de abordagem: ora, numa perspetiva ideologicamente mais neutra, se constata que as línguas coexistem sincronicamente e diacronicamente e estabelecem relações entre si, entre as quais relações hierárquicas, geralmente associadas às funções que lhes são alocadas; ou, numa postura militante e mais "ambientalista", se adota uma posição face ao contacto entre línguas e às relações de força existentes, e se postula a indiscutível hegemonia do inglês em relação a outras línguas internacionais ou a tendência para o desaparecimento de línguas minoritárias como resultado do imperialismo linguístico - ou, nas palavras de alguns autores, "glotofagia" - procurando reverter esse processo.

Com absoluta consciência de que é difícil separar totalmente estas duas visões, e assumindo que há um equilíbrio desejável entre as necessidades comunicativas dos falantes (pensando, antes de mais, que as línguas devem estar ao seu serviço) e um grau razoável de diversidade linguística, tentaremos aqui equilibrar as duas abordagens, procurando, desde logo, descrever o sistema linguístico vigente.

Nesse sentido, esta secção pretende retomar o modelo gravitacional apresentado por Calvet (1999, 2002), que nos parece particularmente relevante e adequado para avaliar a posição do português e que coloca as questões de gestão do estatuto das línguas não apenas à luz da noção de ecologia, mas também da ideia de mercado das línguas.

Esta proposta surge a par de, e em alternativa a outros tipos de análise; com efeito, as relações entre línguas podem ser abordadas com base numa configuração genética – “fondé sur la parenté entre les langues” – veicular – “fondé sur les phénomènes véhiculaires” – e política – “fondé sur les langues utilisées pour la gestion des États” (Calvet, 2002: 28).

Como a designação indica, o modelo gravitacional permite dar conta do facto de que o sistema linguístico vigente é o resultado de um jogo de forças entre diferentes línguas e as funções que lhes são alocadas pelos falantes, o que leva a equacionar as suas relações de forma hierárquica e ajuda a explicar o panorama linguístico atual. Desta forma, a abordagem de Calvet permite-nos analisar o mundo das línguas a nível *macro*, dando conta de questões sociolinguísticas e socioeconómicas.

Segundo este modelo, o mundo das línguas é organizado tendo como eixo falantes bilingues (ou multilingues), os quais, nos usos que fazem das diferentes línguas que dominam, atribuem valores a essas línguas e estabelecem a posição de cada uma delas no sistema global ou no mercado das línguas.

Imaginando, por exemplo, um falante de Timor-Leste que utilize o macassai na esfera familiar, o Tétum-Díli nas suas interações do dia-a-dia com outros falantes, o português em ambiente institucional, ao nível de um organismo do Estado, e o inglês numa organização internacional como a ONU, damos-nos conta da existência de diferentes níveis de análise e de uma hierarquia linguística que lhes subjaz.

Podemos, então, postular uma organização em termos de línguas-pivot, em que o inglês está no centro (e no topo) do sistema linguístico, sendo a língua "hipercentral", à volta da qual giram outras línguas (cerca de uma dezena), designadas como línguas "supercentrais", entre as quais contamos o português; por sua vez, estas são "pivots" de cerca de cem a duzentas línguas "centrais" (geralmente línguas veiculares e, frequentemente, oficiais) e, finalmente, em torno destas giram vários milhares de línguas "periféricas".

Como se depreende deste modelo, o estabelecimento da hierarquia das línguas prende-se com questões sociais e económicas, e, numa perspetiva ecológica de intervenção, as

línguas (mais) ameaçadas serão, naturalmente, as línguas periféricas²⁹ do sistema, que possuem menos prestígio e menor valor em termos económicos.

O português, como referido, constitui-se neste modelo como uma língua supercentral, sendo, como sabemos, uma língua internacional, falada em todos os continentes, e desempenhando a função de língua oficial em oito países - nos quais, contudo, nem sempre é a língua veicular mais utilizada.

A par do português, línguas como o espanhol, o francês, o árabe, o chinês (mandarim), o malaio ou o hindi são, igualmente, línguas supercentrais. No entanto, como veremos, este estatuto não garante que estas línguas tenham o mesmo peso em todas as circunstâncias.

Tal explica que uma língua internacional como o português tenha, no contexto europeu, um peso muito menor do que o seu estatuto global poderia fazer esperar. Com cerca de dez milhões de falantes como língua materna, e falado num país relativamente periférico, o português tem dificuldade em afirmar-se face a línguas como o italiano ou o alemão, faladas por um maior número de indivíduos e cujos países gozam, para além disso, de um maior poderio económico. Parece-nos ser de sublinhar, por isso, que, embora o português se encontre numa posição "supercentral" a nível global, essa posição não é absoluta e deve ser analisada em contextos específicos.

Como facilmente se depreende, esta abordagem permite ir além de estatísticas sobre números de falantes³⁰ e equacionar a forma como diversos elementos se interligam e explicam a posição de uma dada língua em diferentes contextos. Fatores como a demografia, a transmissão (ou não) de línguas entre gerações, a aquisição de línguas estrangeiras, a concentração em torno de centros urbanos, as políticas dos estados, as questões ligadas à expansão imperial de diversos países, a apropriação das línguas dos países colonizadores pelos países colonizados ou o uso das novas tecnologias são, todos eles, importantes parâmetros de análise da evolução do mercado das línguas.

Finalmente, tomamos como referência a forma como Calvet prefigura as relações entre línguas, consoante os seus interesses sejam divergentes ou convergentes, em jogos de luta, cooperação, ou luta e cooperação (quando há interesses simultaneamente convergentes e

²⁹ Segundo o Ethnologue, existem atualmente mais de 7000 línguas, das quais dois terços estariam ameaçadas, enquanto apenas vinte e três línguas são faladas por mais de metade da população mundial. Dados disponíveis em: <https://www.ethnologue.com/guides/how-many-languages>. Consultado em 2 de maio de 2017.

³⁰ A esse nível, o português é geralmente considerado como a sétima ou oitava língua mais falada do mundo, embora os números e posições variem, conforme veremos mais adiante.

divergentes). Tendo em conta a complexidade e diversidade das configurações linguísticas nas organizações internacionais, esta será uma ideia-chave para compreender se as diferentes "fonias" podem criar alianças ou estarão condenadas a competir entre si, e se existe espaço para uma efetiva diversidade linguística, para benefício comum, ou se a tentativa de alargamento do espaço do português - ou de qualquer outra língua - se fará sempre num paradigma de jogo de soma nula.

1.4. Sumário e conclusões

Este capítulo permitiu-nos compreender e questionar a forma como a política de língua e o planeamento linguístico surgiram e a ligação entre o contexto que antecede a disciplina e a formulação da sua própria definição, bem como a delimitação desta área de investigação.

Se é um facto que as questões de política de língua, de planeamento linguístico ou de gestão linguística sempre existiram, ou, pelo menos, se têm manifestado de forma clara nos últimos cinco séculos, o seu estabelecimento como um campo de investigação data, na prática, da segunda metade do século XX e está intrinsecamente ligado a um dos maiores conflitos da história da humanidade e aos acontecimentos que, como um efeito de dominó, daí advieram. O final da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo o gérmen do desmantelamento de grandes impérios, quer para vencedores, quer para vencidos. A necessidade de redesenhar fronteiras, dentro e fora da Europa, o impulso para a descolonização, a par da urgência de criar sistemas de cooperação internacional, com vista a um futuro mais estável e pacífico, deram origem a uma nova configuração do poder mundial e trouxeram consigo questões geopolíticas que, por sua vez, se traduziram, em grande medida, no surgimento de dilemas (socio)linguísticos, em particular para as novas nações independentes.

A área da política de língua e do planeamento linguístico veio definir-se precisamente no cruzamento entre questões linguísticas e questões sociais e políticas, frequentemente consideradas como o resultado da influência central e centralizadora do Estado-Nação.

Os "problemas e processos" ligados a questões de "nacionalidade" e o modo como estes se relacionam com a(s) língua(s), bem como a conceção das atividades de PLPL em termos de "*problem-solving*", viriam a informar o trabalho realizado nesta área nas décadas

seguintes e continuam, até hoje, a estar subjacentes a muitas das abordagens relacionadas com questões de política de língua e planeamento linguístico.

Como vimos na primeira parte deste capítulo, embora a abordagem inicial em PLPL tenha tido como foco os novos estados, o nascimento e, de facto, aquela que é provavelmente a primeira explicitação do uso da expressão "*language planning*" dá-se com Haugen (1959), de forma quiçá sintomática, numa obra dedicada ao estudo de questões ligadas ao planeamento linguístico na Noruega - ainda que essa definição ateste o carácter embrionário da disciplina, sendo aplicada por Haugen a um domínio bem mais restrito do que aquele em que é agora utilizada.

Uma das preocupações da fase inicial de PLPL foi a criação de taxinomias que permitissem identificar o(s) objeto(s) de estudo em PLPL e, conversamente, tentar encontrar a melhor denominação possível a aplicar aos diferentes campos de estudo.

A busca de uma definição para os conceitos de política de língua e planeamento linguístico, ou, nas duas últimas décadas, o destaque dado à noção de gestão linguística, bem como a escolha dos termos usados para designar este domínio e a formulação dos seus objetos e objetivos foram - e são ainda - um dos tópicos quentes de discussão entre os autores que se inscrevem nesta área de investigação.

Disso é testemunha a obra de Cooper (1989), que surge num momento em que a área de PLPL questionava os seus objetivos e abordagens, e que reflete também a dificuldade de encontrar uma taxinomia rígida e aceite inequivocamente por todos os académicos e intervenientes, desde logo pela complexidade e carácter contingente do panorama sociolinguístico mundial.

A utilização na bibliografia - sobretudo em língua inglesa - de expressões como "*language planning*", "*language policy*", "*language management*", assim como a delimitação (nem sempre fácil) das áreas de planeamento de *corpus*, planeamento de estatuto e, mais recentemente, do planeamento da aquisição, refletem mudanças no foco e no paradigma de investigação privilegiado em diferentes épocas, mudanças que devem ser compreendidas à luz dos acontecimentos históricos, dos fatores sociais e das abordagens epistemológicas que lhes estão associados.

Tendo procurado elucidar algumas dessas questões e atualizado as definições com base nas abordagens mais recentes neste campo, importa, assim, estabelecer alguns princípios em relação à taxinomia aqui usada e retirar algumas conclusões:

- i. Compreendendo e aceitando como válida e crucial a distinção entre política de língua e planeamento linguístico, consideramos que estas são atividades cujas fronteiras se esbatem em termos de aplicação prática, como vimos nas secções anteriores;
- ii. Assumindo uma divisão (tradicional) entre tomada de decisões (política) e aplicação ou implementação dessas decisões (planeamento), verificamos que qualquer política, para ser mais do que "letra morta", implica, necessariamente, uma atividade de planeamento, pelo que a teoria e a sua aplicação não são mais do que dois elementos integrais na prossecução de quaisquer objetivos de carácter sociolinguístico (ou outro);
- iii. Na sequência dos pontos anteriores, o binómio política de língua e planeamento linguístico (PLPL) é, aqui, concebido numa perspetiva de interação e complementaridade - correspondendo mais à formulação *language policy and planning*, em inglês, do que a duas componentes distintas;
- iv. No sentido em que entendemos a teoria da gestão linguística (*Language Management Theory*) como uma tentativa de englobar uma realidade mais vasta do que a do planeamento linguístico institucional ou centralizado, consideramos a designação de *language management* como um termo mais geral (ou, retomando o inglês, "*umbrella word*") que inclui as medidas e atividades de política de língua e planeamento linguístico (PLPL);
- v. Porque o foco deste estudo é o contexto das organizações internacionais, porque a ação sobre estas (e destas) se postula, em grande parte, como o resultado dos esforços dos Estados ou de outros intervenientes institucionais, e porque é inegável que o trabalho de governos, academias de língua e agências oficiais de difusão da língua e cultura (como o Camões- Instituto da Cooperação e da Língua) é parte integrante da teoria de gestão linguística, parece-nos adequado manter a nossa formulação em termos de PLPL;

- vi. As definições de planeamento de *corpus*, planeamento de estatuto e planeamento de aquisição, conforme apresentadas na secção 2 deste capítulo, subjazem às propostas de intervenção para o português que aqui serão preconizadas; embora se possa pensar que este trabalho incide, antes de mais, em questões de estatuto, vimos que as três categorias estão interligadas, pelo que as considerações sobre a difusão do português implicam e pressupõem uma reflexão nas áreas de *corpus* e da aquisição;
- vii. Na esteira das propostas de Calvet (1999, 2002), julgamos que é útil retomar aqui o seu modelo gravitacional e as noções de mercado das línguas e de ecologia das línguas; importa, contudo, clarificar que esta última noção corresponde mais à ideia de que as línguas se relacionam entre si num determinado ambiente, constituindo um (eco)sistema, do que ao ideal de diversidade linguística em que foi reinterpretado em anos recentes;
- viii. Pese o que foi dito no ponto anterior, facilmente se depreende que as propostas feitas neste estudo implicam a aceitação de um grau de diversidade linguística desejável; esse princípio é, tanto quanto possível, tomado numa perspetiva crítica, nomeadamente no que toca à necessidade da gestão de recursos. Por outro lado, a proposta de difusão de uma determinada língua (neste caso, o português) é, por si, a afirmação de uma escolha, em detrimento de outras línguas, e o reconhecimento de uma hierarquia das línguas em que, crucialmente, entendemos que nem todas se prestam à mesma alocação de funções - com as virtudes e críticas que se possam apontar a essa abordagem;
- ix. O modelo gravitacional aqui retomado será também útil na medida em que permite equacionar o estatuto das línguas, não apenas quanto ao seu peso demográfico, mas no cruzamento de fatores socioeconómicos e políticos, e tomar em conta a forma como línguas em contacto entram em competição e estabelecem alianças; assim, será interessante interrogar este modelo teórico e verificar como se joga o estatuto do português nas diferentes configurações linguísticas, económicas e geopolíticas patentes nas organizações internacionais.

Uma última consideração que julgamos importante aqui fazer é que, sendo as propostas que se seguem, inevitavelmente, o resultado de uma premissa - a de que a difusão do português é um objetivo válido, a concretizar em diferentes esferas, entre as quais a das organizações internacionais - tal postura, que poderemos considerar "política", não obscurece a necessidade de questionar essa mesma premissa.

Assim, este pressuposto é informado por uma atitude crítica, sobretudo no que toca à gestão de recursos, muitas vezes limitados, para levar a cabo tais estratégias, e também por um questionamento de um discurso politicamente correto, que parece encontrar consenso na defesa da diversidade linguística, mas cujos resultados efetivos é necessário analisar.

Nesse sentido, numa perspectiva que procura ir além da política de língua e inscrever-se naquilo que Calvet chamaria "politologia linguística", as escolhas dos capítulos dedicados à difusão do português a novas organizações internacionais e as reflexões sobre diferentes instrumentos e agências no âmbito do planeamento de estatuto, de *corpus* e da aquisição serão acompanhadas, na medida do possível, de uma análise sobre os seus motivos e o valor da sua aplicação.

CAPÍTULO 2
PARA A DIFUSÃO INTERNACIONAL DO PORTUGUÊS:
PROPOSTAS EM PLPL E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

CAPÍTULO 2. PARA A DIFUSÃO INTERNACIONAL DO PORTUGUÊS: PROPOSTAS EM PLPL E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Sendo o campo da política de língua e do planeamento linguístico um domínio consideravelmente vasto - como tivemos oportunidade de constatar no capítulo anterior - e sendo nosso objetivo apresentar linhas de orientação com vista a um fim específico, a difusão do português em organizações internacionais (OI), cabe aqui referir algumas propostas que foram consideradas na elaboração presente trabalho e os métodos usados para a recolha e tratamento de dados.

Sabendo de antemão que não se trata de passar em revista todas as questões de PLPL relativas ao português, mas apenas aquelas que se prendem com a sua utilização e visibilidade a nível internacional, importa notar que a escolha deste foco particular de investigação constitui uma nova abordagem nesta área, dado que, nos trabalhos existentes sobre PLPL para a língua portuguesa, não foi analisado de forma pormenorizada o estatuto do português no contexto de organizações internacionais - algo muitas vezes mencionado, seja a título ilustrativo e, até, sintomático do maior ou menor sucesso de políticas de língua, seja como curiosidade, mas nunca explorado em detalhe.

O presente trabalho poderá trazer à luz alguns dos aspetos de PLPL menos estudados até ao momento e dar pistas importantes para o (re)equacionamento de estratégias com vista à difusão da língua portuguesa a nível global, partindo, pois, das reflexões de vários autores sobre a política de língua e o planeamento linguístico a diversos níveis.

Nesse sentido, consideramos essenciais as declarações emanadas das cimeiras da CPLP, pois elas constituem a espinha dorsal daquilo que é (ou deveria ser) uma abordagem concertada da promoção do português. Como referimos anteriormente, o Plano de Ação de Brasília (PAB) e o Plano de Ação de Lisboa (PALis) são dois documentos cruciais no estabelecimento de estratégias de difusão da língua portuguesa, e ambos referem claramente a necessidade de uma maior presença em OI.

A nível teórico, as atualizações das propostas de Cooper e Ricento e a sua aplicação ao português, apresentadas em Salomão (2007), serão também tidas em conta, na medida em que assumimos aqui as categorias de PLPL, procurando abordar questões no domínio do planeamento de estatuto e, paralelamente, equacionar questões em planeamento da aquisição e de *corpus*.

Foram igualmente cruciais para este trabalho obras sobre a situação da língua portuguesa no mundo³¹ e as propostas de estratégias para a promoção do português feitas por Filipe (2006, 2007, 2009), Mira Mateus (2002a, 2002b) ou Reis (2010).

Algumas das reflexões e das (nem sempre positivas) constatações sobre a necessidade - ou ausência - de políticas de língua estruturadas, que vão além dos ciclos governamentais e de ideologias partidárias são, de facto, um dos argumentos que suportam o presente estudo. Uma das condições para que a difusão do português seja levada a cabo com sucesso (e para que estas e outras propostas possam ser implementadas e avaliadas de forma cabal), será a existência de um *continuum* e de um certo grau de uniformidade em termos de prioridades nas políticas de difusão da língua e da cultura.

Ora, na realidade, muitas das políticas linguísticas e culturais são "criadas ou extintas, amplificadas ou restringidas, continuadas ou modificadas consoante tomadas de posição a este respeito que se vão sucedendo (...)" (Costa, 1997: 2). Se é um facto que o questionamento e a revisão de políticas e práticas em qualquer área da governação é uma constante e uma condição necessária para testar a validade e eficácia de diferentes medidas, parece-nos que a difusão da língua portuguesa deverá ser um dos pontos de consenso, e compreendida como um investimento a longo prazo, pelo que as políticas nesta área deveriam ser objeto de acordos a nível multipartidário.

Outra das ideias de base deste trabalho é que esse desejável consenso interno deverá ser articulado com uma prática e um discurso externos que contemplem, quer as atuais tendências e desafios em termos de pluralidade linguística e cultural, quer o facto de os diferentes países lusófonos se encontrarem em posições diferentes consoante os contextos considerados, quer o reconhecimento de que, para atingir a desejada promoção da língua portuguesa e da cultura dos países lusófonos, estes terão de trabalhar em conjunto e ultrapassar, também eles, dissensões e divergências, encontrando pontos de convergência e estratégias comuns.

Partilhamos aqui a ideia de que uma política de língua para a difusão do português terá de ser ancorada numa argumentação ligada aos direitos linguísticos, mas não apenas neles, e que, sobretudo no que toca à posição da língua portuguesa na Europa, para a legitimação da difusão (e) do estatuto do português "não pode ser usada apenas a imagem difusa e

³¹ Nomeadamente *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro* (2004), Vicente, A.L. & Pimenta, M. (Coord.). (2008), *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo* e o recentemente publicado *Novo Atlas da Língua Portuguesa* (2016).

dispersa de 200 milhões de falantes, mas a clara convicção de que também nós apostamos na difusão da terceira língua da UE mais falada no mundo" (Filipe, 2006: 500), ou seja, que não podemos basear-nos apenas numa vaga constatação de facto, mas encarar a difusão do português como um processo que cabe a cada um e do qual todos participam ativamente.

Igualmente crucial é a noção de que a difusão da língua portuguesa enquanto expansão a falantes não-nativos é uma condição para a sua vitalidade, por duas linhas de racionínio: em primeiro lugar, de forma lógica, uma língua que se encerra em si própria, por maior que seja o seu número de falantes, arrisca-se sempre a ser relegada para um papel periférico; para além disso, e como relembra Filipe (2006), o facto de Portugal, em particular, se encontrar num caminho de estagnação demográfica e não dispor de uma posição forte em termos económicos, faz com que duas das condições essenciais para a manutenção da sua vitalidade se encontrem ameaçadas. Mesmo o Brasil, a grande potência do mundo lusófono, tem vindo a atravessar sucessivamente períodos de instabilidade política e económica, sem mencionar o facto de que, se considerássemos o real número de falantes da variante-padrão do Português do Brasil (uma questão raramente mencionada aquando da apresentação de tais estatísticas), os números seriam indubitavelmente mais baixos do que os geralmente anunciados - e o mesmo é verdade para os restantes países lusófonos.

Assim, a difusão da língua portuguesa não pode repousar apenas no aumento do número de falantes nativos, e nas vicissitudes da demografia e da economia dos países lusófonos, mas tem de contar com um número crescente de falantes não-nativos (Filipe 2006: 501-502), cujo estatuto económico e político venha reforçar a sua posição a nível global.

Para que tal objetivo seja atingido, como veremos, as políticas e o planeamento de estatuto têm de ser articulados de forma estreita com medidas para a sua aquisição. Esse é o foco das propostas de Mateus (2002b), que abrangem o ensino do português, quer como língua materna, quer como língua segunda, quer como língua estrangeira³². Na implementação do ensino do português enquanto língua não-materna - o que de maior importância se reveste no âmbito do presente estudo - a autora sublinha a importância da colaboração com outros países da lusofonia, nomeadamente o Brasil, algo que consideramos ser fundamental,

³² No artigo em questão, sem procurar fazer uma distinção formal, Mateus considera como língua segunda (ou língua veicular/de escolarização) o português nos países africanos - podendo-se acrescentar também Timor - e como língua estrangeira os contextos de todos os países em que o português não é língua oficial (considerando, contudo, que o ensino de português aos emigrantes portugueses, seria, nesses casos, ensino enquanto língua segunda, o que nos suscita algumas reservas).

assim como a necessidade, a nível nacional, da coordenação de esforços entre os Ministérios da Educação, dos Negócios Estrangeiros e da Ciência e Tecnologia (Mateus, 2002b: 9).

Passando a promoção da língua e cultura, de forma muito direta, pela ação dos diferentes agentes envolvidos no ensino do português, julgamos também relevante referir a importância de estudos como o do *Projeto “Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: Os Leitorados de Português”* (2007). Embora não seja nosso objetivo analisar em pormenor este tópico, o facto de muito do trabalho de difusão do português se fazer, no nosso país, através do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, seja pela mão dos leitores e dos docentes do ensino superior, secundário e básico, seja pela mão dos agentes de cooperação, deve levar a uma reflexão sobre as condições, motivações e perfil destes profissionais.

Porque importa, cada vez mais, pensar questões de PLPL em termos do "valor de mercado" das línguas, tivemos em igualmente conta textos em que se analisa o valor do português, em termos empresariais, nomeadamente Galito (2006), e em que se equacionam os desafios do plurilinguismo no mercado de trabalho, centrando-nos, para o português, nas reflexões de Salomão (2007) e Filipe (2013).

Além das questões mais imediatas ligadas ao planeamento de estatuto que naturalmente resultam desta abordagem, um dos pontos de interesse deste trabalho de investigação será o de tentar incluir alguns tópicos relativos às categorias de planeamento de aquisição, como vimos, e do planeamento de *corpus*, analisando também um instrumento de PLPL que resultou de um trabalho conjunto (mas nem sempre consensual) dos países lusófonos: o Acordo Ortográfico de 1990, que, finalmente - ao cabo de vários anos de discussão e adiamentos, e pese não ter ainda sido ratificado por todos os países - começa a ser aplicado de forma mais generalizada.

A consideração destes diferentes elementos pretende conduzir ao esboço de uma estratégia de PLPL que contemple três questões:

- “o quê”, ou seja, que política de língua, com que critérios;
- “onde”, isto é, em que instituições, em que *fora*;
- e “como”, ou, por outras palavras, de que modo, depois de definidos os vetores de uma política de língua, poderemos levar a cabo atividades de planeamento linguístico com vista a uma real implementação do uso do português a nível

internacional, tendo também em conta as lições que podemos retirar da análise das organizações em que a língua portuguesa está presente.

A metodologia adotada para o presente estudo, decorre, de forma quase inevitável, do próprio tema, do roteiro de leituras elencado e, também, dos canais que o próprio mercado das línguas e a globalização elegem como meios privilegiados para a difusão de ideias, notícias, estatísticas e produtos. Assim, este trabalho terá como base o confronto dos dados com os textos de política de língua e de planeamento linguístico, bem como uma atitude de reflexão crítica face às propostas anteriores.

Dada a dispersão geográfica das instituições consideradas e a concentração crescente de informação e bases de dados em plataformas *online*, os resultados de pesquisa na internet, aliados à consulta de fontes bibliográficas diretas (sempre que possível) foram os meios privilegiados para a realização deste trabalho de investigação. Tendo como fim a obtenção de informação atualizada, procedeu-se, sempre que tal estiver disponível, à consulta e comparação de diferentes fontes.

Tal como Martins (2014: 1), consideramos que "Falar de globalização é falar de integração dos mercados à escala mundial. E falar de integração dos mercados é falar de tecnologias da comunicação e da informação, que são a condição de possibilidade dessa integração". Numa época em que a leitura de jornais em suporte de papel dá lugar, cada vez mais, à consulta de notícias em suporte digital³³, em que a presença na internet é quase uma condição *sine qua non* para a visibilidade e o impacto de organizações em diferentes áreas (as quais disponibilizam um número crescente de documentos respeitantes ao seu funcionamento interno), a obtenção de dados *online* não é um constrangimento e sim uma opção metodológica.

Nesta linha de pensamento, porque a importância e a vitalidade da língua portuguesa se testam, também, pelo espaço que ocupa no mundo virtual, a facilidade ou dificuldade na obtenção de dados e a sua maior ou menor presença no que toca à informação ligada às diferentes organizações deverá ajudar a medir o seu estatuto em termos globais.

Para além da obtenção de dados *online*, da consulta de fontes bibliográficas e da análise dos textos legais, foram solicitadas informações relativas à implementação do português

³³ A título de exemplo, refiram-se os dados de um estudo realizado nos EUA, pelo Pew Research Center, que dão conta de um aumento da consulta online de notícias (acesso efetuado quer a partir de computadores, quer a partir de telemóveis) e, conversamente, de uma queda geral em termos de compra de jornais naquele país - resultados que podemos, sem grandes dúvidas, assumir como uma tendência global. Disponível em: <http://www.journalism.org/2016/06/15/newspapers-fact-sheet/>. Consultado a 10 de maio de 2017.

junto de organizações internacionais e organismos governamentais, em particular junto do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

A caracterização das organizações em que o português é atualmente língua oficial e/ou de trabalho, dado o seu número considerável e potenciais dificuldades em obter dados sobre as mesmas - ou até a fraca vitalidade de algumas destas instituições - será realizada, de forma mais aprofundada, com base em alguns "estudos de caso", que se revestem de maior importância para o universo da lusofonia e que poderão dar pistas para algumas questões fundamentais deste estudo.

A análise de dados estatísticos e a caracterização das diferentes OI serão os elementos que sustentarão as propostas de PLPL em termos de seleção critérios e de organizações-alvo para uma política de expansão da língua portuguesa, levando, por sua vez, a uma reflexão sobre a eficácia das medidas e modelos de intervenção atuais, com vista a um maior impacto e a uma maior presença da língua portuguesa nestes *fora*.

CAPÍTULO 3

DEFINIÇÕES: LÍNGUA DE TRABALHO E LÍNGUA OFICIAL

CAPÍTULO 3. DEFINIÇÕES: LÍNGUA DE TRABALHO E LÍNGUA OFICIAL

A definição de uma taxinomia clara e funcional é um dos pré-requisitos para qualquer trabalho de investigação. No que toca ao estabelecimento das definições de língua oficial e língua de trabalho, essa é também uma das dificuldades iniciais deste trabalho. Apesar dos múltiplos artigos e obras disponíveis acerca do uso de línguas no seio de organizações internacionais, em particular no âmbito da União Europeia (UE), a questão da distinção entre as noções de língua oficial (LO) e língua de trabalho (LT) parece ser, de forma quase sistemática – e, talvez, sintomática – evadida pelos diferentes autores.

Em diversos contextos, a utilização das duas expressões surge de forma quase equivalente, enquanto noutros a distinção parece ser a de que as línguas oficiais de uma instituição são, por defeito, todas as línguas oficiais dos países que as compõem, sendo as línguas de trabalho as usadas efetivamente nos órgãos dessa instituição e na produção de documentos e legislação.

Os tratados de criação de várias das organizações analisadas referem, geralmente, apenas uma das expressões e são raros os casos em que a separação é feita de modo explícito, algo que tende a acontecer quando o número de línguas é elevado.

O nível de variação e de vagueza pode ser constatado, por exemplo, no “Acto Constitutivo da União Africana” (2000)³⁴, que refere, no artigo 25: “São Línguas de Trabalho da União e de todas as suas instituições, se possível, todas as línguas africanas, o Árabe, o Francês, o Inglês e o Português.”.

A OMPI, em documento interno relativo à política de língua, no qual se refere a adoção do português como língua de trabalho para determinados fins, dá conta de que nem sempre é feita a distinção entre os dois termos. No capítulo II de um documento da assembleia dos estados-membros da OMPI, datado de 2010, pode ler-se:

While most international organizations including the UN and its affiliated bodies make a legal distinction between the notion of “working languages” and that of “official languages”, the constitutional texts of WIPO do not define the term “official languages” and refer only to “working languages”.³⁵

³⁴ Disponível em: http://www.wipo.int/wipolex/en/other_treaties/text.jsp?file_id=201228. Página consultada em 11 de maio de 2017.

³⁵ Disponível em: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.wipo.int%2Fedocs%2Fmdocs%2Fgovbody%2Fen%2Fa_48%2Fa_48_11.doc. Página consultada em 11 de maio de 2017.

Mais adiante, é referido que “In practice, at WIPO the notion has been developed that a “working language” is any language that is used by staff for any of interpretation, documents, publications or correspondence (...)”.³⁶

A ideia de que a maior parte das OI faz a distinção de forma clara não encontra eco nos dados obtidos, comprovando-se antes que muitas instituições não possuem um enquadramento legal bem definido para o uso de línguas.

Em artigo da Agência Lusa de 2013, em que se aborda a possibilidade da adoção do português como língua oficial e/ou de trabalho da ONU, essa diferenciação é abordada em termos práticos:

Se o português fosse considerado língua oficial, todas as intervenções seriam obrigatoriamente traduzidas em simultâneo. Caso alcançasse o estatuto de língua de trabalho, toda a documentação produzida passaria a estar disponível também em português.³⁷

A informação disponibilizada pela própria organização parece confirmar a ideia de que as línguas oficiais devem ser interpretadas em simultâneo, sendo a maior parte da documentação traduzida para as LO das Nações Unidas.

A delegate may speak in any official UN language. The speech is interpreted simultaneously into the other official languages of the UN. At times, a delegate may choose to make a statement using a non-official language. In such cases, the delegation must provide either an interpretation or a written text of the statement in one of the official languages. Most UN documents are issued in all six official languages, requiring translation from the original document.³⁸

Uma outra distinção é dada nos estatutos do Comité Internacional da Cruz Vermelha:

1. The official languages of the Conference shall be Arabic, Chinese, English, French, Russian and Spanish. The official languages may be used in debates without the prior permission of the Chairman. Any delegate wishing to speak in a language other than an official language shall first obtain the permission of the Chairman.

2. The working languages of the Conference shall be English, French and Spanish. The working languages are those in which simultaneous interpretation is provided and are the only languages in which documents relating to items on the agenda will be prepared. Any delegate using a language which is not a working language shall provide for its interpretation into one of the working languages.³⁹

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ Artigo disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/paises-lusofonos-querem-portugues-como-lingua-da-onu-3501054.html>. Página consultada em 11 de maio de 2017.

³⁸ Informação do *site* da ONU: <http://www.un.org/en/sections/about-un/official-languages/>. Página consultada em 25 de maio de 2017.

³⁹ Artigo 12 dos estatutos do CICV, disponíveis em: <https://www.icrc.org/eng/assets/files/other/statutes-en-a5.pdf>. Página consultada em 11 de maio de 2017.

No *Novo Atlas da Língua Portuguesa* é também feita uma distinção entre língua oficial e língua de trabalho com base no tipo de contextos em que uma língua poderá ser usada:

Ser língua oficial nestas organizações significa estar consagrada enquanto tal nos respetivos documentos e poder ser usada em declarações orais e escritas. Já o ser língua de trabalho representa um estatuto superior ao de língua oficial, uma vez que implica que todas as declarações orais e documentos escritos sejam interpretados/traduzidos para essa língua.

Reto et al. (2016: 97)

Como se vê pelas definições acima, o uso das noções de língua oficial e de língua de trabalho não é totalmente claro, parecendo assentar na oscilação entre uma modalidade de "possibilidade" de uso e "obrigatoriedade" de uso, respetivamente. Contudo, esta distinção não é completamente inequívoca (note-se que o uso de língua oficial na ONU parece corresponder mais ao de língua de trabalho no CICV) e as definições não esclarecem, de resto, quem é responsável por suportar os custos da tradução e interpretação para uma dada língua, o que constitui frequentemente um dos fatores-chave para a decisão de promover um idioma ao estatuto de língua oficial e/ou de trabalho.

Dada a fluidez no uso dos termos e o facto de muitas OI não apresentarem qualquer distinção, bem como o facto de encontrarmos outras designações, entre as quais “língua de documentação” e “língua procedural”, este trabalho irá usar ambas as expressões em paralelo, quando se abordar a questão de modo geral, fazendo a devida diferenciação sempre que necessário, nomeadamente quando a análise da situação do português em organizações específicas assim o exigir.

Tomaremos aqui como referência os textos legais das organizações em causa para a definição do estatuto do português como língua oficial ou língua de trabalho, quando essa identificação ou diferenciação for feita - o que, na realidade, nem sempre se verifica.

Precisamente por nem sempre haver uma clarificação destes estatutos, e porque queremos antes de mais testar a real presença da língua portuguesa nas organizações, essa distinção será feita apenas e quando for relevante.

Como comentário, seria desejável que um dos aspetos a considerar no âmbito da política de língua e do planeamento linguístico fosse precisamente a adoção de um quadro legal para a definição do estatuto de línguas oficiais e línguas de trabalho no seio de organismos internacionais, aplicável a todas as instituições a nível mundial.

CAPÍTULO 4
O PORTUGUÊS EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS:
PANORAMA ATUAL

CAPÍTULO 4. O PORTUGUÊS EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: PANORAMA ATUAL

A definição do número de organizações em que o português é uma língua oficial ou de trabalho apresenta algumas variações, a primeira das quais se prenderá precisamente com o seu estatuto – como língua oficial, de trabalho ou de documentação (definições que, como acabámos de ver, são um tópico em si problemático) – e com o seu uso efetivo.

Os dados apresentados por Ulrich Ammon (2003)⁴⁰, apontavam para que o português fosse língua oficial/de trabalho em catorze organizações - sem especificar quais as instituições em causa.

Já Mário Filipe (2006) afirmava que o português era língua de trabalho em doze organismos internacionais, que citamos:

•ACP – Países de África, Caraíbas e Pacífico •CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa •FIVB – Federação Internacional de Voleibol •Mercosul •OEA – Organização dos Estados Americanos •OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos •OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual •SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral •UA – Unidade Africana •UE – União Europeia •UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental •UL – União Latina.

Filipe (2006: 195)

A consulta de diferentes fontes revela, ainda hoje, um leque de dados nem sempre coincidente em termos de números totais e que, frequentemente, não é possível confirmar, de modo inequívoco, através de uma pesquisa sobre as organizações em causa.

Há ainda um aspeto adicional a ter em conta: o facto de instituições como a UE se desdobrarem em diferentes corpos e agências implica que haja por vezes discrepâncias em termos de contagem, conforme se considere que eles fazem parte de uma instituição-mãe, ou se tome cada um deles em separado (caso, por exemplo da União Europeia, com o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, entre outros organismos).

O “Plano de Acção Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa”, datado de 2010⁴¹, refere que: “O português já é utilizado – como língua

⁴⁰ “The international standing of the German language”, in Maurais, J. e Morris, M. A., Eds. (2003). *Languages in a Globalising World* [citando dados de Fischer Weltalmanach, 1995]. Cambridge: Cambridge University Press, pp.241.

⁴¹ Disponível em: https://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf. Página consultada em 12 de maio de 2017.

oficial, de trabalho ou de documentação – em mais de duas dezenas de organismos multilaterais ou regionais.”.

Numa abordagem mais recente, Reto et al. (2016), citando fontes do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, apresentam um mapa que considera o português como língua oficial e/ou de trabalho de dezassete organizações (sem explicitar quais as organizações em que é LO e aquelas em que é LT, demonstrando, mais uma vez, a dificuldade associada a essa distinção).

A análise que se irá apresentar pretende rever e atualizar estes dados, com base no estatuto de língua oficial/de trabalho, e ser o mais exaustiva possível, tendo também em conta a relevância destas instituições a nível internacional.

Na linha do que foi dito quanto ao teor das propostas a serem aqui apresentadas, em termos da sua inscrição numa estratégia organizada de PLPL, e na medida em que se prestam ao estabelecimento de paralelos com potenciais alvos para a expansão do português, as instituições intergovernamentais são aquelas cujo estudo privilegiaremos, pois julgamos que tal nos permitirá retirar um maior número de ilações sobre o estatuto do português à data e refletir sobre linhas de orientação para a difusão da língua portuguesa no futuro.

4.1. Identificação e caracterização das instituições em que o português é língua oficial/língua de trabalho

As organizações em que o português tem estatuto de língua oficial e/ou de trabalho (LO/LT) revestem-se de diferentes características e funções, mas são, geralmente, instituições governamentais internacionais de âmbito global ou regional.

Existem também organismos internacionais de carácter desportivo, cultural, científico e intelectual que contam o português como uma das suas línguas oficiais; como referimos, por se tratar frequentemente de organizações não-governamentais, estas instituições não serão aqui analisadas – exceção apenas para federações desportivas internacionais de carácter global, a que iremos aludir de forma breve.⁴²

⁴² Note-se que o português é língua oficial de federações desportivas regionais, como a CONMEBOL – Confederação Sul-Americana de Futebol, a CONSANAT – Confederação Sul-Americana de Natação, a CONSUDATLE – Confederação Sul-Americana de Atletismo, a CONSUR – Confederação Sul-Americana de Râguebi, a CSV – Confederação Sul-Americana de Voleibol ou a PATHF – Federação Pan-Americana de Andebol, mas considerámos que é aqui relevante tomar apenas em conta as federações de escopo global.

Em comparação com recolhas anteriores, nomeadamente Filipe (2006), é de assinalar que uma organização não foi aqui retomada: a defunta União Latina, cujas atividades foram suspensas em janeiro de 2012, tendo a dissolução do respetivo secretariado-geral tomado efeito a partir de julho do mesmo ano.⁴³

Relativamente a essa recolha, existe um outro caso de difícil caracterização: a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), de que faz parte a Guiné-Bissau e cuja informação aponta para que o português não seja, ainda, utilizado de forma efetiva. Os restantes membros são países de língua oficial francesa e o tratado de constituição refere, no artigo 105: *“La langue de travail de l'Union est le français. La Conférence des Chefs d'Etat et de Gouvernement peut ajouter d'autres langues de travail.”*⁴⁴

Até ao momento, não foi possível encontrar qualquer adenda que contemple a adoção do português como LT e a documentação desta instituição surge exclusivamente em francês. Em 2015, o então primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Domingos Simões Pereira, manifestava-se explicitamente sobre a necessidade de a língua portuguesa ser reconhecida como língua de trabalho, acrescentando que o facto de a legislação da UEMOA se encontrar unicamente em francês constituía um dos principais entraves à sua aplicação naquele país.⁴⁵

Nesse sentido, esta organização apenas foi incluída na listagem tendo como base a diferenciação LO/LT e a ideia de que, por defeito, o português seria língua oficial daquela organização no momento em que a Guiné-Bissau passa a fazer parte da UEMOA. Contudo, essa é uma situação sem verdadeiros efeitos práticos, se a língua portuguesa não for também adotada como língua de trabalho, algo que nem o tratado da UEMOA, na sua versão revista, nem a consulta de documentos ou do *site* da instituição⁴⁶ deixam, para já, antever.

A posição do português na UEMOA é, a esse nível, semelhante à situação na Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara (CEN-SAD), uma organização que conta com a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe como membros, onde o português ainda não terá conseguido

⁴³ Informação disponível em: <http://www.unilat.org/SG/2309>. Página consultada a 15 de maio de 2017.

⁴⁴ Tratado disponível em: http://www.uemoa.int/fr/system/files/fichier_article/traireviseuemoa.pdf. Consultado a 15 de maio de 2017.

⁴⁵ Veja-se para o efeito: <https://observalinguaportuguesa.org/pm-da-guine-bissau-quer-uemoa-a-falar-portugues/>. Página consultada a 15 de maio de 2017.

⁴⁶ De forma sintomática, o logótipo correspondente à língua portuguesa encontra-se inativo, enquanto a versão em inglês (que não é língua oficial/de trabalho da organização) está, ainda que de forma parcial, a funcionar. Veja-se: <http://www.uemoa.int/en>. Página consultada a 15 de maio de 2017.

ganhar um papel relevante.⁴⁷ Em qualquer dos casos, a presença de um grande bloco francófono (acrescida, na CEN-SAD, do papel do árabe) parece tender a inviabilizar o uso efetivo da língua portuguesa.

A listagem que se segue apresenta também algumas diferenças face àquela que é proposta pelo *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, de Reto et al. (2016), em que não são considerados vários dos organismos aqui mencionados e, inversamente, surgem alguns organismos que não retomámos neste trabalho. Com efeito, constam daquela lista:

- Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)
- Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL)
- Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
- Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)
- Comunidade de Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD)
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)
- Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)
- Organização Mundial de Saúde (OMS)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
- Organização dos Estados Americanos (OEA)
- Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI)
- União Africana (UA)
- União Europeia (UE)
- União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)
- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS)

Na nossa abordagem, não foram incluídos quatro dos organismos citados, a saber:

- a) a CEPAL, por julgarmos que, tratando-se de uma comissão regional da ONU, não deveria ser considerada como uma organização internacional *per se*, ao contrário

⁴⁷ Sobre a CEN-SAD, ver o *site* da organização: <http://www.censad.org/>. Note-se que a própria vitalidade da organização, cuja sede se mantém na Líbia, tem estado em causa, mas, já este ano, uma nova reunião da Comunidade veio procurar lidar com alguns dos problemas que afetam a região, nomeadamente o terrorismo; leia-se, para o efeito: <http://bref24.com/la-cen-sad-reaffirme-son-ambition-de-la-creation-dun-centre-de-lutte-antiterroriste/>. Páginas consultadas a 15 e 25 de maio de 2017.

do que acontece com agências especializadas das Nações Unidas, que são definidas como organizações internacionais autónomas e dispõem de uma estrutura e de um orçamento próprios - neste sentido, seguimos a abordagem da própria ONU;⁴⁸

- b) a COMESA, dado que neste momento não existe qualquer país-membro de língua portuguesa⁴⁹, tendo Angola e Moçambique abandonado a organização (o que, por sua vez, se poderá ligar com a sua presença na SADC, a qual, estranhamente, não surge na listagem de OI onde o português é LO/LT apresentada no *Atlas*);
- c) a OMS, por não ter sido encontrada qualquer referência à adoção do português como língua oficial/de trabalho - apesar de existirem páginas associadas ao funcionamento da organização em português, um dado que retomaremos posteriormente;
- d) a UNESCO, dado que a organização não adotou ainda o português como sua língua oficial de direito pleno, embora seja usada em contextos específicos, como a sua Conferência Geral (que não consideramos, também, como um organismo autónomo); na Conferência Geral, são usadas as seis línguas oficiais da ONU (árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo), a que se juntam três outras línguas - hindi, italiano e português - num total de nove línguas oficiais⁵⁰, o que poderá ser um bom indicador sobre o estatuto da língua portuguesa na UNESCO e, até, noutras agências das Nações Unidas.

Os dados da tabela 4.1 provêm, assim, do cruzamento de várias fontes bibliográficas e digitais, tendo a informação sido verificada através da consulta de obras de referência sobre organizações governamentais internacionais⁵¹, de páginas eletrónicas das instituições, e da obtenção dos tratados de criação das OI em causa. Sempre que possível (e necessário), procurou-se confirmar os dados através de contacto direto com estes organismos.

⁴⁸ Como se pode verificar através da consulta do seu *site*: <http://www.un.org/en/sections/about-un/funds-programmes-specialized-agencies-and-others/>. Página consultada em 25 de maio de 2017.

⁴⁹ Mais uma vez, estes dados podem ser confirmados pela consulta da informação disponibilizada pela organização em: <http://www.comesa.int/comesa-members-states/>. Página consultada em 25 de maio de 2017.

⁵⁰ Cf. o artigo 54 do documento *Rules of Procedure of the General Conference*, disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=48895&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Página consultada em 22 de maio de 2017.

⁵¹ Tomou-se como referência para este estudo, para além de obras dedicadas especificamente à língua portuguesa, a compilação de Lansford, Tom (ed.), *Political Handbook of the World 2015*, procedendo-se, sempre que necessário, às devidas atualizações.

Tabela 4.1 Organizações internacionais em que o português é língua oficial/de trabalho

Sigla/Acrónimo	Nome da Organização	Outras línguas oficiais/de trabalho	Países-membros de LOP	Adoção do Português
Organizações com uma ou duas línguas oficiais/de trabalho				
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	-	8 países de LOP + Guiné Equatorial	Artigo 6 dos estatutos exige Português como LO dos seus membros
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração	Espanhol	Brasil	1980 - Tratado de Montevideo consagra dois textos de fundação da ALADI (espanhol e português)
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos	Espanhol	Brasil, Portugal	Estatutos da OEI – Artigo 1 (PLO)
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano	Francês	Guiné-Bissau	Sem informação (por defeito LO), não é LT
Organizações com três línguas oficiais/de trabalho				
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento	Francês e Inglês	PALOP + Portugal e Brasil	Adoção de facto em documentos
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	Francês e Inglês	Cabo Verde, Guiné-Bissau	1993 - Tratado revisto da CEDEAO, artigo 87 (PLO e LT)
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul	Espanhol e Guarani	Brasil	1991 - Tratado de Assunção, artigo 17 (PLO)
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	Francês e Inglês	Angola, Moçambique	1992 - Tratado da SADC, Capítulo 15, artigo 37 (PLT)
Organizações com quatro línguas oficiais/de trabalho				
ACP	Países de África, Caraíbas e Pacífico	Espanhol, Francês e Inglês	Brasil e PALOP	1992 - Revisão do tratado de Georgetown, artigo 25
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	Espanhol, Francês e Inglês	Brasil e Portugal	1959 - Acordo de criação do BID consagra textos em inglês, francês, português e espanhol
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central	Espanhol, Francês e Inglês	Angola, São Tomé e Príncipe	1983 - Tratado de criação da CEEAC, artigo 85
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel-Saara	Árabe, Espanhol e Francês	Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe	Sem documentação disponível
OEA	Organização dos Estados Americanos	Espanhol, Francês e Inglês	Brasil	Versão revista do tratado da OEA consagra textos em espanhol, inglês, português e francês, Capítulo XXI, artigo 139
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazónica	Espanhol, Inglês e Neerlandês	Brasil	1978 - Tratado de Cooperação Amazónica, Artigo XXVIII Refere versões em quatro idiomas, todos igualmente válidos
SELA	Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe	Espanhol, Francês e Inglês	Brasil	1975 - Convénio constitutivo do SELA, artigo 38
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas	Espanhol, Inglês e Neerlandês	Brasil	2008 - Tratado constitutivo da UNASUL, artigo 23
ZPCAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul	Espanhol, Francês e Inglês	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe	Sem documentação, informação de diferentes fontes indica quatro línguas oficiais, incluindo português
Organizações com cinco ou mais línguas oficiais/de trabalho				
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos	Espanhol, Francês, Inglês, Neerlandês	Brasil	2010 - Declaração de Caracas em português
FIVB	Federação Internacional de Voleibol	Árabe, Espanhol, Francês, Inglês, Russo (Francês e Inglês como LT)	8 países de LOP+Guiné Equatorial	1947- Brasil e Portugal países fundadores (total de 14) 2014 - Definição de Português como LO, artigo 1.6.1
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual	Árabe, Chinês (Mandarin), Espanhol, Francês, Inglês, Russo	7 países de LOP (-Timor)+Guiné Equatorial	2000 – Assembleia dos estados-membros, português como língua de trabalho sob condições específicas
UA	União Africana	Árabe, Francês, Inglês, Espanhol e Swahili	5 PALOP	2000 - Acto Constitutivo [sic] da União Africana, artigo 25
UE	União Europeia	24 LO no total 3 LT na Comissão Europeia	Portugal	1992 - Tratado de Maastricht refere validade da versão portuguesa

O português é, segundo os dados atualmente disponíveis, língua oficial e/ou de trabalho num total de vinte e duas organizações, embora quatro delas (o BAfD, a CEN-SAD, a UEMOA e a ZPCAS) não apresentem documentação que clarifique o estatuto do português e a sua adoção pareça pouco efetiva em algumas delas - em particular na UEMOA e na CEN-SAD, pelo que foi dito anteriormente.

Existe ainda um caso de uso do português que não foi incluído na listagem anterior e que importa referir, o do Congresso da FIFA, onde o português é utilizado, mas que nos parece não poder ser contabilizado como um caso de organização internacional, sendo um organismo da FIFA (tal como acontece com a Conferência Geral da UNESCO).

A FIFA, que conta com oito línguas oficiais (alemão, árabe, espanhol, francês, inglês e russo), refere, no artigo 9 da versão atualizada dos seus estatutos⁵², que o português é língua oficial do Congresso, mas, como sabemos, a campanha para que o português se torne língua oficial daquela instituição continua a desenrolar-se e, por este motivo, esta organização não foi incluída na nossa listagem, sendo retomada no capítulo seguinte, quando analisarmos as propostas de expansão da língua portuguesa a novas OI.

Uma análise rápida das organizações elencadas permite tornar dois aspetos visíveis: a adoção do português e de outras línguas deriva, em todos os casos, da presença de países que têm essas línguas como línguas oficiais (como seria de esperar); por outro lado, nem todas as LO dos países-membros são necessariamente adotadas como línguas de trabalho/oficiais, o que demonstra que fatores como as relações de poder (económico, político) e, também, o peso demográfico (número de falantes) são elementos que enformam estas decisões, na linha do que defendem autores como Graddol (2006).

Como se pode constatar, os idiomas com que o português convive nestas organizações correspondem, *grosso modo*, às línguas definidas por Calvet (2002) como línguas supercentrais (com destaque para o francês e o espanhol) e à língua hipercentral, o inglês.

A nível da caracterização das instituições em que o português é língua oficial/de trabalho, elas dividem-se essencialmente em três tipos:

- associações desportivas, neste caso representadas pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB);

⁵² Ver informação disponível em:

http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/generic/02/78/29/07/fifastatutswegen_neutral.pdf.

Página consultada em 22 de maio de 2017.

- organizações internacionais governamentais, que perfazem dezanove do total, incluindo algumas agências de organizações-mãe como a ONU (veja-se o caso da OMPI), ou blocos de países com fins de cooperação específicos, sobretudo na área económica;
- instituições financeiras internacionais, que, embora também de carácter governamental, se distinguem geralmente das restantes OI – inscrevem-se neste caso duas instituições, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Africano de Desenvolvimento.⁵³

Em termos de distribuição geográfica e áreas de influência, contamos um número considerável de organizações de carácter regional, com particular relevância para o continente americano (e o subcontinente sul-americano) e para África. Assim, o português é língua oficial em organizações regionais em três continentes e em várias instituições de carácter intercontinental ou global:

- África – 7 organizações: BAfD⁵⁴, CEEAC, CEDEAO, CEN-SAD, SADC, UA, UEMOA;
- América – 8 organismos, em grande parte com base na América do Sul e América Central (seis do total), demonstrando o papel que o Brasil desempenha neste contexto;
- Europa – só a UE conta com o português como língua oficial, sendo as línguas de trabalho na Comissão Europeia apenas três (inglês, francês e alemão);
- Instituições com distribuição intercontinental – 6 organismos no total: ACP, CPLP, OEI, OMPI, ZPCAS e uma federação desportiva, a FIVB.

A escolha das línguas oficiais, nomeadamente do português, como facilmente podemos depreender, resulta em grande parte da configuração geopolítica das instituições, o que permite explicar que um número considerável se encontre nos continentes americano e africano.

⁵³ É de notar que o BAfD não apresenta um documento que contemple o uso específico do português, fazendo menção no acordo que estabelece a sua criação (versão de 2011), no artigo 41, “*The working languages of the Bank shall be, if possible, African languages, English and French.*”. Contudo, para os documentos mais importantes, o BAfD disponibiliza versões em português e árabe, de forma sistemática e regular. Cf. tratado em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Legal-Documents/Agreement%20Establishing%20the%20ADB%20final%202011.pdf> . Página consultada a 23 de maio de 2017.

⁵⁴ Embora uma instituição essencialmente regional, o BAfD permite a adesão de países “não-regionais”, tendo Portugal sido precisamente um dos primeiros países fora do continente africano a aderir, em 1983.

Esta configuração geopolítica evidenciaria, assim, o maior peso que o português tem - a nível económico, político e demográfico - em continentes como a América e a África e o facto de uma maior presença de países lusófonos (em organizações intercontinentais) ajudar a cimentar a sua posição global, ao mesmo tempo que parece apontar para um papel mais subsidiário num continente como a Europa e a sua, de alguma forma esperada, fraca visibilidade na Ásia.

Não podemos, contudo, deixar de notar que esta leitura não é totalmente inequívoca, dado que a União Europeia é, na verdade, a grande instituição de referência no continente, e que, por outro lado, a utilização do português poderá nem sempre ser tão alargada como se esperaria (ou desejaria), em particular no seio de instituições no continente africano ou de organizações globais. Por outro lado, o facto de o português não ter conseguido, até ao momento, adquirir o estatuto de língua oficial ou de trabalho na maioria das agências da ONU demonstra a necessidade de concertação por parte dos países lusófonos - e, crucialmente, de um significativo investimento financeiro - para que a língua portuguesa ganhe um perfil realmente global em termos de organizações internacionais.

Para melhor avaliarmos o peso do português e as razões para um maior ou menor uso efetivo nestas instituições, importa, por isso, ter em atenção os diferentes contextos que estão na base da sua adoção, a configuração geográfica, linguística, económica e política das organizações em que o português é atualmente LO/LT, bem como analisar alguns casos específicos, a fim de testar a vitalidade da língua portuguesa em diferentes organizações, não só quando compete com o inglês, mas também quando coexiste com outras línguas supercentrais.

4.2. Contextualização da adoção do português como língua oficial/de trabalho em organizações internacionais

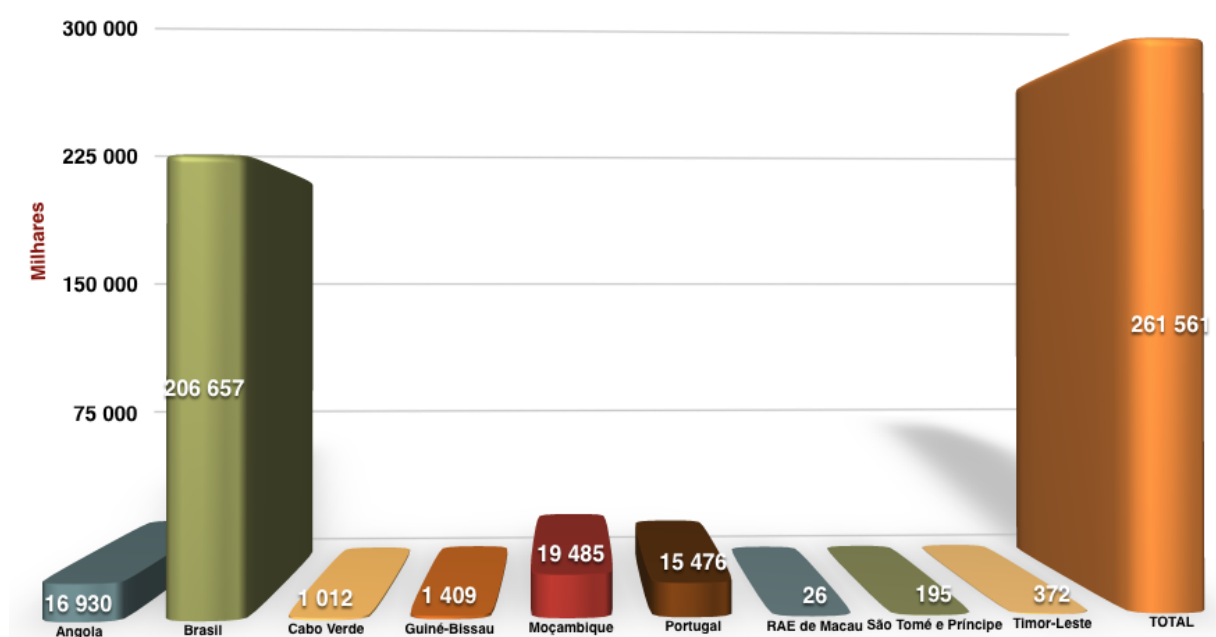
Se a implementação do português no contexto de organizações internacionais depende, antes de mais, da presença de países lusófonos no seu seio, impõe-se, naturalmente, uma palavra sobre a CPLP, em que o fator língua é precisamente o polo agregador dos seus membros. Não estando em causa o uso do português na vida institucional da organização, importa lembrar que a defesa e a difusão do português no espaço "lusófono" são assuntos

com que os agora nove países de língua oficial portuguesa se debatem e um dos motivos que levaram à criação desta organização.⁵⁵

Com efeito, em qualquer dos PALOP e em Timor-Leste, a língua portuguesa não é dominada por toda a população - uma questão que se liga, simultaneamente, com taxas de escolarização e de literacia - e o seu estatuto enquanto língua materna, língua segunda ou, até, língua estrangeira requer uma análise cuidada, tanto mais porque este estatuto tem impacto na forma como é feita a aquisição/aprendizagem da língua portuguesa.

Uma abordagem mais atenta dos dados estatísticos, que frequentemente fazem coincidir as taxas de literacia com o domínio da língua portuguesa, confirma isto mesmo:⁵⁶

Gráfico 4.1 Número de falantes de Português - dados relativos a 2015



Fonte: Observatório da Língua Portuguesa, com base em recolhas feitas pela ONU e junto da RAE de Macau

Disponível em <https://observalinguaportuguesa.org/falantes-de-portugues-2>

⁵⁵ O propósito de "Incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)" é um dos aspetos mencionados na Declaração Constitutiva da CPLP, criada em 1992. Documento disponível em <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=3869>. Página consultada em 24 de maio de 2017.

⁵⁶ O gráfico 4.1 e a tabela 4.1. estão disponíveis em <https://observalinguaportuguesa.org/falantes-de-portugues-2/>. Página consultada em 24 de maio de 2017.

Tabela 4.2 Dados sobre a percentagem da população que domina o português (2015)

	População residente (milhares)	Percentagem considerada	Emigrantes (milhares)	Falantes de Português (milhares)
Angola	22820	72%	500	16930
Brasil	203657	100%	3000	206657
Cabo Verde	508	90%	555	1012
Guiné-Bissau	1788	62%	300	1409
Moçambique	27122	70%	500	19485
Portugal	10676	100%	4800	15476
RAE de Macau	643	4%	0	26
São Tomé e Príncipe	203	91%	10	195
Timor Leste	1173	30%	20	372
TOTAL	268571		9715	261561

Fonte: Observatório da Língua Portuguesa, a partir de estimativas da CIA e da UNESCO, de dados das Nações Unidas e do Governo da RAE de Macau
Disponível em <https://observalinguaportuguesa.org/falantes-de-portugues-2>

O gráfico e a tabela acima apresentados evidenciam as diferenças entre os números respeitantes à população total dos países de língua oficial portuguesa (e da região de

Macau) e ao número de falantes de português - não estando incluídos dados sobre a Guiné Equatorial, onde, até à data, não há informações claras sobre o uso do português, mas se estima que este se circunscreva a contextos muito limitados.⁵⁷

Estas estimativas, em relação às quais o Observatório da Língua Portuguesa faz algumas ressalvas⁵⁸, demonstram que não existe uma correspondência imediata entre a população e o número de falantes, havendo, a acreditar nos dados, cerca de seis milhões e meio de pessoas que não dominam o português nos países de língua oficial portuguesa - descontando já os cerca de 650 mil habitantes de Macau⁵⁹, por se tratar de uma região sob administração chinesa.

Mais do que isso, o recurso a taxas de alfabetização para medir o número de falantes não nos diz qual o estatuto do português (língua materna, língua veicular, língua segunda, língua estrangeira) nos diferentes contextos e países da CPLP.

Procurando clarificar esta questão e consultando os dados do Ethnologue, cujas recolhas fazem a distinção entre diferentes estatutos da língua, o português surgiria em sétimo lugar na lista de "primeiras línguas" (entendidas aqui como línguas maternas), com 219 milhões de falantes de L1, ficando, assim, atrás do chinês, cuja variante dominante é o mandarim (com 898 milhões de falantes como língua materna), do espanhol, do inglês, do árabe (são contabilizados 295 milhões de falantes no total, incluindo diversas variantes), do hindi e, também, do bengali (com 242 milhões de falantes).⁶⁰

⁵⁷ Em artigo de 21 de maio de 2017, o Cônsul honorário de Portugal na Guiné Equatorial refere que a presença da língua portuguesa se reduz a pequenos "núcleos" e afirma que não houve progressos significativos em termos de ensino-aprendizagem do português. Artigo disponível em <https://observalinguaportuguesa.org/lingua-portuguesa-reduzida-a-pequenos-nucleos-na-guine-equatorial/>. Página consultada a 24 de maio de 2017.

⁵⁸ Por exemplo, a percentagem considerada para o número de falantes na tabela 5.1. corresponde à taxa de alfabetização estimada para 7 dos países de LOP considerados (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), embora tenham sido feitos ajustes de um ponto percentual para Angola (acima do indicado nas estimativas para a taxa de alfabetização), e tenha sido considerado um número inferior ao da taxa de alfabetização para Timor-Leste, por se considerar que a escolarização poderá ter sido feita noutra língua, nomeadamente em Bahasa. Já para o Brasil (à semelhança de Portugal) foi considerada a totalidade da população no cálculo do número de falantes de português, à margem de questões de escolarização, o que é um pressuposto discutível. Como referência, dados do Banco Mundial (a partir de recolhas da UNESCO) indicam que a taxa de literacia no Brasil seria de cerca de 92,5% em 2015. Dados disponíveis em <http://data.worldbank.org/indicador/SE.ADT.LITR.ZS?locations=BR>. Página consultada a 24 de maio de 2017.

⁵⁹ Dados sobre os censos de 2016 disponíveis em: <http://www.dsec.gov.mo/Intercensos2016/home.aspx/default.aspx?lang=en-US>. Página consultada a 24 de maio de 2017.

⁶⁰ Dados disponíveis em <https://www.ethnologue.com/statistics/size>. Página consultada em 25 de maio de 2017.

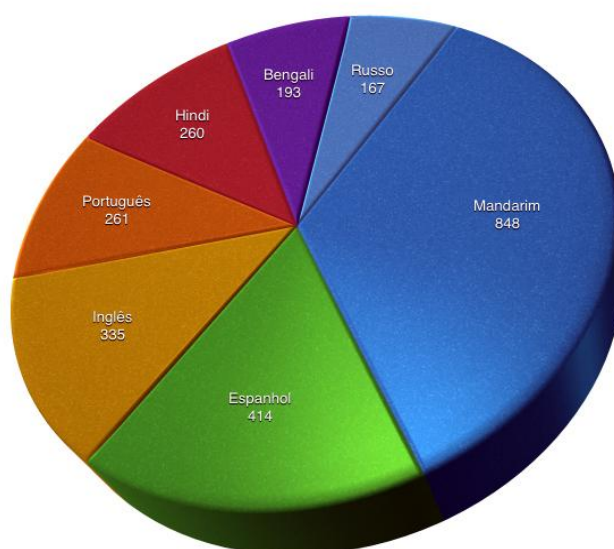
Tabela 4.3 Ranking das dez línguas mais faladas do mundo - L1/LM

Rank	Language	Primary Country	Total Countries	Speakers (millions)
1	Chinese [zho]	China	37	1,284
	Chinese, Mandarin [cmn]	China	14	898
2	Spanish [spa]	Spain	31	437
3	English [eng]	United Kingdom	106	372
4	Arabic [ara]	Saudi Arabia	57	295
5	Hindi [hin]	India	5	260
6	Bengali [ben]	Bangladesh	4	242
7	Portuguese [por]	Portugal	13	219
8	Russian [rus]	Russian Federation	19	154
9	Japanese [jpn]	Japan	2	128
10	Lahnda [lah]	Pakistan	6	119

Fonte: Ethnologue, disponível em <https://www.ethnologue.com/statistics/size> (adaptado)

Ora, no recentemente lançado *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, surge a informação de que o português seria a quarta língua materna mais falada do mundo, atrás do mandarim, do espanhol e do inglês, o que reforça a fluidez dos números e a diversidade de abordagens sobre o que constitui o verdadeiro número de falantes de uma língua e, neste caso, sobre o que deve ser o critério para a medição de falantes de língua materna.

Gráfico 4.2 Número de Falantes de Português como Língua Materna



Fonte: Atlas da Língua Portuguesa, disponível no Observatório da Língua Portuguesa <https://observalinguaportuguesa.org/>

Como podemos constatar, o número de falantes de língua materna portuguesa é, aqui, de 261 milhões, o que faz coincidir os dados de LM com os números antes apresentados, relativamente aos falantes de português com base em taxas de alfabetização.

A discrepância nos dados deixa entrever a dificuldade em apurar o verdadeiro estatuto do português, mas, em todo o caso, evidencia que a aquisição e/ou aprendizagem da língua, bem como o seu real uso no universo da lusofonia e o papel que o português desempenha nos diferentes países de LOP são, necessariamente, um dos objetos da ação da CPLP.

As reiteradas menções à necessidade de uma maior implementação do português em países como Timor-Leste⁶¹, ou o facto de Cabo Verde ter decidido adotar uma metodologia de ensino que abordará o português na perspetiva de L2/LE⁶² obrigam-nos a refletir sobre o trabalho que há a fazer neste âmbito e a posição da língua no seio da própria lusofonia.

De que modo se liga este panorama com a presença do português nas organizações internacionais? A noção desta realidade e a importância da implementação "interna" do português parece-nos um ponto de partida fundamental para poder postular a difusão da língua portuguesa em contextos internacionais e globais. Se o português não for compreendido como uma ferramenta de comunicação relevante pelos habitantes dos países lusófonos, o propósito da sua expansão será questionável. Se, inversamente, a língua portuguesa, na sua diversidade e nas suas variedades, for entendida como um elemento crucial de identificação cultural e de comunicação, com vantagens ao nível do seu uso nos negócios, na educação, na ciência, ou na política, entre outros, os esforços de difusão interna e externa à CPLP poderão ser, como se pretende, parte de uma estratégia global de afirmação do português e de valorização da diversidade linguística.

Como referimos antes, o estatuto do português como língua oficial/de trabalho em organismos internacionais deriva diretamente da presença de países lusófonos na sua constituição. Este (aparente) truísmo não implica, todavia, que todas as organizações agora listadas tenham, desde o início, adotado o português e que tenha bastado a presença de países de LOP para que esta fosse adotada nas instituições onde está presente.

⁶¹ A esse título, vejam-se as afirmações de Ramos Horta no 3º Congresso Nacional da Educação: <http://www.dn.pt/lusa/interior/timor-leste-deve-trabalhar-com-cplp-para-maior-implementacao-do-portugues--ramos-horta-8476496.html>. Página consultada em 26 de maio de 2017.

⁶² Segundo a Ministra da Educação de Cabo Verde, Maritza Rosabal, o facto de o português ser tratado como LM, quando tal não se verifica, seria uma das causas de insucesso escolar. Declarações disponíveis em <https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/portugues-passa-ser-ensino-como-lingua-estrangeira-em-cabo-v-5550>. Página consultada em 26 de maio de 2017.

Acresce a este facto a ambivalência com que por vezes as expressões língua oficial e língua de trabalho são usadas, permitindo que, quer o português, quer outras línguas, sejam, em teoria, línguas oficiais de uma instituição, sem que sejam, em termos práticos, usadas de forma consistente.

O caminho para a adoção do português, ou entre o momento da sua adoção e o seu uso efetivo é, por vezes, percorrido ao longo de décadas e com resultados desiguais. Assim, a presença da língua portuguesa implica um esforço concomitante em termos de diplomacia e de investimento financeiro, para que a sua utilização passe da letra dos tratados à prática quotidiana das instituições.

Começando pela análise da organização desportiva intercontinental em que o português é língua oficial⁶³, de forma sucinta, a presença do português na FIVB pode ser justificada pelo facto de o Brasil e, em certa medida, Portugal serem países em que este desporto tem alguma importância e, reciprocamente, essa importância servir para reforçar o seu peso no seio desta instituição. A inclusão do português justifica-se sobretudo por, aquando da sua criação em 1947, dos catorze países fundadores, dois serem de língua oficial portuguesa (Portugal e Brasil). O número relativamente diminuto de membros da organização terá, assim, facilitado a afirmação do português como língua oficial num momento inicial da vida da instituição, algo que viria a diluir-se com a inclusão de um número crescente de países - a organização conta hoje com duzentas e vinte uma federações - e com a presença cada vez mais significativa do inglês.

Atualmente, e de forma quicá sintomática, o presidente da FIVB é um brasileiro, Ary Graça, o que seria de molde a pensar que o português encontra um novo alento nesta instituição. Contudo, a consulta do *site* da federação parece indicar exatamente o oposto, surgindo apenas disponível em inglês⁶⁴, e uma pesquisa sobre as intervenções do presidente da FIVB tem como resultado registos de comunicações feitas quase exclusivamente em inglês.

Olhando para as organizações internacionais governamentais e para os bancos intergovernamentais, a escolha do português como língua oficial, juntamente com outras

⁶³ As restantes associações desportivas em que se pode comprovar a adoção do português (nomeadamente pela consulta dos seus *sites*) são federações sul-americanas, nas quais a presença do Brasil como país lusófono e único grande bloco linguístico, face à quase uniformidade do resto do continente, explica o estatuto do português, a par do espanhol.

⁶⁴ Veja-se o *site* <http://www.fivb.com/>. Dados sobre a estrutura da organização em http://www.fivb.org/EN/FIVB/FIVB_Structure.asp. Páginas consultadas em 29 de maio de 2017.

línguas de matriz europeia, em organizações africanas e americanas, prende-se, em termos de contexto histórico, com a herança linguística deixada por Portugal e por outros países colonizadores nestes continentes - algo que, como vimos, influenciou a própria escolha das línguas oficiais, nomeadamente em África, aquando dos diferentes processos de descolonização.

Não obstante o reconhecimento das línguas nacionais e da multiplicidade e riqueza linguísticas e culturais de ambos os continentes, bem como as declarações (de intenções) de inclusão de outras línguas, em particular africanas, no seio de organizações internacionais (como exemplo, veja-se a União Africana), os obstáculos à sua real utilização – aspetos de ordem económica, em muitos casos, mas também as próprias características de algumas dessas línguas (no que toca à sua normalização) e o número de delegados que efetivamente as dominam – têm levado à manutenção de um *status quo* que perpetua o uso das línguas europeias.

Perante essa conjuntura, o português coexiste com um número limitado de línguas, e é precisamente esse fator que ajuda a explicar que tenha vindo a afirmar-se nestas instituições, pesem as dificuldades em termos do seu uso prático em alguns dos casos, como veremos adiante.

A adoção do português parece ser tanto mais fácil e efetiva quanto menor o número de idiomas com que concorre, mas, também, quanto maior o seu peso relativo face às outras línguas, que se consubstancia ao nível dos países lusófonos que fazem parte dessas instituições.

Em termos de critérios económico-financeiros, os indicadores privilegiados para medir este peso têm sido os do PIB ou do *PIB per capita* e, a esse nível, o Brasil é indiscutivelmente o grande motor da “economia lusófona”, sendo os restantes países atores com maior ou menor destaque consoante a configuração das OI em que se encontram.

Este é provavelmente um dos motivos pelos quais, em termos de blocos regionais, o português é língua oficial/de trabalho num número considerável de organizações africanas e (sul-)americanas, e apenas está presente numa instituição no continente europeu, onde o peso de Portugal mais dificilmente lhe permite competir com outras línguas.

A convivência com apenas uma outra língua (o espanhol), ou um número limitado de línguas e a presença do Brasil explicam que o português tenha sido definido LO/LT desde

a fundação de organizações como a ALADI, o BID⁶⁵, a CELAC o MERCOSUL (onde, de resto, o objetivo de integração económica e cultural é bastante claro), a OEA, a OTCA, o SELA, ou a UNASUL. Numa organização como a OEI, que conta também com a presença de Portugal e cuja matriz ibero-americana claramente coloca o português e o espanhol a par, também não é surpreendente que o português tenha sido consagrado como língua oficial desde o início.

Quanto às organizações africanas, se na SADC, na CEDEAO, na CEEAC e na UA, a adoção do português parece também ter sido consensual e efetuada aquando da sua criação, estando consagrada em tratados constitutivos, e sendo a motivação para o seu uso decorrente da presença de diferentes PALOP, a sua implementação parece ser difícil em todos os casos, como teremos oportunidade de analisar. Embora fosse de esperar que a presença de Angola e Moçambique, conferindo peso ao português (apesar de relativamente inferior ao do francês e do inglês) na SADC, lhe permitisse ter um maior destaque naquela organização, tal não é necessariamente o caso.

Em algumas das organizações consideradas, o momento da adoção do português prende-se com a adesão de países-membros de língua portuguesa, sendo exemplo disso a UE, que automaticamente inclui as línguas oficiais de novos países-membros. Já em organizações como a ACP esse processo parece ter levado algum tempo, algo também decorrente da configuração original da organização e da prevalência do inglês, como acontece na OMPI, onde a língua portuguesa tem vindo a afirmar-se muito lentamente, e apenas em contextos específicos.

Dado que nem todas as instituições disponibilizam informação clara sobre a adoção do português - ou sobre o seu uso - e de modo a compreendermos melhor a situação atual, iremos proceder à análise mais aprofundada, ainda que sucinta, de algumas organizações.

4.3. “Estudos de caso”

A seleção aqui feita pretende contemplar instituições em diferentes continentes e de diferentes tipos, incluindo bancos intergovernamentais - o BID e o BAfD - e organizações regionais mais localizadas (CEDEAO e SADC, em África, e o MERCOSUL, na América), bem como outras organizações de carácter regional "global" - casos como a UA e a UE,

⁶⁵ O Brasil foi um dos países fundadores, vindo Portugal a aderir posteriormente, na qualidade de membro não-regional, em situação semelhante a outros países europeus.

tendo os próprios bancos um caráter mais abrangente e verdadeiramente global, na medida em que permitem a adesão de membros não-regionais.

Algumas destas instituições partilham um traço comum: Portugal é um dos seus países-membros (UE e BAfD, enquanto parceiro não-regional) e/ou possui programas de cooperação linguística com estas instituições, através do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, como acontece em todas as OI africanas tomadas para esta análise. Esta foi, aliás, uma forma de obter um acesso mais direto a alguns dos dados, nomeadamente os que dizem respeito ao ensino do português naqueles contextos.

4.3.1. A União Europeia (UE)

Mais l'Union Européenne doit continuer à accueillir de nouveaux pays membres pour atteindre le nombre de vingt-sept (...) Nous aurions alors, à terme, entre dix-neuf et vingt et une langues officielles (...) Avec vingt langues, on attendrait trois cent quatre-vingts combinaisons de traduction (et ne parlons pas du nombre de cabines d'interprétation qu'il faudra installer dans les différentes salles de conférence...). Le régime linguistique de la Communauté tient donc de la folie.

Calvet (2002: 43-44)

As palavras de Calvet, num momento em que a União Europeia contava apenas com quinze países e onze línguas oficiais, davam conta daquilo que o autor considerava um problema estrutural e financeiro do regime linguístico da instituição, fixado pelo Tratado de Roma, que prevê que as línguas oficiais dos seus países-membros sejam consideradas como línguas oficiais da União.

Criticando a "babelização" da UE e os custos elevados, já à época, da tradução e interpretação, que o autor estimava em 40% do orçamento de funcionamento da instituição (apesar de outros autores salientarem que tal valor correspondia a apenas 0,8% do seu orçamento total), Calvet advogava uma racionalização de recursos, chamando também a atenção para o facto de dificilmente ser possível encontrar profissionais que dominassem combinações de línguas "raras" - dando a título de exemplo o caso de combinações como finlandês-grego.

O autor estabelecia igualmente o contraste com a situação linguística na ONU, que "avec un peu moins de deux cents pays membres a seulement six langues officielles dont deux de

travail pour le Secrétariat général"⁶⁶, reforçando que, em comparação, o sistema adotado na UE "apparaît comme proprement dément"⁶⁷ e que, a manter-se a inclusão de novas línguas, "le fonctionnement linguistique des institutions européennes ne peut à terme déboucher que sur la paralysie ou l'explosion".⁶⁸

Volvidos cerca de quinze anos, as admoestações e os prognósticos de Calvet podem ser encarados de duas formas. Consumado o alargamento a vinte e oito países e contando atualmente vinte e quatro línguas oficiais, a UE mantém de forma persistente a defesa da diversidade linguística, exibindo-a mesmo como uma das suas "bandeiras", podendo considerar-se como alarmistas as previsões de Calvet e afirmar que a União tem sabido estar à altura do desafio do multilinguismo.

O princípio de diversidade linguística, consagrado no artigo 22.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia⁶⁹, o qual estipula que "A União respeita a diversidade cultural, religiosa e linguística", encontra o seu reflexo nas diferentes instituições que a compõem e, em particular, no funcionamento do Parlamento Europeu (PE), em que todos os deputados têm, em teoria, a possibilidade de intervir na sua língua oficial, tendo à sua disposição serviços de interpretação simultânea.

Considerando o regime multilingue da UE e o incentivo ao uso das línguas oficiais dos seus funcionários, sobretudo no Parlamento, seria de esperar que houvesse um relativo equilíbrio no uso das línguas dos países-membros, embora com uma maior preponderância para o uso das línguas dos países com maior representação nesses órgãos.⁷⁰

Numa perspetiva mais cética, contudo, o que podemos verificar quando olhamos mais de perto para o dia-a-dia da instituição é que o inglês domina, se não *de jure*, pelo menos *de facto* e que algumas línguas têm vindo a encontrar sérios obstáculos à sua utilização, pese o seu estatuto de línguas oficiais.

A Comissão Europeia (CE), de resto, funciona com recurso a apenas três línguas de trabalho, ou "línguas procedurais" - o alemão, o francês e o inglês - um regime semelhante

⁶⁶ Calvet (2002: 44).

⁶⁷ *Ibidem*.

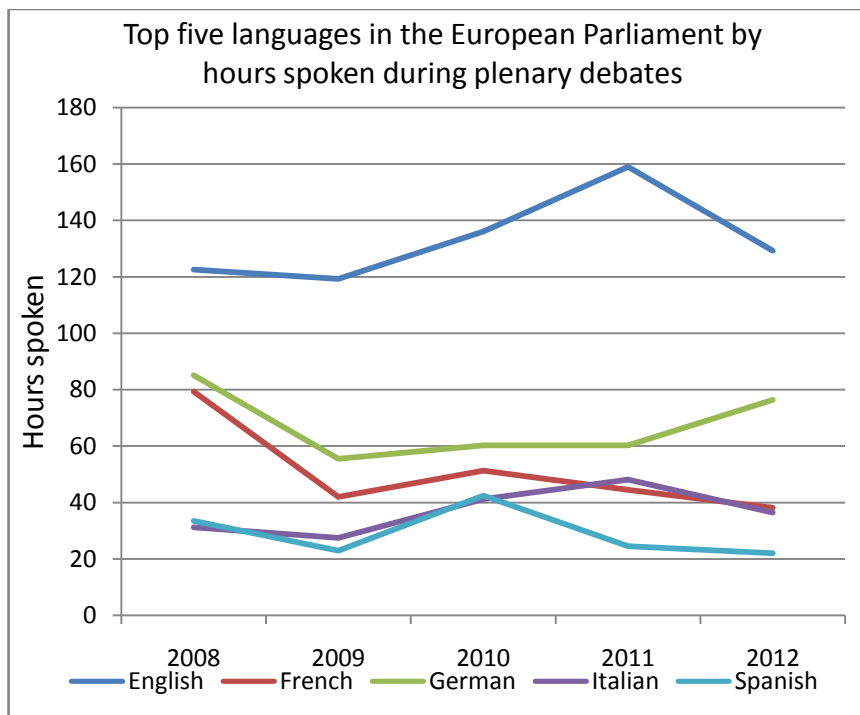
⁶⁸ Calvet (2002: 46).

⁶⁹ Disponível em http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf. Consultado em 30 de maio de 2017.

⁷⁰ Embora não seja de esperar uma correspondência totalmente proporcional em termos de "tempo de antena" de uma língua e o número de deputados do PE, refira-se que, para a legislatura de 2014-2019, do total de 752 deputados, Portugal conta com 21 membros do Parlamento Europeu (ou seja, 2,8% do total de MPE), face a 96 da Alemanha (12,8% do total), 74 de França (9,8%), 73 do Reino Unido e de Itália (9,7% cada), ou 54 de Espanha (7,2% dos deputados do PE). Dados disponíveis em: <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/en/seats-group-member-2014.html>. Página consultada em 30 de maio de 2017.

ao adotado para o Secretariado-Geral da ONU, o que propicia a hegemonia de algumas línguas. E, embora no Parlamento as normas prevejam que qualquer deputado se possa exprimir na sua língua, os dados demonstram que a mais usada é o inglês. Em artigo do jornal britânico *The Guardian*⁷¹, datado de 2014, as estatísticas apresentadas colocavam a língua inglesa bem à frente de qualquer outro idioma usado em debates plenários no PE.

Gráfico 4.3 Línguas mais usadas nos debates do Parlamento Europeu (2014)



Fonte: Artigo do *The Guardian*, citando fontes do Parlamento Europeu

<https://www.theguardian.com/education/datablog/2014/may/21/european-parliament-english-language-official-debates-data>

A estes dados, já de si reveladores, junta-se o facto de muitos dos documentos discutidos no Parlamento Europeu serem redigidos ou vertidos primariamente para inglês - nomeadamente os que são preparados pelos membros da Comissão Europeia, a qual, embora tenha também todas as 24 línguas oficiais do Parlamento, mantém apenas as já referidas três línguas de trabalho. Este é, de resto, um aspeto apontado no mesmo artigo como uma das razões pelas quais é mais fácil para os deputados europeus utilizarem a língua inglesa nos debates plenários. Segundo a então Diretora-Geral de Interpretação e Conferências, Olga Cosmidou:

⁷¹ Artigo de 21 de maio de 2014, disponível em: <https://www.theguardian.com/education/datablog/2014/may/21/european-parliament-english-language-official-debates-data>. Página consultada em 31 de maio de 2017.

*The bulk of the talking in parliament is on legislative issues and these are always put forward by the commissioners in English and often the ensuing discussing between the commission and MEPs will be in English. "This is either because the commissioner has used English, or because the whole [legislative] file prepared by the commission was in English, which induces them to speak English".*⁷²

Neste panorama, as línguas "minoritárias" têm dificuldade em afirmar-se, apresentando um uso marginal: citando ainda as mesmas fontes, em 2012, o estónio, o letão e o maltês tinham sido falados durante uma hora ou menos no PE.⁷³

Um outro exemplo paradigmático dos obstáculos à materialização do ideal europeu de multilinguismo é a situação do irlandês, que - a par do maltês - viu, inclusivamente, o seu estatuto oscilar entre língua oficial e língua de tratado (sendo neste caso obrigatório traduzir apenas tratados e os documentos legais mais importantes). O estatuto do irlandês como língua oficial foi mesmo derogado⁷⁴ entre 2012 e 2016 e a sua interpretação continua a ser um desafio, desde logo pelo número restrito de deputados e funcionários que o dominam.⁷⁵

Em todo o caso, tendo em conta o volume de trabalho de carácter legislativo e o que antes foi dito em relação ao mesmo, o uso de línguas além do inglês (e, em menor grau, do francês e do alemão) nos debates parlamentares terá, provavelmente, um carácter mais simbólico do que um valor intrínseco em termos de defesa do multilinguismo e de impacto na dinâmica de trabalho das instituições europeias.⁷⁶

Não obstante este cenário no que toca às intervenções no Parlamento, é de salientar que a UE disponibiliza os diferentes textos legislativos nas vinte e oito línguas oficiais da instituição e é também de assinalar a tentativa de transparência no que diz respeito aos

⁷² *Ibidem.*

⁷³ No decurso desta investigação, procurou-se obter dados atualizados relativamente ao português no que toca ao uso da língua portuguesa no parlamento, não tendo sido possível obter uma resposta das instituições contactadas.

⁷⁴ Veja-se, para o efeito, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32015R2264>. Página consultada em 31 de maio de 2017.

⁷⁵ A propósito do estatuto e de alguns episódios sobre a interpretação do irlandês, leiam-se os artigos disponíveis em <http://www.irishexaminer.com/ireland/gaeilge-to-become-a-full-working-language-of-the-european-union-386308.html> e <https://www.euractiv.com/section/languages-culture/news/irish-to-be-given-full-official-eu-language-status/>. Páginas consultadas em 31 de maio de 2017.

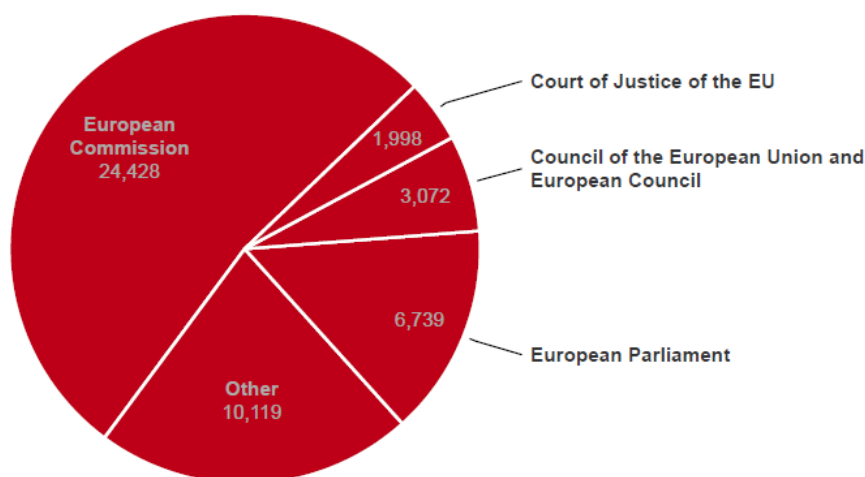
⁷⁶ Essa é a leitura feita pelo cientista político Michael Keating no artigo supracitado, segundo o qual "The point is about representing the nation and national pride. So they insist on being able to speak their own language.", apontando também, a título de exemplo, que "The Danish, Dutch and Swedes seem to be speaking their own language when they're speaking but I bet they don't put on the headphones to get the translation when people are speaking English".

dados relativos à tradução e à interpretação no seio da organização.⁷⁷ A isso não será totalmente alheio o facto de os seus departamentos de tradução e interpretação serem um tópico recorrente de debate, pelo investimento em termos humanos e financeiros que representam, embora esse custo, sobretudo na vertente financeira, seja desmistificado por vários autores e pelas próprias instituições europeias.

De facto, mau grado as vozes que se levantam contra o peso da administração da UE, a instituição tem vindo a demonstrar que os custos de funcionamento da máquina burocrática europeia constituem uma fração do seu orçamento total - segundo dados oficiais, os custos com administração corresponderiam a cerca de 5,7% do seu orçamento anual para 2016⁷⁸, sendo os gastos com a tradução e interpretação apenas uma parcela desse valor.

Em 2015, a UE contava com 46 356 funcionários, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 4.4 Distribuição dos funcionários europeus por instituição



Fonte: <https://theconversation.com/how-many-people-work-for-the-eu-59702>, com base no orçamento da UE para 2016

Os diferentes organismos da UE possuem, regra geral, os seus próprios serviços de tradução e/ou interpretação, existindo também um Comité Interinstitucional para a Tradução e a Interpretação que coordena atividades nestas áreas e cede, quando necessário, profissionais a diferentes instituições europeias.⁷⁹ A título indicativo, dados de um relatório

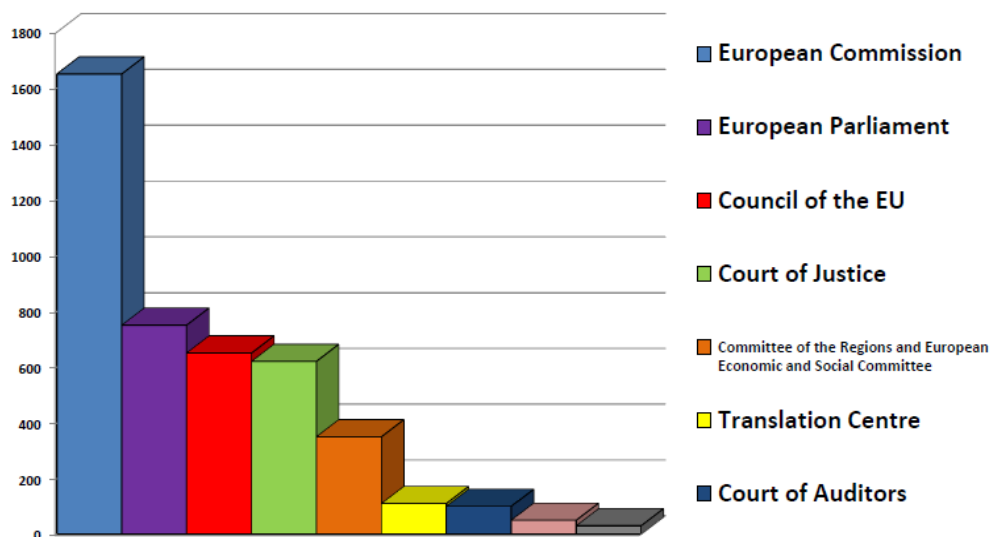
⁷⁷ Fazemos aqui a ressalva de que, apesar do número de documentos, nem sempre foi possível encontrar para a tradução e interpretação dados oficiais de carácter transversal para cada ano (entre diferentes corpos da UE, como o Parlamento ou a Comissão, ou mesmo dentro de um mesmo organismo).

⁷⁸ Dados disponíveis em http://ec.europa.eu/budget/annual/index_en.cfm?year=2016. Página consultada em 1 de junho de 2017.

⁷⁹ Para um mapa de organização das instituições europeias a nível de tradução e interpretação, cf. Anexo I.

preparado para a Comissão Europeia⁸⁰, em 2016, referiam que haveria na UE cerca de 4300 tradutores e 1000 intérpretes, distribuídos pelas diferentes instituições:

Gráfico 4.5 Distribuição de tradutores e intérpretes em organismos da UE (2015)

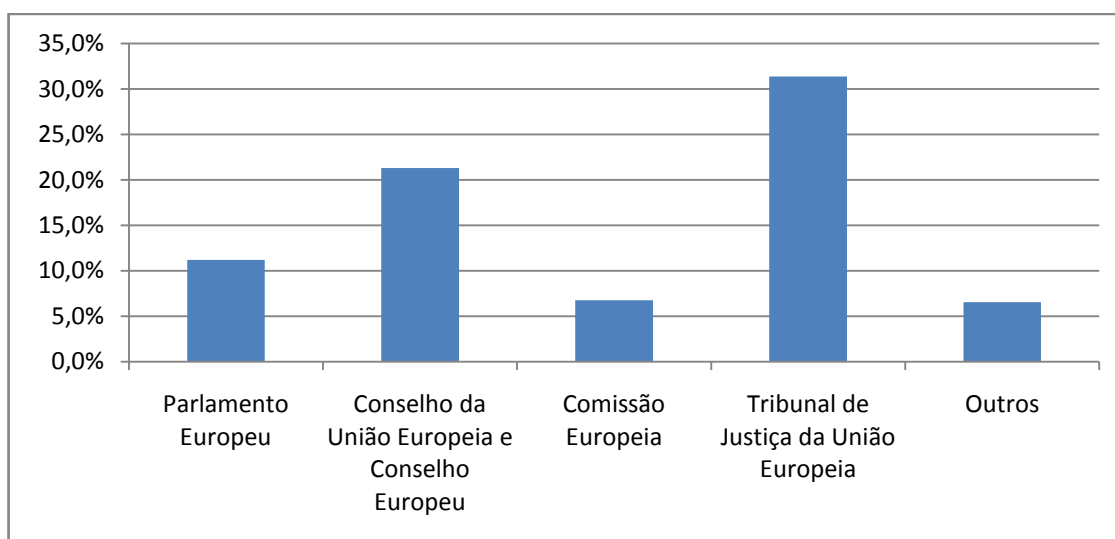


Fonte: Dados preparados para a Comissão Europeia, disponíveis em <http://www.iti.org.uk/attachments/article/771/Careers%20in%20translation%20and%20interpreting%20at%20the%20EU.pdf>

As instituições com maior número de tradutores e intérpretes (e aquelas onde mais frequentemente são criticados esses números), a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, possuem ambas departamentos dedicados à tradução e à interpretação - o que, de resto, acontece na generalidade dos organismos da UE, como referimos. No caso do Parlamento, os serviços de tradução estão sob a alçada da Direção-Geral de Tradução (DG TRAD) e os de interpretação são da responsabilidade da Direção-Geral de Interpretação (DG INTE); no caso da Comissão, esses serviços são assegurados, respetivamente, pela Direção-Geral de Tradução (DGT) e pela Direção-Geral de Interpretação e Conferências (DG SCIC, do francês *Service Commun Interprétation-Conférences*). Em ambos os casos, para além de um número considerável de pessoal permanente, há recurso a profissionais em regime de *freelance*, por forma a satisfazer as exigências das instituições europeias. Apesar disso, em termos de percentagens, o número de tradutores e intérpretes é, em geral, relativamente reduzido quando comparado com o total de funcionários da UE:

⁸⁰ Citados em <https://termcoord.wordpress.com/2012/02/06/the-translation-in-the-european-institutions-in-some-figures/>. Página consultada em 1 de junho de 2017.

Gráfico 4.6 Percentagem de tradutores/intérpretes por instituição (2015)



Fonte: Dados preparados para a CE, disponíveis em <http://www.iti.org.uk/attachments/article/771/Careers%20in%20translation%20and%20interpreting%20at%20the%20EU.pdf> (Gráfico nosso)

Tomando a Comissão Europeia como "amostra" para este estudo - e lembrando que, em 2015, o pessoal permanente da CE representava mais de metade do total da UE - verificamos que os números de profissionais de tradução e interpretação, embora significativos, não são tão avultados como se poderia julgar. Numa brochura relativa a 2016, a DG SCIC indica que possui 529 intérpretes como pessoal permanente.⁸¹

Tabela 4.4 Número de Funcionários da DG SCIC por função (2016)

SCIC Staff by activity		%
Interpreting and linked activities	622	82
Support and assistance to conferences, events and meetings	76	10
Administrative support	62	8
Total	760	100

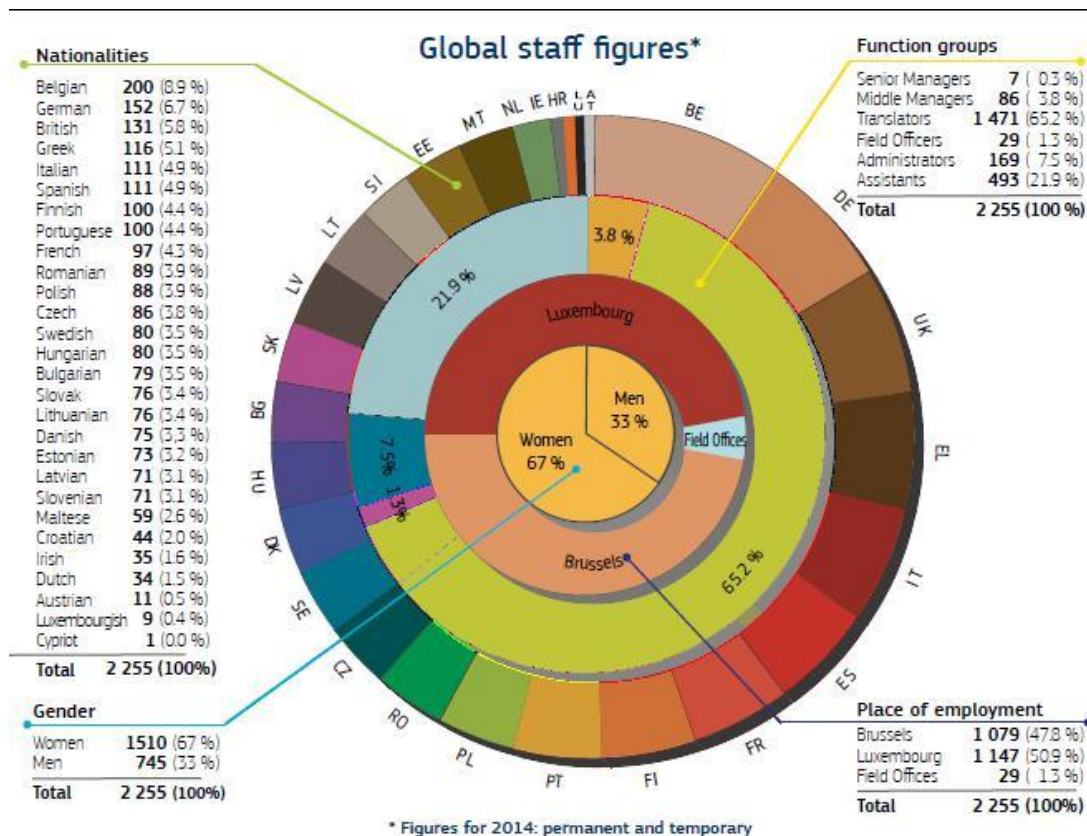
Fonte: Dados da DG SCIC
Disponível em http://ec.europa.eu/dgs/scic/docs/about_dg_int/statistics-brochure.pdf

Por seu turno, e não obstante o facto de a Comissão funcionar com três línguas de trabalho, a DGT apresentava, em dados sobre 2014, um corpo de tradução diverso e plurilingue,

⁸¹ Note-se que, segundo a mesma fonte, a DG SCIC recorre a uma reserva de 3000 tradutores/intérpretes em regime de *freelance*. Informação disponível em http://ec.europa.eu/dgs/scic/docs/about_dg_int/statistics-brochure.pdf. Página consultada em 2 de junho de 2017.

contando com um total de 1471 tradutores⁸², algo que se compreende se pensarmos que os textos legislativos têm de ser vertidos nas vinte e quatro línguas oficiais da UE.

Gráfico 4.7 Número de funcionários da DGT e sua distribuição (2014)



Fonte: Dados Estatísticos da União Europeia - Comissão Europeia (atualmente não disponível)

Embora algumas vezes se manifestem contra o número de tradutores e intérpretes da UE e a questão dos profissionais em regime de *freelance* obscureça um pouco os dados totais, que não deixam de ser impressionantes, a Comissão refere que estes serviços têm um impacto diminuto nos bolsos dos contribuintes europeus: a DG SCIC, por exemplo, estima que os seus serviços custem a cada cidadão da UE a quantia de €0,24 por ano, assegurando o equivalente a 97404 dias de interpretação.

De forma talvez mais significativa, importa analisar em que é que esses serviços se materializam e verificar qual a posição relativa de diferentes línguas. Ainda segundo os

⁸² Dados obtidos em http://ec.europa.eu/dgs/translation/whoweaare/translation_figures_en.pdf. Página consultada em 19 de junho de 2015, no âmbito da realização de trabalho de seminário; não disponível atualmente.

mesmos dados, do total de dias de interpretação fornecidos, as dez línguas com maior volume de interpretação são as que se seguem:

Tabela 4.5 Línguas com maior número de dias de interpretação - DG SCIC (2016)

LANGUAGE	Interpretation days / year	Share of meetings with interpretation into
ENGLISH	10812	98%
FRENCH	10302	74%
GERMAN	9427	59%
SPANISH	8495	51%
ITALIAN	8394	49%
DUTCH	4486	23%
PORTUGUESE	4024	22%
POLISH	3737	19%
GREEK	3317	17%
SLOVAK	3089	14%

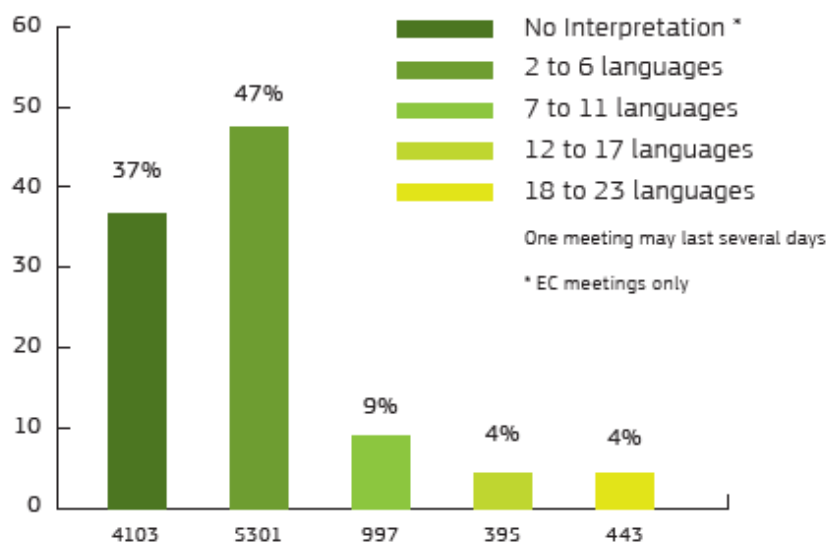
Fonte: Dados da Comissão Europeia - Direção-Geral de Interpretação e Conferências
Disponível em http://ec.europa.eu/dgs/scic/docs/about_dg_int/statistics-brochure.pdf
(Seleção nossa)

Se olharmos para a posição relativa do português em termos da percentagem de dias de interpretação, verificamos que esta corresponde a cerca de 4% do total de serviços prestados pela DG SCIC, o que, comparando com o peso do português quanto ao número de deputados no Parlamento, se encontra em linha com a representação de Portugal naquele órgão - a esse nível o inglês, com cerca de 11% do volume de serviços de interpretação, estaria também sensivelmente de acordo com o seu peso em termos de deputados do Reino Unido (não esquecendo que a Irlanda e Malta também têm o inglês como uma das suas línguas oficiais).

Em contrapartida, e demonstrando que não podemos equacionar a presença e o peso de cada língua simplesmente pelo número de deputados, o facto de apenas cerca de 22% das reuniões terem interpretação em português, contra os 98% de inglês, bem como o facto de todas as outras línguas supercentrais a nível global (o francês ou o espanhol) e de as línguas com maior peso em número de membros do PE (o alemão ou o italiano) se cifrarem em valores bem abaixo da língua inglesa, deixa-nos entrever uma dinâmica em que muitas das reuniões têm lugar com recurso maioritário ao inglês e em que os deputados e membros da Comissão interagem sem necessidade de interpretação.

Aliás, será interessante verificar que o projeto multilingue da União Europeia se consuma, frequentemente, no uso de um número restrito de línguas:

Gráfico 4.8 Serviços de interpretação usados nas reuniões da Comissão Europeia (2016)



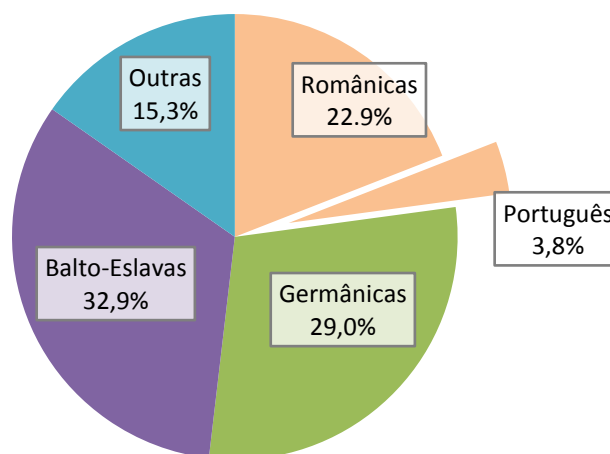
Fonte: Dados da Comissão Europeia - Direção-Geral de Interpretação e Conferências
Disponível em http://ec.europa.eu/dgs/scic/docs/about_dg_int/statistics-brochure.pdf

O facto de mais de um terço das reuniões não dispor (ou não necessitar) de interpretação sugere que haverá uma língua franca, por defeito, nessas reuniões - sendo previsível que, na maioria dos casos, ela corresponda ao inglês. Por outro lado, quase metade das reuniões têm interpretação em apenas 2 a 6 línguas e só 4% dispõe de interpretação para a quase totalidade das línguas oficiais da UE, reforçando a ideia de um número restrito de línguas de trabalho e de um uso limitado ou quase excepcional de línguas minoritárias; muito longe, assim, do ideal plurilingue dos textos oficiais...

No que toca aos documentos escritos e à tradução, o panorama de domínio do inglês é semelhante, embora talvez não marcado, dado que os textos legislativos da UE têm de ser traduzidos para todas as línguas oficiais dos seus países-membros, desde logo por questões de validade e aplicação em cada estado. Olhando para o total de traduções realizadas em 2015 (em termos de língua-alvo) e pensando especificamente no caso do português, verificamos que ele representa uma fatia bastante pequena do “bolo” dos textos produzidos.⁸³

⁸³ Dados disponíveis em: <http://www.itl.org.uk/attachments/article/771/Careers%20in%20translation%20and%20interpreting%20at%20the%20EU.pdf>. Página consultada em 3 de junho de 2017.

Gráfico 4.9 Percentagem de traduções para as línguas da UE - língua-alvo (2015)



Fonte: Estatísticas oficiais da Comissão Europeia/DGT, disponíveis em <http://www.itl.org.uk/attachments/article/771/Careers%20in%20translation%20and%20interpreting%20at%20the%20EU.pdf> (Gráfico nosso)

Se pensarmos na língua de origem dos documentos traduzidos, e tendo em conta o que antes foi dito sobre a forma como são discutidos e redigidos os documentos na Comissão e no Parlamento, é expectável que, na maioria dos casos, os textos tenham como língua de partida o inglês e que os documentos seleccionados para tradução correspondam essencialmente aos documentos legislativos mais importantes.

Nesse sentido, podemos considerar que há uma tendência para a secundarização das línguas supercentrais quando confrontadas com um cenário de pulverização do espectro linguístico em organizações internacionais, sendo o inglês, língua hipercentral, a que mais beneficia nesses contextos.

Com o uso diminuto de muitas das línguas europeias e o número total de combinações de tradução/interpretação a ascender atualmente a quinhentas e cinquenta e duas, muitos autores continuam a levantar a questão da pertinência da redução do número de línguas de trabalho do Parlamento e da racionalização do regime multilingue nas instituições da União Europeia. Mais do que isso, os dados apresentados levam-nos a questionar, como Philipson ou Calvet, se a explosão do número de combinações de línguas veio "fazer o jogo" do inglês e amplificar a difusão da língua hipercentral, que tende a ser a segunda língua por excelência dos falantes não-nativos.⁸⁴

⁸⁴ Vejam-se, a esse propósito, as reflexões críticas de Philipson (1992, 2003 e 2008) sobre o papel do inglês.

Contudo, no domínio linguístico, como noutros domínios, as relações de força na Europa jogam-se também a nível político, e é difícil encarar como provável, num momento de maior defesa de nacionalismos, que qualquer país venha a abdicar da sua língua, ou que haja um consenso absoluto sobre a posição relativa de diferentes línguas - entre elas, o português...

4.3.2. A União Africana (UA), a SADC, a CEDEAO e o BAfD

Se a União Europeia disponibiliza um conjunto considerável de dados no que diz respeito à tradução e interpretação, o mesmo não acontece quando olhamos para outras organizações internacionais, nomeadamente as do continente africano. As organizações que iremos analisar, ainda que de forma sucinta, partilham um traço comum: Portugal é um dos seus países-membros (UA e BAfD, enquanto parceiro não-regional) e/ou possui programas de cooperação linguística com estas instituições, através do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.⁸⁵ A sua escolha para este estudo reflete não apenas as limitações em termos de obtenção de dados sobre tradução e interpretação (sendo, por isso, o CICL uma fonte privilegiada para ter acesso a tal informação), mas também o facto de delas fazerem parte diferentes blocos de países lusófonos, procurando verificar-se se existem diferenças significativas consoante a configuração das organizações em causa.

Assim, quanto ao pessoal permanente nas áreas da tradução e interpretação e ao número de funcionários que recebem formação em português, apresentamos na tabela 4.6 os números que nos foi possível obter no decurso deste trabalho de investigação.⁸⁶

Em qualquer dos casos, verificamos que o número de pessoal permanente nas OI africanas em termos de tradução e interpretação é francamente diminuto, não existindo uma diferença significativa entre as instituições consideradas.

Ao que foi possível apurar, estas organizações recorrem frequentemente a tradutores e intérpretes em regime de *outsourcing*, sendo disso exemplo a SADC, cujo Secretariado, com sede em Gaborone, no Botsuana, faz uso dos serviços de tradutores e intérpretes de

⁸⁵ Informações recolhidas em 2015 e atualizadas, em alguns casos, em 2017. Os meus sinceros agradecimentos pela colaboração da Dra. Mónica Braz Pereira, da Dra. Vera Palma, do Dr. Miguel Moiteiro Marques e do Dr. Paulo Serra na obtenção destes dados.

⁸⁶ É de referir que a informação foi recolhida com base nos números dos leitorados do CICL, que se encontram na sede do BAfD, em Abidjan (Costa do Marfim), na CEDEAO, em Abuja (Nigéria), no Secretariado da SADC, em Gaborone (Botsuana), e na sede da União Africana, em Adis Abeba (Etiópia).

diferentes países da região (sobretudo da África do Sul, mas também, para o português, de Angola e de Moçambique).

Contudo, na SADC, em várias ocasiões, as dificuldades em termos de obtenção atempada de serviços de tradução levam a que determinados documentos não sejam apresentados em português (ou em francês), e a maioria das reuniões da instituição não dispõe de interpretação simultânea - algo que acontece mesmo em alguns encontros importantes, sendo o funcionamento quotidiano baseado no uso do inglês.

Tabela 4.6 Alunos de Português e Profissionais de Tradução/Interpretação em OI Africanas

	BAFD (2014)	CEDEAO (2011)	SADC (2017)	UA (2014)
Alunos de Português	10	67	25	12
Tradutores/Intérpretes de Português (Pessoal Permanente)	-	3	6	4

Fonte: Dados fornecidos pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (Tabela nossa)

Em termos de formação, e com vista a suprir estas deficiências, existe, em colaboração com a Comissão Europeia/DG SCIC, o Projeto PAMCIT – Pan-African Masters in Conference Interpreting – que visa a colocação de intérpretes, em diversas línguas, em organizações regionais/internacionais. Este programa inclui diferentes universidades⁸⁷, entre as quais a Universidade Pedagógica de Moçambique, com o seu Mestrado em Interpretação, o qual contava, segundo a indicação do CICL, com 11 mestrados a completarem a formação no ano letivo de 2014/2015.

Embora crucial, e apesar de não ser possível verificar os números de tradutores em regime de *freelance* nestas organizações (o que nos daria uma visão mais abrangente da situação), é fácil compreender que a presença do português é ainda modesta, sobretudo se tivermos em conta o facto de a formação de funcionários ser por vezes interrompida devido a dificuldades de recrutamento de pessoal (Leitores de Língua e Cultura Portuguesa do

⁸⁷ Todas as universidades que fazem parte do programa são universidades em países africanos: atualmente, integram o PAMCIT universidades do Quênia, dos Camarões, do Gana e do Senegal, além de Moçambique, estando previstos eventuais cursos no Egito e na África do Sul. Informações disponíveis em http://ec.europa.eu/dgs/scic/international-cooperation/interpreting-for-africa/index_en.htm. Página consultada em 8 de junho de 2017.

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua) para estes países e às vicissitudes ligadas ao funcionamento das próprias instituições.

Uma análise mais de perto da União Africana, quiçá o organismo mais facilmente comparável à UE, permite-nos compreender que os números de pessoal nestas áreas são, efetivamente, reduzidos, e de molde a deixar francas dúvidas sobre a capacidade de dar resposta a todas as solicitações de serviços linguísticos.

Com efeito, segundo dados de 2014, o Parlamento Pan-Africano (PPA) contaria com 250 deputados, representando 50 países-membros (numa base de cinco membros por país), enquanto a Comissão da União Africana - instituição encarregue das funções executivas da UA - contaria com 1444 funcionários permanentes em janeiro de 2014.⁸⁸

Já os números globais para os serviços de tradução e interpretação são francamente modestos:

Tabela 4.7 Pessoal da Direção de Gestão de Conferências e Publicações da UA (2012)

Members of staff	Regular	Short term	Mother tongue	Language combination
Translators	12	12	Arabic, English, French, Kiswahili, Portuguese, Spanish.	Arabic, English, French, Kiswahili, Portuguese, Spanish.
Interpreters	10	10	Arabic, English, French, Kiswahili, Portuguese, Spanish.	Arabic, English, French, Kiswahili, Portuguese, Spanish.
Revisers	4	7		
Proofreaders	5	4		
Secretaries	13	2		
Coordinators	6	5		
Interpretation Equipment Technicians	3	1		
Total	53	41		

Table 16: Staff of DCMP

Fonte: Touhouenou (2013), *The practice of translation in the African Union: A case study of the Parliament and the Commission*, submetida à Universidade de Witwatersrand, África do Sul, pp. 118.

Face aos números do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia e ao panorama apresentado na secção anterior para a tradução e interpretação nas instituições europeias,

⁸⁸ Dados sobre o pessoal do Parlamento Pan-Africano e da Comissão da União Africana obtidos em <https://au.int/en/organs/pap> e <https://au.int/en/organs/commission>, respetivamente. Páginas consultadas em 9 de junho de 2017.

estes dados deixam entrever prováveis dificuldades na gestão do sistema linguístico da União Africana, que se pretende, também ele, multilingue - lembremos que a UA refere, no Artigo 11 do seu A(c)to Constitutivo, que as línguas oficiais de todas as suas instituições são o árabe, o espanhol, o francês, o inglês, o português, o swahili e qualquer outra língua africana.

Se olharmos mais em pormenor para o funcionamento do Parlamento Pan-Africano, confirmam-se os dados do CICL, e o reduzido número de profissionais nestas áreas.

Tabela 4.8 Dados sobre tradutores e intérpretes no Parlamento Pan-Africano (2012)

Translators/Interpreters	No.	Mother tongue	Language combination
Arabic	1	Arabic	English, French into Arabic and vice-versa
French	1	French	English into French only (not the other way around)
English into French	-	-	-
Portuguese	2	Portuguese	English, French into Portuguese (only English into Portuguese, not French into Portuguese) ¹²
Kiswahili	-		
Spanish	-		
Support staff			
Proofreaders	-		
Revisers	-		
Secretaries	-		
Total	4		

Table 15: Translators and/or Interpreters at the PAP

Fonte: Touhouenou (2013), *The practice of translation in the African Union: A case study of the Parliament and the Commission*, submetida à Universidade de Witwatersrand, África do Sul, pp. 117.

O mesmo estudo sobre a prática da tradução na UA sugere que não é apenas o português que sofre com a falta de recursos humanos e que os poucos recursos humanos do PPA espelham a situação da Direção de Gestão de Conferências e Publicações (Directorate of Conference Management and Publications) de uma forma mais geral, com impacto nas traduções/interpretações para português e árabe (sendo o espanhol e o swahili raramente utilizados). Assim, segundo Touhouenou (2013): ⁸⁹

⁸⁹ Tese de mestrado *The practice of translation in the African Union: A case study of the Parliament and the Commission*, submetida em 2013 à Universidade de Witwatersrand, África do Sul. Disponível em

“As mentioned earlier, the PAP [Pan-African Parliament] currently employs four translators who double up as interpreters with the following language combinations:

- Two (2) translators translate and interpret from French and English into Portuguese, which is their mother tongue. However, the two translators can only translate or interpret from English into Portuguese, and not from French into Portuguese. From this perspective, it appears that the PAP is challenged in terms of skills.
- One (1) translator translates and interprets French and English into and out of Arabic.
- One (1) translator translates and interprets English into and out of French (target language).”

Touhouenou (2013, tese não publicada: 116-117)

Este cenário é tanto mais grave quanto o português não é apenas língua oficial, mas também tem o estatuto de língua de trabalho da UA - a par do árabe, do francês e do inglês. Uma consulta ao *site* da instituição revela, de resto, que a quase totalidade dos documentos legislativos disponíveis surge exclusivamente em língua inglesa, com alguns documentos traduzidos em francês, e as páginas dedicadas a diferentes secções de atividades da UA surgem em inglês, com ligações para o francês e o árabe que, ou apenas têm os menus das páginas de acolhimento nessas línguas - as quais, por sua vez conduzem a conteúdos em língua inglesa - ou não funcionam.

O mesmo se verifica com a SADC, em que a página de acolhimento da organização surge apenas em inglês e os "botões" para a versão francesa e portuguesa estão inativos; quanto aos documentos disponíveis, repete-se o mesmo panorama que na UA, com um número reduzido de textos traduzidos para o francês ou o português.⁹⁰

Assim, a situação na UA e na SADC em termos de tradução e interpretação conduz a uma hegemonia efetiva do inglês no dia-a-dia destas instituições e não parece existir, em nenhum dos casos, uma estrutura organizacional que permita dedicar maior atenção aos serviços linguísticos.⁹¹

http://wiredspace.wits.ac.za/bitstream/handle/10539/13034/Raymond_Touhouenou_570037_MA%20Research%20Report%20Final%20Corrected%20%20Version%20June%2025%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Página consultada em 12 de junho de 2017.:

⁹⁰ Um dos raros documentos encontrados, que surge em destaque no *site* da SADC, é um acordo de emenda a um anexo na área da cooperação em matéria de investimento, relativo a 2016. Disponível em http://www.sadc.int/files/9914/9500/6580/Agreement_Amending_Annex_1_-_Cooperation_on_investment_-_on_the_Protocol_on_Finance_Investment_-_Portuguese_-_2016.pdf. Página Consultada em 15 de junho de 2017.

⁹¹ Se no caso da UA, os serviços de tradução e interpretação estão sob a alçada da Direção de Gestão de Conferências e Publicações (Directorate of Conference Management and Publications), que surge como um organismo autónomo, na SADC, os Serviços de Conferências fazem parte da Direção de Recursos Humanos (cf. Anexo III). Informação disponível em <https://au.int/sites/default/files/pages/31829-file-african-union-handbook-2017-edited.pdf> e http://www.sadc.int/files/2113/6792/0281/sadc_organogram_FINAL.pdf, respetivamente. Páginas consultadas em 16 de junho de 2017.

Se tivermos em conta que este cenário, já difícil na UA e na SADC, sofrerá provavelmente maiores constrangimentos em organizações como a CEDEAO, que conta apenas com a Guiné-Bissau e Cabo Verde como seus membros, e tendo em conta as dificuldades do BAfD na última década, desde logo pela mudança de instalações da sede (de Abidjan para Tunis, em 2003, devido à guerra civil na Costa do Marfim e, em 2014, de volta para aquele país devido à instabilidade na Tunísia, na sequência da "Primavera Árabe") aquilo que podemos inferir é que o investimento na tradução e interpretação - em particular no que toca ao português - dificilmente será uma prioridade.

No que respeita ao BAfD, onde, uma vez mais, a estrutura da organização coloca os serviços linguísticos sob a responsabilidade da Direção de Recursos Humanos e Serviços Corporativos⁹², as páginas do Banco surgem apenas em inglês e em francês, sendo disponibilizado um número significativo de documentos de carácter jurídico, estratégico e de divulgação das atividades da instituição nestas línguas, o que deixa o português e o árabe numa posição claramente subsidiária.

Assim, é possível ter acesso a alguns documentos em português, nomeadamente relatórios anuais de atividades entre 2009 e 2012 (também traduzidos para o árabe), mas os restantes relatórios disponíveis (de 2004 a 2014) surgem apenas em inglês e em francês. Já outros documentos, como os de carácter jurídico, que incluem tratados e protocolos internos e externos, surgem ou apenas em inglês, ou em inglês e francês - a título de exemplo, refira-se um acordo de cooperação entre o Brasil, o BAfD e o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), celebrado em 2011, que surge apenas em versão inglesa.

No Programa e Orçamento para 2014-2016, um dos indicadores-chave de desempenho para os Serviços Linguísticos é a disponibilização, no prazo de seis dias, de traduções de documentos, mas este parece ser, da leitura dos dados disponíveis *online*, um objetivo, mais do que uma realidade, pelo menos que toca ao português.⁹³

Por fim, e de forma algo surpreendente, a CEDEAO é a única das quatro organizações em causa a dispor de uma página na internet em português, pese o facto de existirem algumas falhas visíveis no domínio da correção linguística de alguns itens - quer pelo uso de léxico

⁹² Cf. Anexo IV. Informação disponível em: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/AFDB_ORGANIZATION_CHART_2_MAY_2017.pdf. Página consultada em 17 de junho de 2017.

⁹³ Acerca dos indicadores-chave de desempenho do BAfD, cf. Anexo V. Dados obtidos em <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Budget-Documents/The%202014-2016%20Programme%20and%20Budget.pdf>. Página consultada em 17 de junho de 2017.

inadequado ("traduzido" diretamente para formas aparentemente portuguesas, mas sem correspondência em português), quer por alguns erros ortográficos.⁹⁴ As diferentes secções do *site* da instituição apresentam informação sumária em português (para além do francês e do inglês), mas apenas um número escasso de documentos surge traduzido em língua portuguesa - sendo, em vários casos, apresentados textos em francês nas páginas em português.

Com um número limitado de tradutores/intérpretes em português (três, segundo os últimos dados disponibilizados pelo Camões) e alguns problemas de recrutamento de leitores para assegurar a formação contínua de funcionários e o apoio à tradução, a CEDEAO não deixa, contudo, de apresentar um indicador positivo no que toca ao esforço de promover, ainda que a nível simbólico, uma imagem de equilíbrio no tratamento das suas línguas oficiais - se pensarmos apenas nas línguas "coloniais".

Em suma, em todos os casos estudados, a nota dominante parece ser a limitação de recursos nas áreas da tradução e interpretação e o papel central da língua inglesa - visível, sobretudo, na União Africana - o que se reflete no facto de, não só a informação disponibilizada surgir essencialmente em inglês, como a esmagadora maioria dos documentos colocados *online* ser redigida também nessa língua. Um outro dado a salientar é a presença do francês, que, paralelamente à do inglês, parece ecoar a tendência "glotofágica" destas duas línguas face às restantes - com destaque, nos casos em análise, para o papel secundário do português e do árabe.

4.3.3. O MERCOSUL e o BID

A escolha do MERCOSUL e do BID como focos de estudo no continente americano visa ilustrar aquilo que alguns autores consideram a dicotomia entre um projeto de integração regional, com base num proposto bilinguismo "em massa", secundado pelo inglês (o caso do MERCOSUL) e a inclinação - ou submissão - a um pan-americanismo, sob a égide da língua inglesa e a influência dos Estados Unidos (Hamel, 2003, citando Ferré, 1999 e Recondo, 1999). Pensando na posição relativa do português em qualquer um destes cenários, estas duas instituições podem igualmente ajudar-nos a compreender se o espanhol toma o lugar de segunda língua, quando o inglês entra na equação, relegando o português

⁹⁴ Veja-se a página de acolhimento em português e alguns dos artigos em destaque: <http://www.ecowas.int/?lang=pt-pt>. Página consultada em 18 de junho de 2017.

para uma posição subalterna - o que parece acontecer em confronto com o francês, em organizações em África.

Desde a sua fundação, em 1991, o MERCOSUL assumiu-se não apenas como um projeto de caráter económico, mas como uma tentativa de formar um bloco cultural e institucional que fomentasse a integração dos seus cidadãos, bem como o acesso a um mercado único de bens e serviços. A nível oficial, essa atitude traduziu-se na criação, no mesmo ano, da Comissão dos Ministros da Educação, responsável pela organização de planos trienais (o primeiro dos quais em 1992) que procurassem refletir o projeto económico e cultural da instituição. Nesse sentido, dois objetivos fulcrais, estabelecidos desde o início, foram a harmonização dos sistemas educativos (permitindo a circulação de estudantes no espaço do MERCOSUL) e, no domínio da política de língua, a defesa de um currículo de ensino que privilegiasse a aprendizagem do português nos países hispanófonos e do espanhol no Brasil.⁹⁵

No que toca ao equilíbrio de forças no seio do MERCOSUL, a configuração dos quatro países fundadores (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) deixava o Brasil na posição de grande potência económica e demográfica, mas, a nível linguístico e cultural, o prestígio do espanhol e a cultura dos países hispanófonos tinha vantagem em termos históricos.

Mais de vinte e cinco anos após a sua criação, o MERCOSUL conta com novos países associados de língua espanhola - Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru - tendo a Venezuela ganho o estatuto de país-membro, mas estando atualmente suspenso (algo que também aconteceu com o Paraguai, entre 2012 e 2013, devido a controvérsia ligada às eleições presidenciais). A organização viu também nascer novos organismos, como o Parlamento do MERCOSUL (ou Parlasul), cuja configuração inicial previa dezoito deputados por país, mas em que o Brasil e a Argentina detêm hoje um número superior aos restantes membros (37 e 42 deputados, respetivamente).⁹⁶

As questões de representação (e de representatividade) do Parlasul parecem ser um dos tópicos de discussão no que toca à integração regional dos seus membros (parecendo-nos, desde logo, questionável a atribuição do número de deputados a cada país), mas, como Medeiros et al. (2010) salientam, o Parlasul é um órgão consultivo e o projeto do

⁹⁵ O estatuto do guarani enquanto língua oficial da instituição parece mais simbólico do que real, traduzindo-se, sobretudo, na defesa do direito à escolarização básica dos seus falantes em língua materna.

⁹⁶ Dados disponibilizados em:

https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/2016/mapa_interactivo/mapa.jsp?site=2&channel=parlasur&contenid=13231. Página consultada em 19 de junho de 2017.

MERCOSUL é bem mais modesto, a nível de integração institucional e política, do que o da União Europeia.⁹⁷

Em termos de funcionamento linguístico interno, o sistema bilingue parece funcionar, geralmente, de forma equilibrada, a acreditarmos nos dados disponíveis *online* e nas informações que foi possível obter acerca do funcionamento da sede, em Montevideu.⁹⁸ O MERCOSUL possui páginas bem organizadas na internet, e todos os aspetos testados - da funcionalidade dos menus aos documentos disponibilizados - surgem nas duas línguas. Em alguns casos, os governos de cada país, nomeadamente o do Brasil, disponibilizam também páginas dedicadas a diferentes aspetos da vida da instituição. A exceção a esta convivência saudável parece verificar-se, precisamente, no Parlasul, cujo *site* em português apenas apresenta documentos (em particular atas das sessões plenárias) em espanhol.

Não tendo sido possível apurar a forma como o parlamento funciona em termos de intervenções dos seus deputados ou de serviços de tradução e interpretação, esta é uma nota que dá a entender que a questão da representatividade dos diferentes países acaba por ter reflexos em termos linguísticos e que haverá ainda algum trabalho a fazer neste domínio, por forma a assegurar uma representação equitativa dos dois idiomas.

No que toca à vida da instituição na sede, localizada no Uruguai, a tónica é a da intercompreensão mútua, tentando permitir que os diferentes delegados e convidados se expressem na sua língua - ainda assim, no funcionamento corrente da organização, há tendência para um maior uso do espanhol. O CICL possui um leitorado na Universidade de Montevideu, que conta geralmente com uma média de 300 alunos por semestre, distribuídos pelos diferentes anos da licenciatura em português. Para além disso, existe uma forte procura de cursos de português em institutos de língua e no ensino privado, o que constitui um indicador positivo acerca da tentativa de integração dos diferentes países do MERCOSUL.

Contrastando a situação do MERCOSUL com a do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aquilo que imediatamente se torna evidente é o domínio do uso do inglês, embora seja de salientar que existe informação disponível em português - na

⁹⁷ Medeiros et al. (2010), "A questão da representação no Mercosul", in *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, vol. 18, n.º 37, pp. 31-57, outubro de 2010. Artigo disponível em http://www.academia.edu/21907739/A_quest%C3%A3o_da_representa%C3%A7%C3%A3o_no_Mercosul_os_casos_do_Parlasul_e_do_FCCR. Página consultada em 19 de junho de 2017.

⁹⁸ Os meus agradecimentos à Dra. Raquel Carinhas pela informação veiculada.

variante brasileira, como seria expectável - bem como nas outras línguas oficiais da organização (o francês e o espanhol).

A consulta do *site* da instituição revela um cenário mais positivo do que a das organizações analisadas em África, em termos do funcionamento das páginas consultadas e de visibilidade da língua portuguesa, mas o repositório (de dimensão considerável, refira-se) de publicações do BID leva-nos a constatar que a maioria dos documentos surge apenas em versão espanhola ou inglesa.

A estrutura organizacional do BID a que foi possível ter acesso não contempla, de forma óbvia, uma direção ou secção dedicada aos serviços de tradução e interpretação, os quais deverão integrar um subdepartamento dos Recursos Humanos, como acontece noutras OI (possivelmente, ligado à área da informação).⁹⁹

Por outro lado, a vocação desta instituição difere consideravelmente da do MERCOSUL, pelo que é de esperar que, à semelhança de outros organismos, as problemáticas em torno da gestão linguística se façam sob uma luz pragmática, atendendo aos constrangimentos e prioridades em termos financeiros do BID, cujos projetos se centram no apoio ao desenvolvimento dos seus parceiros regionais e globais. Mais uma vez, aquilo que parece ainda estar por explorar é precisamente a vocação de cooperação inter-regional do Banco e a possibilidade de usar outros parceiros como elementos que reforcem a posição do português, ainda que, como foi referido, as características do BID e, crucialmente, a posição da língua espanhola no que toca ao número de países-membros (decorrente da própria configuração geográfica da instituição) façam pender a balança para o espanhol, enquanto segunda língua dominante nesta organização.

4.4. Situação do Português face a outras línguas oficiais/de trabalho

Se retomarmos a globalidade as instituições que têm o português como LO/LT, apercebemo-nos que apenas cerca de um quarto conta com um leque alargado de línguas oficiais (cinco ou mais) e que, dessas, várias adotam apenas uma ou duas línguas de

⁹⁹ Cf. organigrama no Anexo VI. De forma algo inesperada, o acesso à informação disponibilizada pelo BID sobre a sua estrutura organizacional requer uma autenticação. Os dados apresentados foram obtidos em <http://www.isdb-pilot.org/wp-content/uploads/2016/08/Organisational-Chart.pdf>. Página consultada em 20 de junho de 2017.

trabalho - com o inglês e o francês a cumprirem, geralmente, essas funções, como vimos nas secções anteriores.

No continente americano, o português surge a par de apenas um ou dois outros grandes idiomas, o espanhol e o inglês; mesmo a inclusão do francês ou do neerlandês em organizações como a UNASUL ou a CELAC deixa o português numa posição relativamente privilegiada, em particular no subcontinente sul-americano, como segunda língua, a seguir ao espanhol. Ainda assim, quando o inglês faz parte da equação, este tende a tornar-se a língua franca, testemunhando o poderio dos E.U.A..

Já no continente africano, a situação, embora parecendo semelhante em termos do número de línguas oficiais que coocorrem com o português, apresenta algumas nuances. O primeiro elemento-chave é a presença do inglês e do francês, línguas com maior prestígio e preponderância no continente, sobretudo o inglês.

O segundo é a diversidade dos blocos de países que formam as diferentes organizações e o peso relativo dos países lusófonos nesses contextos. Assim, se olharmos para uma organização como a SADC, de que Angola e Moçambique fazem parte, seria de esperar que o português fosse uma língua mais relevante e com maior visibilidade do que numa organização como a CEN-SAD, em que o português é apenas representado pela Guiné-Bissau e por São Tomé e Príncipe.¹⁰⁰ Contudo, mesmo nos casos em que seria expectável que o português surgisse numa boa posição no jogo de forças entre diferentes línguas, os dados são por vezes viciados pela presença de países anglófonos considerados grandes potências no continente africano (com destaque para a África do Sul na SADC e a Nigéria na CEDEAO), relegando as restantes línguas para uma posição secundária; noutros contextos, a presença do francês tende a replicar ou tentar partilhar a posição de força do inglês.

Quanto às organizações de matriz intercontinental, novamente, o peso dos diferentes intervenientes constitui um elemento crucial, mas não inequívoco: assim, a presença do Brasil, a par de outros países lusófonos, tende a facilitar a adoção do português mas, quanto maior o peso do inglês, maior a tendência para esta língua se sobrepor às restantes.

A medição do papel e relevância do português face a outras línguas não é uma tarefa de fácil execução, sobretudo quando saímos do universo das organizações mais centrais a nível global.

¹⁰⁰ Na realidade, através da consulta dos *sites* da CEN-SAD e da SADC, vemos que em ambos os casos o português está ausente, apesar da presença de Angola e Moçambique nesta última organização - com efeito, no primeiro caso apenas encontramos informação em francês e árabe e, no segundo, a informação surge essencialmente em inglês.

As estatísticas acerca do número de tradutores e intérpretes, do número de falantes de português (não só como língua materna, mas, de forma mais relevante, como língua estrangeira), ou do volume de documentos que são traduzidos para português (e da sua qualidade real, algo ainda mais difícil de quantificar) são dados que a esmagadora maioria das instituições não disponibiliza¹⁰¹ – constituindo a UE a grande exceção, como vimos, a que não é alheio o facto de este ser um tópico de debate particularmente sensível no seio da instituição.

Na impossibilidade de ter acesso a dados mais precisos e alargados, e sendo hoje a maioria da informação disponibilizada em formato digital, um dos principais indicadores através dos quais se pode medir a implantação do português e a sua visibilidade é a consulta das páginas eletrónicas destas OI e da documentação aí facultada. Constituindo a internet um dos principais meios de acesso à informação e um veículo estratégico para a promoção de diferentes línguas e culturas, o que se reflete em numerosos estudos recentes, este é um aspeto relevante na análise em causa.

A tabela 4.9 revela-nos alguns dados interessantes:

- a) Mais de metade das páginas eletrónicas (12) não dispõem de versão portuguesa;
- b) Nas organizações que não dispõem de *site* em português, é, contudo, geralmente possível encontrar documentação legal, como tratados e legislação, na sua versão portuguesa, seguindo os *links* nas outras línguas – o que testemunha que, em circunstâncias de uso limitado, os textos legais ganham prioridade;
- c) Em alguns casos, há ligações em português que remetem para textos ou secções noutras línguas, demonstrando que há ainda trabalho a fazer em termos de desenvolvimento destas páginas eletrónicas;
- d) Na esmagadora maioria dos casos em que há páginas em português, estas estão na variante do Português do Brasil (PB), o que é compreensível por se tratar, em muitos casos, de organizações no continente americano, mas também ocorre em *sites* de organizações que têm Portugal e Brasil como seus países-membros (em particular a Organização dos Estados Ibero-americanos).

¹⁰¹ Em intervenção de Graddol, no relatório da FLAD *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo* (2008:36), este lamenta precisamente que “os dados internacionais sobre o português, mesmo em relação ao seu uso na Internet, estão sempre desactualizados”.

Tabela 4.9 Uso do Português em Organizações Internacionais – Presença na Internet

Sigla/Acrônimo	Nome da Organização	Línguas oficiais/de trabalho	Línguas do site	Documentos em português?
Organizações com duas línguas oficiais/de trabalho				
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração	ESP, POR	ESP, POR	Documentos legais, acordos
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos	ESP, POR	ESP, POR	Legislação, artigos diversos
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano	FR, POR	FR, ING	Não
Organizações com três línguas oficiais/de trabalho				
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento	FR, ING, POR	FR, ING	Relatórios anuais e sobre temas específicos
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	FR, ING, POR	FR, ING, POR	Não - <i>links</i> remetem para textos em inglês ou francês
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul	ESP, GUA, POR	ESP, POR	Documentos oficiais, tratados, comunicados
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral	FR, ING, POR	ING	Não
Organizações com quatro línguas oficiais/de trabalho				
ACP	Países de África, Caraíbas e Pacífico	ESP, FR, ING, POR	FR, ING	Não
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento	ESP, FR, ING, POR	ESP, FR, ING, POR	Relatórios anuais e alguns documentos legais
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central	ESP, FR, ING, POR	FR	Não
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara	ARB, ESP, FR, POR	ARB, FR	Não
OEA	Organização dos Estados Americanos	ESP, FR, ING, POR	ESP, FR, ING, POR	Relatórios, projetos, documentação diversa
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazónica	ESP, ING, NEE, POR	ES, ING, NEE, POR	Regulamentos, declarações, planos de trabalho, artigos
SELA	Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe	ESP, FR, ING, POR	ESP, ING	Documentação relativa ao Brasil
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas	ESP, ING, NEE, POR	ESP	Não
ZPCAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul	ESP, FR, ING, POR	NA - Sem site	NA - Sem site
Organizações com cinco ou mais línguas oficiais/de trabalho				
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos	ESP, FR, ING, NEE, POR	Site da cimeira 2015 - ESP	Não
FIVB	Federação Internacional de Voleibol	ARB, ESP, FR, ING, POR, RU (LT: FR, ING)	ING	Não
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual	ARB, CH, ESP, FR, ING, POR, RU	ARB, CH, ESP, FR, ING, RU	Legislação, tratados
UA	União Africana	ARB, ESP, FR, ING, POR, SWA	ARB, FR, ING	Relatórios diversos
UE	União Europeia	24 línguas oficiais no total	24 línguas oficiais	Legislação diversa, tratados

Um outro aspeto relevante é que nas organizações que contam apenas com países francófonos ou de língua árabe, esses idiomas, em particular o francês, tendem a demonstrar a mesma atitude “glotofágica” que o inglês apresenta em OI mundiais.

Com efeito, já em 2006, Filipe se referia ao facto de que o português se encontrava entre dois predadores, já que "nesta visão belicista, nesta “guerra dos mundos linguísticos”, em versão francófona, o português é uma presa à espera de ser devorada, mas com a presunção de ser ele a escolher o carrasco".¹⁰² Citando Chaudenson: "*En ce cas, ils font preuve de bons sens, car le loup angloaméricain ne serait pas long à dévorer le mouton lusitanien. Donc, entre la peste et le choléra...*".¹⁰³

Finalmente, também em alguns casos, em que a configuração das organizações apresenta um elevado número de países hispanófonos (por defeito, em organizações regionais no continente americano), a tendência é para essa língua assumir a segunda posição no jogo de forças linguísticas, embora a presença do Brasil tenda a ser um elemento que introduz um maior equilíbrio do que o que acontece em organizações africanas, por exemplo.

Face a este cenário, e dado que constituição de algumas das OI aqui consideradas não é de molde a que o português possa ganhar particular destaque, será possivelmente necessário o investimento dos países-membros de LOP, diretamente ou por intermédio da CPLP, procurando concentrar esforços naquelas que têm maior visibilidade a nível global e em que os blocos lusófonos dispõem de maior peso e influência.

4.5. Em jeito de balanço - o português, língua de *jure*, ou língua de *facto*?

Se alguma conclusão podemos retirar da análise feita neste capítulo é que o português tem ainda bastante terreno a conquistar no panorama das OI em que já está presente. O esboço de estudos de caso e a comparação entre a UA e a UE, por exemplo, bem como os dados destas instituições considerados isoladamente, demonstram que o português ocupa uma posição relativamente secundária e que o inglês domina na generalidade dos casos, apesar dos projetos plurilingues e multiculturais de diversas destas organizações.

Face a este cenário, podemos adotar uma atitude otimista ou uma atitude mais pessimista. No quadro da UE, e numa perspetiva de alargamento desta organização, podemos pensar que o espaço do português dificilmente deverá crescer (esta ideia é cristalizada na fórmula

¹⁰² *Op. cit.*, pp. 96-97.

¹⁰³ Chaudenson (2000), *apud* Filipe (2006: 97).

“the more languages, the more English”¹⁰⁴), mas, simultaneamente, é possível imaginar que o Brexit venha a criar espaço para a afirmação de outras línguas, pese o facto de os idiomas em melhor posição serem o francês e o alemão - quer pelo atual volume de tradução e interpretação, quer pelo facto de gozarem do estatuto de línguas de trabalho da CE, ou ainda por estarem associadas a duas das maiores potências económicas e diplomáticas do continente. Neste cenário, a estratégia pragmática para o português deverá ser de manter-se no leque das línguas mais usadas e afirmar-se como língua global - tendo em conta que a UE possui também vastos programas de desenvolvimento em parceria com países de diferentes regiões do planeta - e de ganhar visibilidade com eventos europeus, aproveitando também a recente onda de interesse por Portugal e a expansão do turismo.

Nas instituições regionais africanas, o papel da língua portuguesa tem potencial para crescimento, mas tal deverá exigir parcerias entre o estados-membros dessas OI e a CPLP, com vista ao reforço da formação em português, em particular na área da tradução e interpretação. Já nas organizações sul-americanas, a convivência com apenas uma grande língua (o espanhol) e as tentativas de integração entre os dois blocos linguísticos parecem ter dado alguns frutos, o que será também consequência da posição do Brasil em termos económicos e demográficos, e o facto de existirem fortes parcerias e relações de comércio entre diferentes países do subcontinente.

Nesse sentido, e num panorama em que o inglês continua a dominar, a estratégia para a língua portuguesa em OI intercontinentais e globais deverá passar pelo cimentar do papel do português, numa perspetiva de complementaridade face ao inglês, com o apoio do maior número possível de países lusófonos e a presença do Brasil como elementos-chave para a afirmação do seu estatuto.

Conscientes de que isto não basta, contudo, e para que a língua portuguesa não seja apenas língua oficial ou de trabalho "no papel", consideramos que é necessário, a par de um esforço diplomático a longo termo, um investimento em áreas específicas onde existem importantes lacunas, criando, potencialmente, momentos-chave de maior concertação de esforços entre os países lusófonos, com o propósito de dar um maior impulso e visibilidade ao português, à semelhança do que aconteceu, no passado relativamente recente, com línguas como o espanhol.

¹⁰⁴ Este estado de coisas e as dinâmicas do jogo de forças entre diferentes línguas foram, de resto, analisados por autores como Fossum (2001), Ginsburgh e Weber (2003) e Graddol (1997, 2000 e 2004) ou France (2006).

CAPÍTULO 5
PARA A DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DO PORTUGUÊS A
NOVAS INSTITUIÇÕES

CAPÍTULO 5. PARA A DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DO PORTUGUÊS A NOVAS INSTITUIÇÕES

A observação dos dados do capítulo anterior e o reconhecimento de que a atribuição do estatuto de língua oficial ou de trabalho ao português não basta para que seja utilizado no dia-a-dia das instituições deve levar-nos a abordar de forma ponderada o seu futuro em termos de difusão a novas organizações.

Todos conhecemos as repetidas referências ao número de falantes e à dispersão por quatro continentes que fazem do português uma língua global. Mas isso não permite que a língua de Camões aceda automaticamente ao clube das línguas mais faladas no contexto de organizações internacionais, sendo necessário torná-la pertinente e apetecível.

Indo além da já muito glosada vocação universal da língua portuguesa, uma PLPL de promoção do português deve ancorar-se em dois princípios básicos, o da relevância e o da economia: economia de esforço, por um lado, e economia de investimento, tanto mais num momento em que Portugal e outros países lusófonos enfrentam importantes desafios na gestão dos seus recursos. É com estes princípios em mente que iremos desenvolver, em dístico, a definição dos elementos de uma possível estratégia de difusão do português: a escolha dos elementos norteadores dessa política e a identificação das organizações que melhor correspondem a esses critérios.

5.1. Critérios de prioridade para uma política de alargamento do português a novas organizações

A projeção do português no futuro, alicerçada nos princípios de relevância e economia, tem de retirar lições da análise da situação atual em termos da sua presença em organizações internacionais. Nesse sentido, e sem deixar de adotar uma atitude crítica em relação às escolhas do passado, uma política que vise reforçar o estatuto do português não pode ignorar os esforços já feitos e deve apresentar linhas de ação consistentes com o percurso traçado até ao presente.

Por outro lado, deve, até certo ponto, inspirar-se na forma como o inglês ou como línguas supercentrais têm vindo a desenvolver estratégias de PLPL, ao mesmo tempo que,

descomplexadamente, assume que não pode competir de igual para igual com a língua inglesa e que deve adotar uma postura de complementaridade face a ela.

Na perspectiva de Hamel (2003)¹⁰⁵, entre outros autores, a resposta das línguas supercentrais à hegemonia do inglês deverá fazer-se através de blocos regionais – sendo o exemplo citado o da MERCOSUL. É importante olharmos de forma crítica para esta ideia, daí derivando três linhas de raciocínio.

A primeira linha é que só através da conjugação de esforços o português pode ganhar peso na cena internacional, pelo que a formação de blocos regionais ou, neste caso, a associação de países lusófonos é desejável quando se pensa na difusão do português a novos contextos.

Uma segunda noção é a de que a criação e/ou revitalização de organizações regionais é sem dúvida essencial, quer pela visibilidade que confere aos países que delas fazem parte, quer pelas solidariedades que engendram, mas é de evitar o perigo de esses blocos se fecharem sobre si mesmos.

A terceira linha, em ligação lógica com as anteriores, é que o potencial de interação de blocos regionais com organizações globais deve ser explorado ao máximo, pois dessa forma o jogo de forças pode ser desequilibrado a favor de línguas como o português.

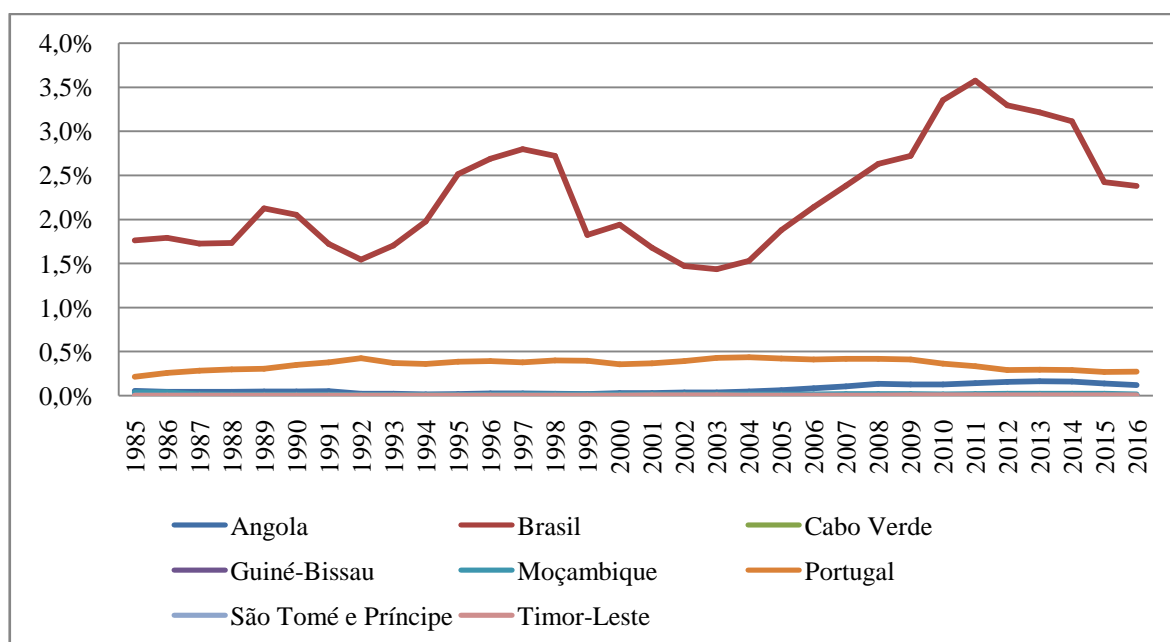
Se pensarmos no peso do mundo lusófono, quer em termos individuais, quer em termos combinados, é inegável que o Brasil é hoje a principal potência, tanto na frente económica como demográfica, pelo que deverá ser um parceiro privilegiado (Angola e Moçambique começam também a afirmar-se, ainda que sobretudo a nível regional).

Entre os indicadores económico e demográfico, será, de resto, de esperar que o fator economia venha a desempenhar um papel mais relevante na afirmação do português, o que reforça a importância do Brasil, como podemos comprovar pela observação dos dados do PIB dos países de língua portuguesa ao longo dos últimos trinta anos.

Assim, a ilação a retirar é que, na medida do possível, as negociações para a adoção do português deverão privilegiar *fora* em que o maior número de países lusófonos esteja presente, com particular destaque para o Brasil (mas não exclusivamente).

¹⁰⁵ “Regional blocs as a barrier against English hegemony? The language policy of Mercosur in South America”, in Maurais, J. e Morris, M., Eds. 2003. *Languages in a Globalising World*. Cambridge: Cambridge University Press, pp 111-142.

Gráfico 5.1 Países Lusófonos - Percentagem do PIB Mundial (\$US)



Fonte: Dados do World Bank - World Development Indicators (Gráfico nosso)

Um fator adicional a ter em conta – e que decorre também do que acabámos de dizer – é o da visibilidade. De que forma a adoção do português por uma dada instituição pode reforçar a sua imagem no panorama global das línguas e a imagem dos países lusófonos? Essa visibilidade está intimamente associada à das organizações em si, quer a nível mundial, quer na esfera da lusofonia e deve funcionar de forma biunívoca: é crucial que a expansão se faça em contextos que permitam aumentar a projeção do português para além do mundo da lusofonia, mas é igualmente necessário que as instituições escolhidas para a concentração desse esforço de expansão sejam visíveis dentro do universo dos países lusófonos – só assim se poderá obedecer ao princípio de relevância.

Por outro lado, os focos de ação de uma PL de expansão do português devem ser preferencialmente organizações com uma política de abertura a novas línguas, e em que essa política de abertura se possa traduzir em resultados práticos, e não apenas na proclamação do português como língua oficial/língua de trabalho. Se possível, devem ser favorecidas organizações com capacidade para integrar tradutores e intérpretes de português, com a noção de que, no panorama atual, os países de língua portuguesa serão provavelmente chamados a financiar, pelo menos parcialmente, os custos dessa adoção. Chegamos, assim, à definição de alguns critérios essenciais:

- i. coerência – a escolha de novos *fora* para a difusão do português deve respeitar as PLPL já definidas e permitir uma articulação com as organizações em que a língua portuguesa é atualmente língua oficial ou de trabalho;
- ii. relevância – os alvos de uma política de difusão do português devem ser polos de interesse para os diferentes países lusófonos e responder às suas necessidades e estratégias de integração regional e global;
- iii. visibilidade – de certa forma um subcritério do anterior, as organizações-alvo deverão ter projeção a nível global e dentro do mundo lusófono, permitindo o fortalecimento da posição do português, tornando-a uma língua mais apetecível no mercado das línguas e dando-lhe mais espaço e tempo de antena nos *media*; essa visibilidade funcionará como reforço positivo e estímulo para os países lusófonos na prossecução das suas PL;
- iv. viabilidade/sustentabilidade – o alargamento do uso do português a qualquer organização terá de levar em linha de conta as probabilidades de tal proposta ser aceite e levada a cabo de modo efetivo; a utilização da língua portuguesa obrigará à mobilização de recursos, pelo que os pedidos de adoção do português deverão ter como alvo instituições que possuam departamentos de tradução e interpretação e envolver vários parceiros do mundo lusófono, por forma a custear as despesas associadas à criação de secções na área do português;
- v. existência de um historial de adoção de novas línguas na instituição – um pedido de adoção do português terá tantas mais hipóteses de ser aceite quanto houver nessa organização uma política de abertura em termos linguísticos (respaldada pelo critério de viabilidade e sustentabilidade);
- vi. presença de países lusófonos – subjacente a vários dos critérios anteriores, a existência de “blocos de língua portuguesa” no seio de instituições, incluindo, sempre que possível, o Brasil, deverá ser um fator crucial para a defesa da adoção do português.

Para além destes critérios, a vertente financeira da difusão do português deve ser um aspeto a considerar, mas, em nossa opinião, esse fator deve ser equacionado face aos possíveis benefícios da adoção do português e numa perspetiva de canalização de recursos para OI que respondam da melhor forma possível aos critérios aqui enunciados.

Vejamos então como se irão materializar e, eventualmente, agrupar estes critérios em categorias funcionais para a escolha de organizações-alvo desta PLPL.

5.2. Vetores de ação: instituições prioritárias para a difusão e implementação do português

A quantificação de alguns dos critérios enunciados na secção anterior constitui um desafio que, possivelmente, só poderá ter uma resposta mais cabal num estudo mais alargado e especializado desta questão. Podemos, contudo, tomar indicadores que nos ajudam a identificar algumas das organizações que deverão constituir os focos de ação prioritária para a difusão do português.

O critério da visibilidade foi medido através do volume de tráfego na internet das páginas oficiais das organizações ao longo do último mês (agosto de 2017).¹⁰⁶ Paralelamente, a pré-seleção das OI que se tomaram aqui em conta, num total de doze instituições (dez organizações intergovernamentais, o Comité Olímpico Internacional a FIFA) baseou-se na perceção da relevância e visibilidade dessas instituições no mundo lusófono e, em particular, em Portugal, através dos *media*, bem como no facto de várias de entre elas serem há já algum tempo apontadas como possíveis alvos para a adoção do português.

Por essa razão, iremos encontrar nesta lista a ONU e várias das suas agências, algumas das quais têm sido até referenciadas como já tendo adotado o português (nomeadamente a UNESCO), algo que ainda não aconteceu na sua plenitude.

O fator coerência, associado ao de relevância, foi também o pano de fundo para a seleção dessas doze organizações, tendo como base os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa, os quais mencionam explicitamente a Conferência Geral da UNESCO, a Assembleia Geral da ONU (e, potencialmente, o Conselho de Segurança), a OMS, ou a UNICEF.

O critério de viabilidade/sustentabilidade foi, para já, avaliado através da existência de departamentos de tradução/interpretação nas instituições e está também associado à presença de países lusófonos, outro dos fatores considerados.¹⁰⁷ Por fim, foi verificado o historial das organizações quanto à adoção de novas LO/LT.

¹⁰⁶ Números obtidos pela consulta dos *sites* de cada uma das organizações, sendo os *links* fornecidos no final do trabalho, nas páginas consultadas na internet. Faz-se, é claro, as devidas ressalvas quanto às variações típicas destes dados.

¹⁰⁷ Por razões que se prendem com as condições de adesão da Guiné Equatorial à CPLP e a fraca difusão do português naquele país, considerámos apenas a presença dos "tradicionais" oito países de LOP.

Um dos dados foi incluído apenas a título informativo, sem que tenha sido tomado em conta como critério – a existência de documentos ou de informação disponibilizada em português, como relatórios anuais, que tende a ser um primeiro indicador de uma mudança de estatuto de uma língua. Neste domínio, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) tem uma página eletrónica em português (na variante brasileira), na qual são disponibilizadas informações em diferentes áreas de intervenção, o que aponta para que possa existir um regime de transição em vigor.

Tabela 5.1 Potenciais Organizações-Alvo para a Expansão do Português

Organização	Tráfego Mensal (Web)	Departamento de tradução?	Historial de adoção de novas línguas	Países-membros lusófonos	Documentos/Relatório Anual em Português?
OMS	5 929 900	√	√	8 países LOP	Não
ONU Assembleia Geral	6 148 200	√	√	8 países LOP	Não
UNESCO	2 384 480	√	√	8 países LOP	Não; PT é LO da Conferência Geral
UNICEF	2 096 700	√	√	8 países LOP	Não
CICV	491 600	√	√	8 países LOP	Sim, <i>site</i> em português
FMI	1 263 500	√	Não, mas uso crescente das LO da ONU	8 países LOP	Não
OMC	667 200	√	√	6 países de LOP, STP é observador, TL não é membro	Não
OCDE	2 118 900	√	√	Portugal	Não
NATO	519 700	√	√	Portugal	Não
ASEAN	262 000	Sem dados claros	Não	TL candidato	Não
COI	661 500	Sem dados claros	Não, mas LO temporárias (JO)	8 países LOP	Não
FIFA	4 165 700	Sem dados claros	√	8 países LOP	Não; PT é LO da Conferência Geral

Fonte: Páginas na internet das diferentes organizações, relatórios e documentos oficiais, indicados de forma exaustiva na sitografia deste trabalho

Os resultados da tabela 5.1 apresentam-se já hierarquizados, se assim podemos dizer – com exceção do COI e da FIFA, que surgem no final da tabela por serem instituições de caráter desportivo – sendo o peso relativo de alguns dos critérios (como o do número de visitas às páginas *web* das organizações) e a sua conjugação suscetível de debate em termos de uma hierarquia absoluta, que não pretendemos aqui impor.

O objetivo desta tabela não é, de resto, o de apresentar um “ranking” de forma rígida, mas antes identificar linhas de ação, as quais deverão ser concertadas, e identificar as OI que correspondem ao máximo de critérios.

Assim, podemos identificar três grupos estratégicos:

- i. organizações de primeira prioridade, que, respondendo a todos os critérios e tendo todos os países lusófonos como seus membros, se encontram na melhor posição para a expansão do português: OMS (Organização Mundial de Saúde), Assembleia Geral da ONU, UNESCO, UNICEF e CICV – coincidindo em grande parte com os vetores de ação do PAB e do PALis;
- ii. organizações de segunda prioridade, o FMI e a OMC (Organização Mundial de Comércio que, sendo relevantes para o mundo lusófono e respondendo de forma satisfatória à maioria dos critérios, apresentam contudo alguns obstáculos à sua adoção (em particular o FMI, pela tendência para não adotar novas línguas) ou não contam com todos os países de LOP na sua estrutura;
- iii. organizações de terceira prioridade, ou não prioritárias, em que a presença do português não é suficientemente forte para legitimar a sua adoção a curto prazo, sendo porventura preferível negociar na base de parcerias estratégicas para a tradução de documentos considerados mais relevantes para o mundo lusófono – OCDE, NATO e ASEAN.

Adicionalmente, a presença do COI e da FIFA nesta lista justifica-se pela visibilidade que os Jogos Olímpicos e os diferentes campeonatos internacionais de futebol possuem; apesar de haver uma política de não adoção de novas línguas no COI, com exceção da língua dos países anfitriões dos Jogos (a título temporário), e de essa abordagem ser também a prática por defeito da FIFA, o facto de os JO de 2016 terem tido lugar no Brasil e de Portugal ser o atual campeão europeu de futebol poderão constituir um argumento a favor do reequacionamento desta postura e uma ocasião para defender uma maior abertura a outras línguas, em particular o português.

Como indicadores positivos e que poderão apontar um foco adicional em termos de prioridade para a difusão do português, é de assinalar que a FIFA tem o português como uma das LO da sua Conferência Geral, algo que também acontece na UNESCO.

Este último caso parece-nos de particular relevância, pois permite dar maior solidez à defesa da adoção do português como língua oficial de pleno direito da UNESCO, o que por sua vez conferiria legitimidade acrescida para a sua difusão a outras agências da ONU, em particular no Secretariado-Geral, num momento em que ele é liderado por um português.

5.3. Sumário e Conclusões

Neste capítulo procurámos aduzir alguns argumentos em defesa da expansão da língua portuguesa em novas organizações, tendo estabelecido para o efeito alguns critérios de prioridade: a coerência das propostas face às orientações de política de língua existentes, exaradas da CPLP e apresentadas em documentos como o PAB ou o PALis; a relevância das organizações em causa para os países de língua portuguesa, em termos das suas atividades e escopo de ação; a visibilidade das instituições no mundo lusófono e a nível global; a viabilidade e sustentabilidade da implementação do português a curto e a longo prazo (pela existência de departamentos de tradução e interpretação e possibilidades de financiamento dos mesmos, o que se irá relacionar também com outros fatores); a existência - ou não - de um historial de adoção de novas LO; e a presença do maior número possível de países lusófonos nestas instituições, com o duplo objetivo de conferir maior peso ao português e de ajudar a financiar os custos da sua adoção como língua oficial.

Com base nestes critérios, foram selecionadas doze organizações internacionais, as quais, após uma análise dos dados disponíveis, procurámos agrupar em três níveis de prioridade: organizações prioritárias para a difusão do português (a Assembleia Geral da ONU, a OMS, a UNESCO, a UNICEF e o CICV); organizações de segunda prioridade (como o FMI e a OMC); e organizações não prioritárias, onde a adoção do português parece menos provável (como a OCDE, a NATO ou a ASEAN). O COI e a FIFA, enquanto organizações desportivas, mereceram um tratamento distinto, mas consideramos que, em ambos os casos, há que procurar oportunidades para a introdução do português, seja com o estatuto de LO permanente, seja como língua de eventos específicos, dada a grande visibilidade dos mesmos à escala mundial.

A defesa desta política de expansão da língua portuguesa não pretende, bem pelo contrário, escamotear a questão do investimento necessário (em termos financeiros, em termos de tempo e a nível diplomático) para que o português possa ganhar o estatuto de língua oficial ou de trabalho e para que seja efetivamente implementado.

Assim, como linha adicional de investigação - e que aqui procuramos também lançar, não tendo sido possível obter os dados pretendidos - será essencial ter em atenção a vertente dos custos associados à adoção do português, não só no que toca à formação de técnicos e profissionais especializados, mas à manutenção, a longo prazo, desses serviços, bem como à gestão da vertente logística da adoção do português (garantindo instalações e disponibilização de recursos adequados e, eventualmente, o pagamento de salários).

Por outro lado, e porque a visibilidade (e vitalidade) da língua se mede em diversos domínios, nomeadamente o científico, será também necessário assegurar fontes de financiamento de projetos de investigação que permitam fazer do português uma língua usada em publicações nas diferentes áreas de intervenção de organizações internacionais.

Ainda na mesma linha, e pensando no mercado das línguas de forma mais abrangente, seria de considerar a criação e/ou manutenção de projetos de monitorização acerca das perceções globais sobre a língua portuguesa - tendo em conta que uma instituição como o British Council, por exemplo, desenvolve este tipo de projetos de forma regular. A informação obtida por um levantamento deste tipo poderia fornecer dados úteis para a prossecução de atividades de PLPL em organizações internacionais e também com um escopo mais vasto.

Parece-nos igualmente relevante salientar que, a par das propostas feitas neste capítulo e no capítulo anterior, julgamos que a política de língua não se joga apenas ao nível da língua, no sentido estrito, mas também enquanto veículo de cultura(s). Assim, a aposta numa política cultural, ou no "marketing" cultural, é um pré-requisito fundamental para despertar o interesse e valorizar o potencial do português.

Por fim, queremos acentuar a noção de que a (omni)presença do inglês em muitas das instituições consideradas nos pode fazer questionar a adoção de uma política de expansão do português, mas que essa questão pode encontrar resposta em duas ideias: por um lado, a tendência para uma maior integração no seio das OI, em particular governamentais, requererá, de forma lógica, que existam profissionais capazes de redigir documentos ou de interagir (nomeadamente com outros funcionários, a nível de administração

governamental) nas línguas dos diferentes países-membros; por outro lado, se existe geralmente, no mercado de trabalho e no ensino, uma tendência para a massificação, esta é muitas vezes seguida de uma tendência para a especialização. Assim, é possível postular que, sendo o inglês, língua hipercentral, um idioma dominado por um maior número de indivíduos, o mercado de trabalho venha a procurar, cada vez mais, profissionais que consigam dominar outras línguas (nomeadamente as línguas supercentrais), de forma cumulativa.

Nessa perspectiva, o português poderá assumir um papel, não de concorrência, mas de complementaridade (ou concomitância) com o inglês, o que constituiria a alternativa desejável ao "jogo de soma nula" que ainda se vive em muitas das organizações com regimes de funcionamento multilingues. É com base nesta ideia, e sendo o português uma língua verdadeiramente global, que acreditamos ser possível levar a cabo as propostas que aqui delineámos.

CAPÍTULO 6
INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE LÍNGUA E PLANEAMENTO
LINGUÍSTICO E A IMPLEMENTAÇÃO DO PORTUGUÊS EM
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

CAPÍTULO 6. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE LÍNGUA E PLANEAMENTO LINGUÍSTICO E A IMPLEMENTAÇÃO DO PORTUGUÊS EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Como referimos nos capítulos anteriores, a adoção e implementação da língua portuguesa em organizações internacionais não termina com a sua consagração enquanto língua oficial ou língua de trabalho numa instituição - esse é, não raras vezes, um mero ponto de partida para o caminho que tem de ser aberto ao longo de anos ou décadas e que há, em muitos casos, ainda que desbravar.

Para isso, não bastam declarações oficiais nem cerimónias solenes, sendo necessário um investimento considerável para formar tradutores, intérpretes e pessoal em diferentes áreas, capazes de dar resposta aos desafios do funcionamento multilingue no seio destas instituições.

Assim, é crucial implementar programas que visem a aquisição da língua portuguesa nestes contextos e adotar instrumentos linguísticos que facilitem o seu uso efetivo em documentos oficiais e no quotidiano das organizações internacionais.

Neste breve capítulo iremos analisar o papel de um instrumento de planeamento de *corpus*, o Acordo Ortográfico de 1990, que pretende ser também uma ferramenta no planeamento de estatuto, fazendo aceder o português a um maior grau de prestígio e divulgação, e a importância do Camões. I.P. no planeamento da aquisição da língua portuguesa.

6.1. O Acordo Ortográfico de 1990 como instrumento de planeamento de estatuto e planeamento de *corpus*

O projeto do Acordo Ortográfico de 1990 (AO '90) assume-se como o cruzamento de dois tipos de planeamento: se o objetivo primeiro é a reforma da ortografia (típico de planeamento de *corpus*), a meta deste Acordo é atingir, na medida do possível, a "unificação ortográfica" da língua portuguesa, com vista a aumentar o prestígio e a difusão internacional do português - considerando que a existência de duas normas ortográficas

divergentes (a portuguesa e a brasileira) tem sido "largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no Mundo".¹⁰⁸

À margem das polémicas que têm rodeado a sua implementação, e assumindo uma atitude neutra face a esta questão, pretendemos analisar as duas facetas do AO '90 e as suas virtudes e lacunas enquanto instrumento de planeamento linguístico.

No que toca ao planeamento de *corpus*, tal como qualquer reforma ortográfica, o objeto do AO '90 é a representação gráfica do português - que, parece-nos importante reforçar, é uma mera convenção e não uma componente da língua no sentido linguístico do termo (essas componentes são a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, o léxico...).

Assim, o Acordo visa, em primeiro lugar, simplificar a ortografia, com base no critério fonético, aproximando a forma escrita à pronúncia das palavras - em detrimento da etimologia (quicá a principal causa de polémica em Portugal); e, em segundo, sistematizar e simplificar também algumas normas gráficas, como o uso da acentuação (eliminando alguns acentos, com base na estrutura silábica/fonológica das palavras) e a hifenização, seguindo igualmente um princípio fonético.

Face a estas propostas, a queda das consoantes mudas (*c* e *p* etimológicos não pronunciados) tornou-se, em Portugal, a grande fonte de discórdia: a defesa do património histórico do português, herdado das línguas clássicas, a ideia de uma certa "pureza" da língua ou o lamento pela perda de harmonia entre palavras próximas (caindo em alguns casos as consoantes e permanecendo noutras, devido à pronúncia), foram alguns dos argumentos aduzidos contra o AO '90.

Neste ponto, a memória da evolução histórica da ortografia portuguesa (ou a ausência desta) é, indubitavelmente, um dos aspetos fulcrais no que toca ao modo como tem sido encarado o AO '90 enquanto instrumento de planeamento de *corpus*. Com efeito, um estudo sobre as reformas que precederam este Acordo, nomeadamente a Reforma Ortográfica de 1911 e o Acordo Ortográfico de 1945 demonstra que, em ambos os casos, houve mudanças tão ou mais radicais que as agora propostas, quer no que toca às consoantes mudas, quer no que toca a outros traços etimológicos, e que em todos os

¹⁰⁸ Cf. Acordo Ortográfico de 1990, Anexo II, disponível em <https://www.priberam.pt/docs/AcOrtog90.pdf>. Página consultada em 7 de agosto de 2017.

momentos de reforma oficial da ortografia o critério privilegiado foi o da fonética, relegando para segundo plano a etimologia.¹⁰⁹

Se nada existe de novo em termos de critérios das reformas e acordos ortográficos, tão pouco parece ter existido algo de novo na reação a eles: a ideia da língua-pátria de Pessoa terá sido uma das imagens mais invocadas em anos recentes, mas esta é bem mais reveladora quanto posta em contexto:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em orthographia simplificada, mas a página mal escripta, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ípsilon, como escarro directo que me enjoa independentemente de quem o cuspiisse.

Fernando Pessoa (Bernardo Soares), *Livro do Desassossego*¹¹⁰

O texto de Pessoa ilustra a polémica relativa ao Formulário Ortográfico de 1911, o qual foi elaborado à margem do Brasil, não pretendendo cumprir a função de unificar a ortografia além-fronteiras (embora, à época, fosse geralmente assumido que o Brasil seguiria as regras propostas em Portugal, o que não viria a acontecer). Podemos considerar, por isso, que as resistências a essa reforma eram internas e postular que as polémicas em torno da simplificação e aproximação da escrita à fonética não são um problema do Acordo de '90, mas um problema ligado a qualquer reforma que vise efetuar este tipo de mudança.

Todavia, é precisamente na sobreposição do projeto de reforma com o projeto de unificação que muitos dos opositores ao AO '90 vieram apresentar um dos principais argumentos contra a sua aplicação em Portugal: a ideia de que a variante portuguesa (geralmente designada Português Europeu - PE) estaria a ser subjugada face à variante brasileira (Português do Brasil - PB), com impacto, inclusive, na forma como algumas palavras passariam a ser pronunciadas em terras lusas - uma noção cristalizada na polémica

¹⁰⁹ Deste modo, e apenas para dar alguns exemplos, em 1911 foram eliminadas sequências como *th* ou *ph*, deixando igualmente de se usar o *y* na ortografia portuguesa (todos eles elementos etimológicos, de matriz grega), para além de se terem abandonado as consoantes duplas, quando tal não alterava a pronúncia da palavra (sequências como *ll* ou *mm* desapareceram da ortografia portuguesa), geralmente mantidas até à altura por influência de outras línguas europeias. Foram igualmente suprimidas inúmeras consoantes mudas, quer em 1911 (*escripta* ou *sciencia*), quer em 1945 (*práctico*, *assumpto*, *diccionário*), embora várias tenham permanecido, sendo eliminadas pelo Acordo de '90. Informações obtidas através da consulta dos textos e informações acerca das diferentes reformas e acordos, cujas referências apresentamos no final deste trabalho.

¹¹⁰ Tomamos aqui uma edição da Ática, datada de 1982, citada em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/antologia/minha-patria-e-a-lingua-portuguesa/2657>. Consultado em 28 de agosto de 2017.

"facto/fato", ignorando o que é apresentado no AO '90, que, no respeito da pronúncia de cada um dos países, consagra a dupla grafia desta e de outras palavras.¹¹¹

A "guerra" (d)e equívocos quanto à posição da variante portuguesa e da posição brasileira e sobre quem ganhava ou perdia com o Acordo - e é bom lembrar que muitas alterações são também disputadas no Brasil¹¹² - obscureceu alguns dos verdadeiros problemas de fundo do AO '90 em termos de planeamento de *corpus* (do ponto de vista linguístico, podemos considerar questionável o tratamento da hifenização, que faz prevalecer o critério fonético sobre a estrutura morfológica das palavras, um aspeto raras vezes abordado) e que se colocam, de resto, em ambos os lados do Atlântico.

Na realidade, e face à impossibilidade de atingir uma total unificação em termos ortográficos, dadas a divergências em termos de pronúncia das duas variantes, o texto do AO '90 refere que com esta reforma se atinge uma uniformização de cerca de 98% do vocabulário do português.

Ora, no que toca à articulação com a vertente do planeamento de estatuto e à desejada unificação enquanto forma de conferir ao português maior prestígio e um papel mais relevante a nível internacional, aquilo que podemos perguntar é, em primeira instância, se o grau de uniformização do vocabulário faz do Acordo um instrumento eficaz ou não e, em segundo lugar, se resolve, cabalmente, a questão da (eliminação da) escolha por uma ou outra variante. A resposta à primeira questão é talvez impossível, pois depende em parte da perspetiva adotada: se apenas uma uniformização a 100% for a medida do sucesso de um Acordo, qualquer reforma estará votada ao fracasso, pois não existe nenhum critério que permita atingir tal meta (o critério fonético não o permite, como vimos, e qualquer outro critério teria um carácter artificial e seria imposto a expensas de uma ou de ambas as variantes); se assumirmos como medida de sucesso a criação de um critério uniforme para a grafia do português, assumindo a sua diversidade e respeitando as diferentes pronúncias, então pode considerar-se que o AO '90 cumpre esse objetivo.

A resposta à segunda questão é, talvez, mais simples, e prende-se com os limites de qualquer reforma ortográfica: não se trata, efetivamente, de alterar a língua como tal, e sim

¹¹¹ A dupla grafia está, aliás, consagrada nos casos das consoantes etimológicas (quando são pronunciadas num país e mudas no outro, ou quando há oscilação no mesmo espaço geográfico), mas também na acentuação de palavras cujas vogais têm timbres distintos - por exemplo, económico(PE)/econômico (PB).

¹¹² Embora tendo passado despercebidas em Portugal, as polémicas quanto à perda do trema e à queda de muitos acentos (eliminados em Portugal com o Acordo de 1945) fizeram correr muita tinta no outro lado do Atlântico. A esse propósito, ler o texto sobre o desaparecimento do trema no Brasil, que reproduzimos no Anexo VII.

a sua representação escrita, em articulação com a fonética, que, como vimos, apresenta algumas divergências importantes nos países lusófonos (nomeadamente a pronúncia, ou não, de consoantes e o timbre das vogais). Acresce a isso que, não alterando as componentes da língua, é inegável que existem consideráveis diferenças no seio da lusofonia, as quais vão muito além da escrita ou da pronúncia: o léxico das duas variantes (bem como das variantes africanas, geralmente menos consideradas nesta equação) apresenta vocabulário diverso (pensemos em documentos oficiais e no uso de "pressuposto" *versus* "orçamento"); a sintaxe do PB e do PE divergem quanto à ordem de colocação de pronomes e de verbos na frase, por exemplo; e uma análise de processos morfológicos, como a sufixação, revela que existem constituintes mais produtivos numa e noutra variante (cite-se "canadense" *versus* "canadiano"). Assim, é virtualmente impossível imaginar um cenário em que Portugal e Brasil façam parte da mesma instituição e em que não seja necessário selecionar, para dado documento, uma das variantes.

Por todos estes motivos, aquilo que nos parece de salientar é que o AO '90 procura sanar as divergências ortográficas de diferentes reformas e tentativas de acordo(s) e fá-lo utilizando um critério que podemos considerar neutro (o da fonética), de forma a estabelecer e normalizar um vocabulário comum para a língua portuguesa, fixando também algumas regras aplicáveis a todas as variantes. Contudo, dada a evolução das grafias da variante do PE e do PB no passado, e o facto de o PB ter adotado, regra geral, o critério fonético mais cedo e de forma mais sistemática do que o PE¹¹³, a leitura sincrónica dos dados leva a que muitos autores (e muita da opinião pública) sinta que há imposição de uma norma face à outra - sendo a leitura mais comum a do domínio da variante brasileira face à portuguesa¹¹⁴, pesem as críticas feitas ao AO do lado brasileiro.

Ultrapassar essa perspetiva será talvez o ponto de partida para que o AO ganhe uma maior adesão e, possivelmente, a única forma para abrir um debate (se as instituições e os governos o permitirem) sobre as verdadeiras qualidades e defeitos deste documento e possíveis melhorias a fazer em reformas futuras.

¹¹³ No Brasil, o critério fonético e a queda das consoantes etimológicas mudas deu-se a partir de 1931 e sistematizou-se em 1943, enquanto que em Portugal essa queda foi acontecendo ao longo de diferentes reformas, culminando com a atual.

¹¹⁴ De forma algo surpreendente, essa leitura é repetida num texto recente de Spolsky (2017), face ao qual nos permitimos colocar algumas reservas, quanto à obtenção e interpretação dos dados e à perspetiva histórica das diferentes reformas ortográficas, que aqui procurámos apresentar.

Em última instância, o sucesso do Acordo Ortográfico de 1990 e a sua relevância para a adoção do português em OI será também o resultado da forma como os diferentes países lusófonos encararem e aplicarem essa reforma e a apresentarem perante outros parceiros governamentais nessas organizações.

6.2. O papel do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua no planeamento de aquisição do português em organizações internacionais: desafios e estratégias

Desde a sua fundação, em 1992, a missão do então designado Instituto Camões prendeu-se sempre com a defesa e a difusão da língua portuguesa, traduzindo-se, em larga medida, no estabelecimento de protocolos com universidades um pouco por todo o mundo, com o objetivo de criar novos cursos de português (a nível curricular ou extracurricular), enriquecer a oferta disponível onde já existiam programas de estudos portugueses, promover a formação de professores e dar apoio à formação em língua portuguesa nas áreas da tradução e interpretação e enquanto formação contínua em instituições internacionais que contam o português como uma das suas línguas oficiais.

Nesta última vertente, como vimos, o Camões está presente em algumas das instituições com maior relevância no continente africano e trabalha em parceria com OI no continente americano, por forma a fomentar o interesse no português e criar reservas de profissionais que possam vir a trabalhar nestas áreas. Contudo, segundo nos foi possível apurar, quer por experiência direta, quer pelos testemunhos de colegas, os números de alunos e a continuidade dos cursos nem sempre conseguem ser consistentes, e as próprias instituições não dispõem, regra geral, de mecanismos que encorajem os seus profissionais a seguir este tipo de formação, com impacto nos resultados obtidos.

Por outro lado, como verificámos pela observação dos *sites* de diferentes organizações, em muitos casos não existem páginas em português e não é possível encontrar documentos oficiais em língua portuguesa - ou estes são em número bem mais reduzido do que noutras línguas oficiais.

Tendo postulado o critério da visibilidade como um dos princípios centrais para o alargamento do português a novas OI, e parecendo-nos que esse é também um dos fatores de prestígio de qualquer idioma, julgamos importante que, quer nas instituições onde já está presente, quer naquelas em que se pretende a sua adoção, seja feito um trabalho

concertado e intensivo de divulgação de informação em língua portuguesa, apostando numa maior presença na internet e criando (ou melhorando) instrumentos de apoio à tradução e interpretação.

O CICL já promove ações de formação a tradutores e intérpretes, quer de forma contínua, quer de forma pontual, com a presença de especialistas na área, e parece-nos que parte desse esforço pode ser orientado para a prossecução de alguns objetivos estratégicos e devidamente balizados no tempo: a criação ou atualização de bases lexicais de referência, especializadas em diferentes domínios de intervenção (economia, educação, agricultura, linguagem jurídica, etc) que possam ser um instrumento de trabalho no dia-a-dia destes profissionais, ou a colaboração com pessoal na área das tecnologias da informação, com vista a criar e/ou fazer manutenção de páginas em português de forma regular.

Para além disso, e dadas as dificuldades que os funcionários destas organizações frequentemente manifestam em seguir de forma regular os cursos de língua (por questões relacionadas com a sua atividade profissional, que inclui deslocações a outros países, ou reuniões e outros compromissos que se sobrepõem aos períodos de aulas), será de ponderar a adoção de regimes mistos na lecionação dos cursos, com uma componente de trabalho virtual - gerida, à distância, pelo Camões - e com uma componente presencial, sob a tutoria dos Leitores afetos às diferentes instituições. Ainda que dificilmente se consigam atingir resultados ótimos em termos de assiduidade e que as limitações em termos de disponibilidade continuem, quase inevitavelmente, a existir, um regime misto de trabalho poderia conferir maior flexibilidade aos aprendentes na gestão do seu processo de aprendizagem, responsabilizando-os, simultaneamente, por essa gestão, que não se limitaria à presença em aula.

Por fim, um ponto importante, e quiçá de mais difícil prossecução, é a gestão do fator da motivação e do encorajamento dado (ou não) pelas instituições à formação linguística dos seus funcionários e à promoção de um ambiente plurilingue no seu seio. Segundo nos foi dado constatar, esse tipo de incentivo nem sempre existe e a motivação dos alunos acaba por ser mais pessoal do que baseada na noção de que esse esforço terá uma compensação em termos profissionais (seja na vertente financeira, seja na possibilidade de ascender a outros cargos mais aliciantes). Esse é um dado que levanta problemas ao governo português, mas também a outros governos - como o francês - que geralmente disponibilizam formadores às OI numa base gratuita.

Face a esta realidade, será de ponderar, se possível também de forma concertada com outros governos, um esforço de (re)negociação de protocolos futuros ou existentes, que corresponsabilizem as instituições que recebem a formação pelo sucesso da mesma, quer através do pagamento destes cursos, quer através da criação de objetivos mínimos, em termos de assiduidade dos funcionários e de números de alunos formados por ano ou semestre - note-se que aspetos como a percentagem obrigatória de aulas assistidas são um requisito negociado entre os formadores e formandos, no âmbito de contratos de aprendizagem estabelecidos no início dos cursos, mas que acabam por não ter caráter vinculativo e esbarram com a realidade do funcionamento das instituições.

Um último aspeto a considerar, também como forma de motivação dos formandos destes cursos, é a aposta na certificação, de modo mais sistemático, o que pode ajudar a criar metas tangíveis para os alunos e tornar mais visível para as OI o sucesso dos projetos de formação.

6.3. Sumário e conclusões

Neste capítulo procurámos abordar algumas questões de planeamento de *corpus* e de aquisição que julgamos articularem-se de forma inextricável com o planeamento de estatuto do português e com a sua presença em organizações internacionais.

No que toca ao AO '90, enquanto reforma gráfica, aquilo que este Acordo consegue não é uma eliminação total das diferenças na escrita das variantes do português, pois elas continuam a existir - pelas divergências em termos de pronúncia - e sim o estabelecimento de um critério claro para a escrita do português: o critério da realização fonética das palavras. E isto pode ser considerado um avanço, pois elimina algumas idiossincrasias gráficas e facilita, em termos de aprendizagem do português (quer como língua materna, quer como língua estrangeira) o tratamento gráfico de um número considerável de vocábulos. No entanto, continuará a haver grafias divergentes em alguns pontos e, em determinados contextos, desde logo o contexto de organizações internacionais, poderá tornar-se moroso pensar em redigir documentos, sobretudo de maior extensão, referindo as duplas grafias de modo exaustivo.

Se a uniformização possível do português a nível gráfico é ou não condição necessária e, sobretudo, suficiente para que o português ganhe acesso ao clube das línguas de maior

prestígio em algumas das instituições onde ainda não é língua oficial dependerá, em larga medida, da forma como essa mesma reforma for apresentada (se quisermos, há também aqui uma dimensão de "marketing" e de promoção da imagem da língua e do Acordo) e do modo como ela for vivida no espaço da própria lusofonia, que, até ao momento, permanece francamente dividida quanto à sua implementação.

Será também necessário ter uma atitude pragmática, que ultrapasse as divisões e rivalidades históricas entre PE e PB, para perceber que é impossível eliminar as diferenças entre as duas variantes, as quais vão muito além da ortografia, manifestando-se nas diferentes componentes da língua (léxico, morfologia, sintaxe) e que terão de ser encontradas estratégias para usar as diferentes normas nas instituições em que as duas variantes coexistam - poder-se-á postular critérios como a rotatividade ou a relevância dos documentos para os diferentes países da lusofonia - devendo também ser encorajada a intercompreensão mútua e o conhecimento da riqueza da língua portuguesa nas suas muitas dimensões, algo que pode (e deve) ser estimulado pelos sistemas de ensino dos países lusófonos.

Na vertente do planeamento da aquisição, o papel do Camões é e continuará a ser crucial, pois é através dele que - em muitos dos casos de forma exclusiva - é feita a difusão e implementação da língua portuguesa em organizações internacionais, uma atividade que não se limita a cursos de língua e à formação de tradutores e intérpretes, mas se reflete também em eventos com vista à promoção da cultura dos países lusófonos.

A relativamente tímida presença da língua portuguesa em várias das instituições analisadas nos capítulos anteriores, em termos do número de formandos e também da sua visibilidade no mundo digital, e os desafios colocados à continuidade - e efetivos resultados - dos programas implementados em algumas destas OI devem levar à reformulação de estratégias, apostando em alguns objetivos de curto prazo, como a criação de instrumentos de trabalho para tradutores e intérpretes e de páginas na internet em português, com disponibilização de documentos e notícias de forma regular.

A par destas atividades, o investimento do governo português terá também de ser feito na vertente diplomática, por forma a tentar obter maiores contrapartidas e garantias da parte das instituições com as quais colabora, algo que nem sempre é fácil e que poderá exigir a formação de alianças com outros países com programas semelhantes.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vocação da língua de Camões enquanto língua universal pode ser traçada, se não antes, desde o início da expansão portuguesa e da procura do estabelecimento de contactos comerciais e culturais a nível mundial. No século XXI, a língua portuguesa não é, contudo, apenas a língua de Camões e de Portugal, e sim a língua de várias centenas de milhões de indivíduos, para as quais cumpre diferentes funções e se reveste de diferentes valores.

O assumir da dimensão verdadeiramente global deste novo cenário e de que falar da difusão da língua portuguesa não se pode traduzir num projeto (neo)colonialista, seja na vertente linguística, seja na vertente cultural, nem na imposição de uma língua a terceiros - no espaço da lusofonia ou além dele - é condição necessária para a definição do lugar do português no mundo das línguas.

Por outro lado, é inegável que a língua portuguesa coexiste com um número considerável de idiomas, mas apenas um conjunto relativamente restrito apresenta o mesmo tipo de dispersão e tem um carácter verdadeiramente global. Tendo em conta este "meio ambiente", e lembrando que nem todas as línguas podem cumprir o mesmo papel, parece natural que o português procure marcar a sua posição e estabelecer a sua relevância face a outras línguas com as quais não apenas convive, mas compete.

A definição do lugar do português na constelação das línguas mundiais surge, assim, como resultado de um - por vezes frágil - equilíbrio de forças entre os interesses e exigências internas do mundo da lusofonia, no seio da qual existem também algumas rivalidades, e a forma como consegue ganhar destaque ou é remetido para segundo plano em contextos multilíngues, nomeadamente quando estão presentes outras línguas supercentrais ou a língua hipercentral - o inglês.

Como contributo para esse projeto, procurámos aqui traçar um roteiro para a difusão do português em organizações internacionais, ancorado nas três categorias do planeamento linguístico: o planeamento de estatuto, o planeamento de *corpus* e o planeamento da aquisição.

Lançados os alicerces teóricos para a compreensão deste roteiro (no primeiro capítulo), bem como as linhas de orientação metodológicas e referências que serviram de base para o presente estudo (no segundo capítulo), procurámos navegar o mundo das organizações

internacionais - com foco para as instituições intergovernamentais - e compreender as complexidades de que se revestem as relações entre línguas nesse contexto.

A primeira dessas complexidades é, desde logo, a fluidez no uso de alguns termos (um tópico abordado, em jeito de preâmbulo, no terceiro capítulo) e as diferenças entre línguas oficiais e línguas de trabalho - nuances nem sempre claras e que são, por seu turno, um primeiro indício de que nem sempre a "aquisição" por parte de uma língua de um dado estatuto se reveste de efeitos visíveis em termos práticos.

Com a noção desse fator - quiçá um obstáculo - adicional procurámos delinear o roteiro para o português no seio de OI seguindo três linhas de ação: 1) fazer um balanço das políticas de língua e de planeamento linguístico que levaram à adoção do português em organizações internacionais, procedendo a um ponto da situação atual, com vista a 2) estabelecer coordenadas para a sua difusão e mais conseguida implantação no panorama global das línguas, e 3) colocar essas propostas em paralelo com instrumentos de planeamento de *corpus* e planeamento da aquisição.

A avaliação da posição atual do português nas organizações onde é língua oficial/de trabalho foi levada a cabo com base na sua presença efetiva no quotidiano das instituições, medida (ainda que de forma imperfeita) pela análise de alguns dados estatísticos relativos ao volume de documentos disponíveis em língua portuguesa, à sua utilização em reuniões e em atividades de diferentes organismos, ao número de tradutores e intérpretes que trabalham com o português, e pela avaliação sucinta de alguns programas de formação (e do seu público, em termos do número de alunos desses cursos). Para além disso, e de forma particularmente relevante, numa época em que a visibilidade de uma língua se mede pela sua presença no mundo digital, foi efetuado um levantamento exaustivo da presença do português nas páginas oficiais das organizações em causa.

Se os dados das organizações em que o português é LO/LT, apresentados no quarto capítulo, nem sempre são de molde a inspirar otimismo desmedidos, permitindo constatar que há ainda um importante percurso a fazer para que a língua portuguesa possa ter real expressão em várias das instituições (e levando-nos a pensar que dificilmente virá a adquirir visibilidade em algumas delas), as lições daí retiradas devem fazer-nos refletir sobre estratégias para contornar as deficiências existentes e para antecipar os obstáculos futuros, racionalizando também o investimento de diferentes países, nomeadamente Portugal, e procurando maximizar os seus efeitos.

Tomando como referência o mapa de distribuição atual do português no mundo das organizações internacionais, partimos, no capítulo cinco, para a definição de novas coordenadas para a sua expansão, as quais foram norteadas por alguns critérios-chave: coerência em termos de política de língua, relevância para os diferentes países lusófonos, cuja presença nas organizações-alvo deve ser no maior número possível, visibilidade a nível interno (no seio da lusofonia) e a nível externo (permitindo que a adoção do português tenha um impacto global), viabilidade e sustentabilidade do projeto de expansão da língua portuguesa a novas instituições, as quais, por sua vez, devem ter, preferencialmente, um historial de abertura a novas línguas.

Graças a esses critérios, foi possível selecionar doze organizações que deverão constituir vetores de um projeto de alargamento da língua portuguesa, dos quais se destacam instituições e agências da ONU (o Secretariado-Geral, a UNESCO e a UNICEF), mas também a Organização Mundial de Saúde e o Comité Internacional da Cruz Vermelha, que possuem um carácter global e que têm particular relevância para o mundo lusófono.

Numa segunda linha, organizações como o FMI ou a OMC, dada a presença de um número significativo (ou de todos) os países de língua oficial portuguesa, poderiam ser alvo de uma tentativa de adoção do português, embora estas organizações (sobretudo a OMC) apresentem um historial de molde a deixar algumas dúvidas sobre a facilidade de adoção e de implementação de novas línguas. A par destas, poderíamos colocar organizações de carácter desportivo, como a FIFA ou o COI, onde a presença do português já se faz sentir, nomeadamente na FIFA, através da sua Conferência Geral, e onde talvez seja possível aproveitar o momento atual para postular um papel mais efetivo da língua portuguesa. Como vetores de terceira prioridade, encontramos a OCDE, a NATO e a ASEAN, onde a presença de países lusófonos é diminuta e cuja política de língua tende para o monolinguismo - a favor do inglês.

Este roteiro, que não pretende ser absoluto e sim apresentar uma linha de orientação em termos de política e de planeamento de estatuto tem, implicitamente, em conta, um fator que os países de língua oficial portuguesa terão de ponderar: o da eventual necessidade de assegurar o autofinanciamento e sustentabilidade da adoção do português, sobretudo numa fase inicial, nomeadamente através de programas de apoio à tradução e interpretação (como já aconteceu, a espaços, na ONU). Em alternativa, será através do poder de

negociação dos diferentes países lusófonos nas OI que se poderá implementar o português e, em particular, do papel crescente do Brasil enquanto parte dos BRICS e principal economia em expansão no mundo lusófono, pese um ligeiro desaceleramento em anos recentes e alguma instabilidade em termos políticos.

Tal como defendido nos planos de ação da CPLP, serão igualmente de aproveitar dinâmicas conjunturais e momentos-chave, que se articulem com grandes eventos ou com a presença de representantes dos países lusófonos em altos cargos institucionais, para apresentar propostas de adoção do português e para reforçar a sua posição onde já é língua oficial e/ou de trabalho - a esse nível, vive-se na ONU um momento privilegiado.

Retomando as grandes linhas da política de língua e do planeamento linguístico, há que lembrar que a difusão do português não se faz apenas ao nível do planeamento de estatuto e que a sua adoção como língua oficial ou de trabalho de uma organização tem de ser acompanhada de um planeamento eficaz ao nível da aquisição - fomentando o ensino do português como língua segunda e língua estrangeira e assegurando a formação de tradutores e intérpretes - bem como de medidas de planeamento de *corpus*, como a criação de vocabulários especializados e de obras de referência em áreas relevantes. O capítulo seis permitiu-nos refletir sobre estes aspetos, analisando uma das principais reformas efetuadas na ortografia da língua portuguesa, o Acordo Ortográfico de 1990, e equacionando algumas estratégias de planeamento da aquisição a serem postas em prática pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

Com a clara consciência de que a arquitetura institucional de algumas organizações dificilmente se presta à prossecução de uma política de multilinguismo, mau grado as palavras dos documentos oficiais, é importante que a CPLP e o Camões sejam ativos e acutilantes na negociação de acordos que permitam o retorno do investimento feito em programas de difusão do português e que o afirmem como língua complementar ao inglês.

Por fim, e porque a formação de tradutores, intérpretes e profissionais especializados em diferentes áreas de intervenção não se faz apenas nestas organizações, é fundamental que a estratégia de difusão do português aposte em cursos universitários, mas também em cursos geridos diretamente pelo próprio CICL, com fins práticos e profissionalizantes, orientados para o mundo dos negócios, do direito e da diplomacia.

Só assim se poderá consolidar o papel do português a nível internacional e aspirar a que a língua portuguesa seja considerada um trunfo no jogo de forças entre as línguas globais.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

AAVV. (2004). *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

AAVV. *World Illiteracy at Mid-Century: a Statistical Study*. UNESCO, 1957.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000029/002930eo.pdf> [21 de abril de 2017]

Ammon, U. "The international standing of the German language", in Maurais, J. e Morris, M. A., Eds. (2003). *Languages in a Globalising World* Cambridge: Cambridge University Press.

Baptista, L.V. (2007). *Relatório Final do Projeto "Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: os Leitorados de Português"*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
<http://cesnova.fcsh.unl.pt/cms/files/publicacoes/PUB4e08c7dfbebc3.pdf> [09 de maio de 2017]

Calvet, L.-J. (1999). *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon.

Calvet, L.-J. (2002). *Le marché aux langues - Les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris: Plon.

Cobarrubias, J. (1983). "Ethical Issues in Status Planning". In Cobarrubias, J. & Fishman, J. (1983), *Progress in Language Planning*. International Perspectives. Berlin: Walter de Gruyter & Co.

Cooper, R. L. (1989). *Language Planning and Social Change*. Cambridge: Cambridge University Press.

Costa, A. F. (1997). “Políticas Culturais: conceitos e perspectivas”, OBS n°2, Lisboa, *Observatório das Actividades Culturais:10-14*. www.gepac.gov.pt/gepac-oac/obs-n-2-3-pdf.aspx [09 de maio de 2017]

CPLP (1992). Declaração Constitutiva da CPLP. <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=3869> [24 de maio de 2017]

CPLP (1997). Declaração de Lisboa (Ministros da Educação). Lisboa: CPLP. https://www.sg.mai.gov.pt/RelacoesInternacionais/OrganizacoesMultilaterais/CPLP/Documents/I_Forum_Declaracao_de_Lisboa.pdf [02 de maio de 2017]

CPLP (2010). Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa. Brasília: CPLP. https://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf [02 de maio de 2017]

CPLP (2014). Resolução sobre o Plano de Acção de Lisboa. Maputo: CPLP. https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf [02 de maio de 2017]

Djité, P. (1994). *From Language Policy to Language Planning: An Overview of Languages Other Than English in Australian Education*. Deakin: Australian National Languages and Literacy Institute.

Fishman, J. A., Ferguson, C. A. & das Gupta, J. (Eds.) (1968). *Language problems of developing nations*. New York: John Wiley & Sons.

Fishman, J. A. (1991). *Reversing language shift: Theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages*. Clevedon: Multilingual Matters.

Fishman, J. A. (Ed.) (2001). *Can threatened languages be saved? Reversing language shift, revisited: A 21st century perspective*. Clevedon: Multilingual Matters.

Filipe, M. (2006). *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo – Hipótese de Modelo Estratégico*, Tese de Doutoramento, n/p, Universidade Aberta.

Filipe, M. (2007). “Multilinguismo na UE – política oficial, o papel das agendas por detrás dela e a língua portuguesa”, in *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa, Homenagem ao Professor João Malaca Casteleiro*, org. Maria José Grosso e Inocência Mata. Macau: Universidade de Macau e Instituto Politécnico de Macau, pp. 252-258.

Filipe, M. (2009). “Cidadania Europeia e Direitos Linguísticos no Espaço da União”, *Actas da 11.ª Conferência Internacional, Law, Language and Global Citizenship, International Academy of Linguistic Law*. Lisboa, pp. 474-480.

Filipe, M. (2013). "A língua portuguesa e os desafios do mercado de trabalho". In *Conferência Multilinguismo & Empregabilidade, Lisboa, 2013 - "Próximos desafios: a Europa e o mundo"*. Lisboa : Agência Nacional Proalv. Programa aprendizagem ao longo da vida, 2013. p. 1-9 <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2700> [10 de maio de 2017]

Fossum, J. E. (2001). *The European Union In Search of an Identity*. *European Journal of Political Theory*. 2: 319-340.

France, D. G. à. l. L. F. e. a. L. d. (2006). *Rapport au Parlement sur l'emploi de la langue française 2004*. Paris: Délégation générale à la langue française et aux langues de France.

Galito, M. S. (2006). *Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho*. CI-CPRI, AGL, N.º 1, outubro, pp. 1-97.

Ginsburgh, V. e Weber, S. (2003). "Language Disenfranchisement in the European Union.", In *Journal of Common Market Studies* 43(2): 273-286.

Graddol, D. (1997 e 2000). *The Future of English? A guide to forecasting the popularity of the English Language in the 21st century*. London: British Council.

Graddol, D. (2004). *The Future of English (Preliminary Results). Going Global: The UK International Education Conference*. Edinburgh: British Council.

Graddol, D. (2006). *English Next*. London: British Council.

Hamel, R. E. (2003) "Regional blocs as a barrier against English hegemony? The language policy of Mercosur in South America", in Maurais, J. e Morris, M., (Eds.) 2003. *Languages in a Globalising World*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 111-142.

Harmon, D. (1996). "Losing species, losing languages: Connections between biological and linguistic diversity". *Southwest Journal of Linguistics*. 15:89–108

Haugen, E. (1959). "Planning for a standard language in modern Norway". In *Anthropological Linguistics*, 1(3), 8–21. Revisto e reimpresso em (1961), "Language planning in modern Norway". *Scandinavian Studies*, 33, 68–81. Esta versão foi reimpressa como (1972) *The ecology of language. Essays by Einar Haugen* (pp. 133-147). Seleção e introdução por Anwar S. Dil. Stanford, CA: Stanford University Press.

Haugen, E. (1966). *Language Conflict and Language Planning: The Case of Modern Norwegian*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Haugen, E. (1969). "Language planning, theory and practice". In A. Graur (Ed.), *Actes du Xe Congrès International des Linguistes, Bucarest, 1967* (pp. 701–711). Bucarest: Éditions de L'Académie de la République Socialiste de Roumanie. Reimpresso em (1972) *The ecology of language. Essays by Einar Haugen* (pp. 287–298). Seleção e introdução por Anwar S. Dil. Stanford, CA: Stanford University Press.

Haugen, E. (1983). "The implementation of corpus planning: theory and practice". In Juan Cobarrubias and Joshua A. Fishman (Eds.), *Progress in Language Planning: international perspectives*. Berlin: Mouton, pp. 269-289.

Haugen, E. (1987). *Blessings of Babel: Bilingualism and Language Planning, Problems and Pleasures*. Berlin: Walter de Gruyter.

Hornberger, N. H. (2006). "Frameworks and models in language policy and planning". In T. Ricento (Ed.), *Language policy: Theory and method* (pp. 24–41). Malden, MA: Blackwell.

Janssens, R. (2014). *Le multilinguisme urbain. Le cas de Bruxelles*. Bruxelles: Editions Racine. <http://www.marnixplan.org/BRUXELLES-MULTILINGUE?lang=fr>.

[30 de abril de 2017]

Jernudd, B. H., & das Gupta, J. (1971). "Towards a theory of language planning". In J. Rubin, J. & Jernudd, B. H. (Eds.) *Can language be planned?* (pp. 195–215). Honolulu: The University Press of Hawaii.

Jernudd, B. H., & Neustupný, J. V. (1987). Language planning: for whom? In L. Laforge (Ed.), *Proceedings of the International Colloquium on Language Planning* (pp. 69–84). Québec: Les Presses de L'Université Laval.

https://lmtjapan.files.wordpress.com/2015/02/1987_jernuddjvn_planing.pdf

[07 de maio de 2017]

Kaplan, R. B., & Baldauf, R. B., Jr (1997). *Language planning from practice to theory*. Clevedon: Multilingual Matters.

Kloss, H. (1967). "Abstand languages" and "ausbau languages". *Anthropological Linguistics*, 9(7): 29-41.

https://www.jstor.org/stable/30029461?seq=1#page_scan_tab_contents

[08 de maio de 2017]

Kloss, Heinz (1969). *Research Possibilities on Group Bilingualism: a report*. Quebec: International Center for Research on Bilingualism.

<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED037728.pdf> [09 de maio de 2017]

Ladefoged, P. (1992). "Another View of Endangered Languages". In *Language*, Vol. 61, n.º4, 809-811.

https://www.researchgate.net/publication/248861002_Another_View_of_Endangered_Languages [09 de maio de 2017]

Lansford, Tom (Ed.) (2015) *Political Handbook of the World 2015*. Gulf Coast: University of Southern Mississippi.

Loubier, C. (2008). *Langues au pouvoir: politique et symbolique*. Paris: Harmattan.

Martins, M. L (2014). *Língua portuguesa, globalização e lusofonia*. Repositório da Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29178> [11 de maio de 2017]

Mateus, M. H. M. (2002a). *Objetivos e estratégias de uma política linguística*. XVIII Encontro Nacional da APL, Universidade do Porto.

Mateus, M. H. M. (2002b). *Uma Política de Língua para o Português. A língua Portuguesa*. Universidade de Santiago de Compostela.

Medeiros et al. (2010). "A questão da representação no Mercosul", in *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, vol. 18, n.º 37, pp. 31-57, outubro de 2010. http://www.academia.edu/21907739/A_quest%C3%A3o_da_representa%C3%A7%C3%A3o_no_Mercosul_os_casos_do_Parlasul_e_do_FCCR. [19 de junho de 2017]

Nekvapil, J. (2006). "From language planning to language management". *Sociolinguistica. International Yearbook of European Sociolinguistics*, 20, 92–104. https://www.researchgate.net/publication/291215646_From_Language_Planning_to_Language_Management [06 de maio de 2017]

Nekvapil, J. (2011). "The History and Theory of Language Planning". In Hinkel, Eli (ed.), (2011) *Handbook of Research in Second Language Learning and Teaching (Volume 2)*. London: Routledge.

https://www.researchgate.net/publication/295912768_The_history_and_theory_of_language_planning [05 de maio de 2017]

Neustupný, J. V. (1970). "Basic types of treatment of language problems". *Linguistic Communications*, 1, 77–98. Reimpresso in Fishman, J. A. (Ed.) (1974). *Advances in language planning* (pp. 37–48). The Hague: Mouton.

Neustupný, J. V. (1993). *History of language planning: Retrospects and prospects*. Apresentado no 10th International Congress of Applied Linguistics (AILA '93). Amsterdam, August 13.

Neustupný, J. V. (2006). "Sociolinguistic aspects of social modernization". In U. Ammon, U. et al. (eds), *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2209-2223.

Pessoa, F. (como Bernardo Soares). *Livro do Desassossego* (versão de 1982). Lisboa: Ática. Citado a partir de <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/antologia/minha-patria-e-a-lingua-portuguesa/2657>. [28 de agosto de 2017]

Phillipson, R. (1992). *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press.

Phillipson, R. (1997). "Realities and Myths of Linguistic Imperialism". *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 18:3, 238-248.
<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01434639708666317> [06 de maio de 2017]

Phillipson, R. (2003). *English-only Europe? Challenging language policy*. London: Routledge.
<https://pt.scribd.com/document/245405479/Phillipson-English-Only-Europe-Challenging-Language-Policy> [11 de setembro de 2017]

Philipson: R. (2008). *Lingua franca or lingua frankensteinia? English in European integration and globalisation*. World Englishes Forum. Blackwell.
<https://charitos.wikispaces.com/file/view/Lingua+franca+or+lingua+frankensteinia>

[11 de setembro de 2017]

Vicente, A.L., Pimenta, M. (Coord.). (2008) *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa: FLAD.

Reis, Carlos (Coord.) (2010). *A internacionalização da língua portuguesa. Para uma política articulada de promoção e difusão*. Lisboa: GEPE, Ministério da Educação.

Reto, L.A., Machado, F.L. & Esperança, J.P. (2016). *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Ricento, T. (2000). "Historical and theoretical perspectives in language policy and planning". *Journal of Sociolinguistics* 4,2, 196-213.

Ricento, T., Ed. (2006). *An Introduction to Language Policy, Theory and Method*. London: Blackwell.

Rubin & Jernudd (1971). *Can Language Be Planned? Socio-linguistic Theory and Practice for Developing Nations*. Honolulu: The University Press of Hawaii.

Rubin, J. (1986). "City planning and language planning". In Annamalai, E., Jernudd, B. H. & Rubin, J. (Eds.), *Language planning. Proceedings of an institute* (pp. 105–122). Honolulu: Central Institute of Indian Languages, East–West Center.

Salomão, R. (2007). *Línguas e Culturas nas Comunicações de Exportação: Para uma Política de Línguas Estrangeiras ao Serviço da Internacionalização da Economia Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Skuttnab-Kangas, T. (1986). "Multilingualism and the Education of Minority Children". In Phillipson, Robert & Skutnabb-Kangas, Tove (1986). *Linguicism Rules in Education*, Parts 1-3. Roskilde: Roskilde University Centre, Institute VI, pp. 42-72.

Spolsky, B. (2004). *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Spolsky, B. (2009). *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press.

Spolsky, B. (2017). "Language policy in Portuguese colonies and successor states". In *Current Issues in Language Planning* (abril 2017).

https://www.researchgate.net/publication/316303174_Language_policy_in_Portuguese_colonies_and_successor_states [03 de setembro de 2017]

Strubell, M. (1999). "From language planning to language policies and language politics". In P. J. Weber (Ed.), *Contact +confli(c)t. Language planning and minorities (Plurilingua 21)* (pp. 237–248). Bona: Dümmler.

Strubell, M. (2001). "Catalan a decade later". In J. A. Fishman (Ed.), *Can threatened languages be saved? Reversing language shift, revisited: A 21st century perspective* (pp. 260–283). Clevedon: Multilingual Matters.

Tollefson, J. W. (1991). *Planning language, planning inequality*. London, New York: Longman.

https://www.researchgate.net/publication/270303529_Planning_Language_Planning_Inequality [05 de maio de 2017]

Touhouenou, R. (2013). *The practice of translation in the African Union: A case study of the Parliament and the Commission*, dissertação de mestrado submetida à Universidade de Witwatersrand, África do Sul, np.

http://wiredspace.wits.ac.za/bitstream/handle/10539/13034/Raymond_Tohouenou_570037_MA%20Research%20Report%20Final%20_Corrected%20%20Version%20June%2025%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y. [12 de junho de 2017]

Vicente, A.L. & Pimenta, M. (Coord.). (2008), *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

<http://www.flad.pt/wp-content/uploads/2014/05/livro14.pdf> [09 de maio de 2017]

Von Humboldt, Alexander. *On Language: On the Diversity of Human Language Construction and its Influence on the Mental Development of the Human Species* (tradução inglesa de Michael Heath a partir do alemão).

<https://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/vhumboldt-wilhelm.htm>.

[20 de abril de 2017]

Tratados e Documentação de Organizações Internacionais - com Português

ACP, Georgetown Agreement, 1975.

http://www.wipo.int/wipolex/en/other_treaties/text.jsp?file_id=201070

[08 de agosto de 2017]

Georgetown Agreement, Versão revista, 1992 (introduz português).

http://www.wipo.int/wipolex/en/other_treaties/text.jsp?file_id=201069

[08 de agosto de 2017]

Georgetown Agreement, Versão revista, 2003 (introduz espanhol).

http://www.wipo.int/wipolex/en/other_treaties/text.jsp?file_id=173331

[08 de agosto de 2017]

ALADI, Tratado de Montevideo, 1980.

<http://www.aladi.org/nsfaladi/juridica.nsf/vtratadoweb/tm80> [07 de agosto de 2017]

BAfD, Agreement Establishing the African Development Bank, Edição de 2011.

<http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Legal-Documents/Agreement%20Establishing%20the%20ADB%20final%202011.pdf>

[07 de agosto de 2017]

BID, Acordo de criação do BID, 1959.

http://www.oas.org/dil/treaties_C-15_Agreement_Establishing_the_Inter-American_Development_Bank.htm [09 de agosto de 2017]

CEDEAO, Tratado revisto de Cotonou, 1993.

http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/treaties/en/ecowas/trt_ecowas.pdf

[07 de agosto de 2017]

CEEAC/ECCAS, Tratado de criação, 1983.

http://www.wipo.int/wipolex/en/other_treaties/text.jsp?file_id=201551

[09 de agosto de 2017]

CELAC, Declaração de Caracas (disponível em Português), 2010.

<http://cebes.org.br/publicacao/i-cupula-da-comunidade-dos-estados-latinoamericanos-e-caribenhos-celac-caracas-2-e-3-de-dezembro-de-2011-documentos-aprovados/>

[12 de agosto de 2017]

CEN-SAD (Sem informação sobre português).

<http://www.censad.org/index.php/la-cen-sad/secretaire-general.html>

[10 de agosto de 2017]

CPLP, Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007).

http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf [07 de agosto de 2017]

FIVB, versão atualizada da constituição, 2014.

http://www.fivb.org/EN/FIVB/Document/Legal/FIVB_Constitution_2014_en_20141031.pdf [12 de agosto de 2017]

Sobre a Organização:

<http://www.fivb.com/> [29 de maio de 2017]

http://www.fivb.org/EN/FIVB/FIVB_Structure.asp [29 de maio de 2017]

MERCOSUL, Tratado de Assunção, 1991.

http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_d_e_Assuncao..pdf [07 de agosto de 2017]

OEA, Tratado de 1948 com revisões.

http://www.oas.org/dil/treaties_A-41_Charter_of_the_Organization_of_American_States.htm

[11 de agosto de 2017]

OEI, Estatutos da Organização dos Estados Ibero-Americanos

<http://www.oei.org.br/index.php?secao=29> [07 de agosto de 2017]

OMPI, Tratado da OMPI, 1996.

http://www.wipo.int/treaties/en/text.jsp?file_id=295166#P136_19843

[13 de agosto de 2017]

Adendas e reuniões da OMPI.

http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=35202 [13 de agosto de 2017]

https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.wipo.int%2Fdocs%2Fmdocs%2Fgovbody%2Fen%2Fa_48%2Fa_48_11.doc [13 de agosto de 2017]

OTCA (sem informação sobre português).

<http://otca.info/portal/> [11 de agosto de 2017]

SADC, Tratado da SADC, 1992.

http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/treaties/en/sadc/trt_sadc.pdf [08 de agosto de 2017]

SELA, Convénio Constitutivo, 1975.

http://www.wipo.int/wipolex/es/other_treaties/text.jsp?file_id=234502

[11 de agosto de 2017]

UA - União Africana, Tratado da UA, 2000.

http://www.wipo.int/wipolex/en/other_treaties/text.jsp?file_id=201228

[12 de agosto de 2017]

UE, Tratado de Constituição da CEE, versão de 1967.

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:11957E/TXT&from=PT>

[13 de agosto de 2017]

Tratado da União Europeia, versão consolidada, 2010.

http://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/c_32620121026pt.pdf [13 de agosto de 2017]

Estatuto do irlandês:

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32015R2264>

[31 de maio de 2017]

UNASUL, Tratado Constitutivo da UNASUL, 2008.

http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/TRAT_CONST_POR_T.pdf [12 de agosto de 2017]

ZPCAS, criada por resolução da ONU (sem informação sobre o português).

<http://www.un.org/documents/ga/res/51/ares51-19.htm> [12 de agosto de 2017]

Tratados de outras organizações internacionais (sem português)

CICV, estatutos, versão revista, 2006.

<https://www.icrc.org/eng/assets/files/other/statutes-en-a5.pdf> [17 de agosto de 2017]

FIFA, Estatutos, versão de 2010.

http://www.fifa.com/mm/document/affederation/generic/01/29/85/71/fifastatuten2010_e.pdf [12 de agosto de 2017]

Línguas oficiais:

http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/generic/02/78/29/07/fifastatutsweben_neutral.pdf. [12 de agosto de 2017]

UEMOA, tratado revisto, 2003.

http://www.uemoa.int/fr/system/files/fichier_article/traitrevisuemoa.pdf
[17 de agosto de 2017]

Sites de organizações e fontes de dados sobre organizações internacionais

ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

<http://www.asean.org/> [01 de setembro de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.asean.org> [02 de setembro de 2017]

BAfD/AfDB (Banco Africano de Desenvolvimento)

Indicadores de funcionamento do BAfD:

<https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Budget-Documents/The%202014-2016%20Programme%20and%20Budget.pdf>

[17 de junho de 2017]

BID/IDB (Banco Interamericano de Desenvolvimento)

Estrutura da organização:

<http://www.isdb-pilot.org/wp-content/uploads/2016/08/Organisational-Chart.pdf>

[20 de junho de 2017]

CEDEAO/ECOWAS (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)

<http://www.ecowas.int/?lang=pt-pt> [18 de junho de 2017]

CICV/ICRC (Comité Internacional da Cruz Vermelha).

<https://www.icrc.org/pt/homepage> [01 de setembro de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.icrc.org> [02 de setembro de 2017]

COI/IOC (Comité Olímpico Internacional).

<http://www.olympic.org/ioc> [01 de setembro de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.olympic.org> [02 de setembro de 2017]

COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral)

Dados sobre estados-membros:

<http://www.comesa.int/comesa-members-states/> [25 de maio de 2017]

FMI/IMF (Fundo Monetário Internacional)

<http://www.imf.org/external/index.htm> [01 de setembro de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.imf.org> [02 de setembro de 2017]

MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)

Dados sobre o Parlasul:

https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/2016/mapa_interactivo/mapa.jsp?site=2&channel=parlasur&contentid=13231 [02 de setembro de 2017]

OCDE/OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Europeu)

<http://www.oecd.org/> [01 de setembro de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.oecd.org> [02 de setembro de 2017]

OMC/WTO (Organização Mundial de Comércio)

<https://www.wto.org/> [01 de setembro de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.wto.org> [02 de setembro de 2017]

OMS/WHO (Organização Mundial de Saúde)

<http://www.who.int/en/> [01 de setembro de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.who.int> [02 de setembro de 2017]

ONU/UN (Organização das Nações Unidas)

<http://www.un.org/en/index.html> [25 de maio de 2017]

Dados sobre agências da ONU:

<http://www.un.org/en/sections/about-un/funds-programmes-specialized-agencies-and-others/> [25 de maio de 2017]

Dados sobre as línguas oficiais da ONU:

<http://www.un.org/en/sections/about-un/official-languages/> [25 de maio de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.un.org> [02 de setembro de 2017]

OTAN/NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

<http://www.nato.int/> [02 de setembro de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.nato.int> [02 de setembro de 2017]

SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)

Informação sobre a estrutura da organização:

http://www.sadc.int/files/2113/6792/0281/sadc_organogram_FINAL.pdf

[16 de junho de 2017]

UA/AU (União Africana)

Dados sobre o Parlamento Pan-Africano e a Comissão da União Africana:

<https://au.int/en/organs/pap> [09 de junho de 2017]

<https://au.int/en/organs/commission> [09 de junho de 2017]

<https://au.int/sites/default/files/pages/31829-file-african-union-handbook-2017-edited.pdf>

[16 de junho de 2017]

UE/EU (União Europeia)

Dados sobre funcionários dos organismos da UE:

<https://theconversation.com/how-many-people-work-for-the-eu-59702>

[01 de junho de 2017]

http://ec.europa.eu/budget/annual/index_en.cfm?year=2016 [01 de junho de 2017]

Sobre o Parlamento Europeu:

http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf. [30 de maio de 2017]

<http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/en/seats-group-member-2014.html>.

[30 de maio de 2017]

Dados sobre tradução e interpretação:

http://ec.europa.eu/dgs/translation/whoweare/translation_figures_en.pdf

[17 de junho de 2017]

<http://www.iti.org.uk/attachments/article/771/Careers%20in%20translation%20and%20interpreting%20at%20the%20EU.pdf> [03 de junho de 2017]

<https://termcoord.wordpress.com/2012/02/06/the-translation-in-the-european-institutions-in-some-figures/> [01 de junho de 2017]

http://ec.europa.eu/dgs/scic/docs/about_dg_int/statistics-brochure.pdf

[02 de junho de 2017]

http://ec.europa.eu/dgs/translation/whoweare/translation_figures_en.pdf

[19 de junho de 2015, atualmente não disponível]

Informação sobre projetos de formação de tradutores em África:

http://ec.europa.eu/dgs/scic/international-cooperation/interpreting-for-africa/index_en.htm.

[08 de junho de 2017]

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura)

<http://en.unesco.org/> [02 de setembro de 2017]

<http://portal.unesco.org/en/ev.php->

[URL_ID=48895&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=48895&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

[22 de maio de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.unesco.org> [02 de setembro de 2017]

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

<http://www.unicef.org/> [02 de setembro de 2017]

Página da UNICEF em Portugal (distinto do *site* oficial)

<http://www.unicef.pt/> [02 de setembro de 2017]

Dados sobre tráfego do *site* da organização:

<http://www.trafficestimate.com/www.unicef.org> [02 de setembro de 2017]

União Latina (cessação de atividades)

<http://www.unilat.org/SG/2309> [15 de maio de 2017]

World Bank/Banco Mundial

Dados sobre o Brasil:

<http://data.worldbank.org/indicator/SE.ADT.LITR.ZS?locations=BR> [24 de maio de 2017]

World Development Indicators:

<http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>

[03 de setembro de 2017]

Artigos e Relatórios Consultados na Internet

AAVV, "State of the News Media 2016". Pew Research Center.

<http://assets.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/13/2016/06/30143308/state-of-the-news-media-report-2016-final.pdf> [10 de maio de 2017]

Ann Cahill/The Irish Examiner, "Gaeilge to become a full working language of the European Union" (09 de março de 2016)

<http://www.irishexaminer.com/ireland/gaeilge-to-become-a-full-working-language-of-the-european-union-386308.html> [31 de maio de 2017]

Anna Codrea-Rado/The Guardian, "European parliament has 24 official languages, but MEPs prefer English" (21 de maio de 2014)

<https://www.theguardian.com/education/datablog/2014/may/21/european-parliament-english-language-official-debates-data> [31 de maio de 2017]

Agência Lusa, "Português passa a ser ensino como língua estrangeira em Cabo Verde"

<https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/portugues-passa-ser-ensino-como-lingua-estrangeira-em-cabo-v-5550> [26 de maio de 2017]

Agência Lusa, "Timor-Leste deve trabalhar com CPLP para maior implementação do português - Ramos-Horta" (15 de maio de 2017)

<http://www.dn.pt/lusa/interior/timor-leste-deve-trabalhar-com-cplp-para-maior-implementacao-do-portugues---ramos-horta-8476496.html> [26 de maio de 2017]

João Relvas/Agência Lusa, "Guiné-Bissau: PM defende português como língua de trabalho na UEMOA" (07 de fevereiro de 2012)

<https://observalinguaportuguesa.org/pm-da-guine-bissau-quer-uemoa-a-falar-portugues/>
[15 de maio de 2017]

Kouamé L.-Ph. Arnaud Kouakou, Bref 24, " La Cen-Sad reafirme son ambition de la creation d'un centre de lutte antiterroriste" (05 de maio de 2017)

<http://bref24.com/la-cen-sad-reafirme-son-ambition-de-la-creation-dun-centre-de-lutte-antiterroriste/> [25 de maio de 2017]

Lina Santos/Agência Lusa, "Países Lusófonos querem português como língua Oficial da ONU" (28 de outubro de 2013)

<http://www.dn.pt/portugal/interior/paises-lusofonos-querem-portugues-como-lingua-da-onu-3501054.html>. [11 de maio de 2017]

Lucas Nascimento da Silva/Revista Offline "A despedida do trema" (outubro de 2010)

<https://oblogk.wordpress.com/2010/05/05/a-despedida-do-trema/> [30 de agosto de 2017]

Sam Morgan/Euractiv, "Irish to be given full official EU language status" (10 de dezembro de 2015)

<https://www.euractiv.com/section/languages-culture/news/irish-to-be-given-full-official-eu-language-status/> [31 de maio de 2017]

Reformas e Acordos Ortográficos

Formulário Ortográfico de 1911

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1911>

[07 de agosto de 2017]

Acordo Ortográfico de 1945

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1945>

[07 de agosto de 2017]

Acordo Ortográfico de 1990

<https://www.priberam.pt/docs/AcOrtog90.pdf>

[07 de agosto de 2017]

Outras Páginas Consultadas

Ethnologue - dados sobre as línguas mais faladas do mundo

<https://www.ethnologue.com/statistics/size> [24 de maio de 2017]

Informação sobre Censos de Macau

<http://www.dsec.gov.mo/Intercensos2016/home.aspx/default.aspx?lang=en-US>

[24 de maio de 2017]

Observatório da Língua Portuguesa

<https://observalinguaportuguesa.org/>

- Dados sobre falantes de português no mundo:

<https://observalinguaportuguesa.org/falantes-de-portugues-2> [24 de maio de 2017]

- Situação do português na Guiné-Equatorial:

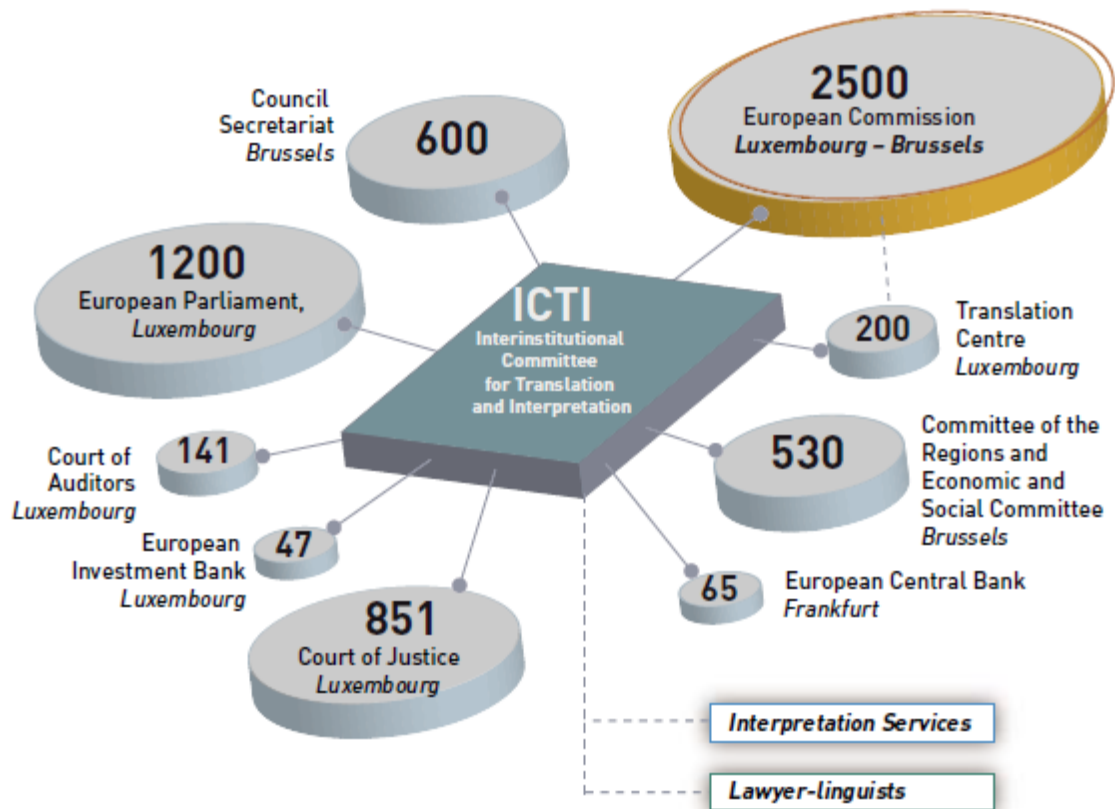
<https://observalinguaportuguesa.org/lingua-portuguesa-reduzida-a-pequenos-nucleos-na-guine-equatorial/> [24 de maio de 2017]

ANEXOS

ANEXO I
MAPA DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DA UE NA ÁREA DA
TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO (2009)

ANEXO I

Mapa de Cooperação Interinstitucional da UE na Área da Tradução e Interpretação (2009)



Fonte: *Translation at the European Commission - a history*

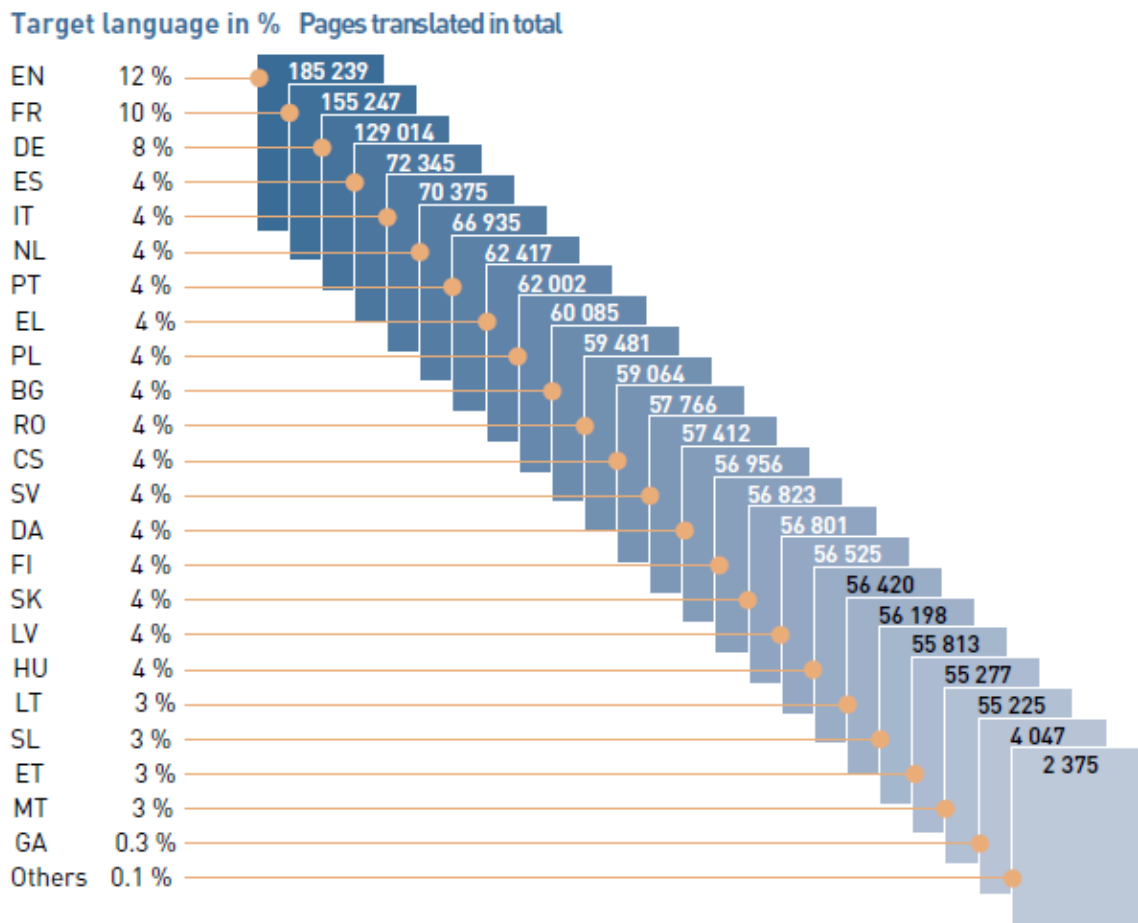
Disponível em <https://termcoord.files.wordpress.com/2013/05/here1.pdf>

[02 de junho de 2017]

ANEXO II
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE TRADUÇÃO DA DGT POR LÍNGUA-ALVO
(2009 - 2015)

ANEXO II
Evolução do Volume de Tradução da DGT por Língua-Alvo
(2009 - 2015)

A. Volume de Tradução da DGT por Língua-Alvo, 2009

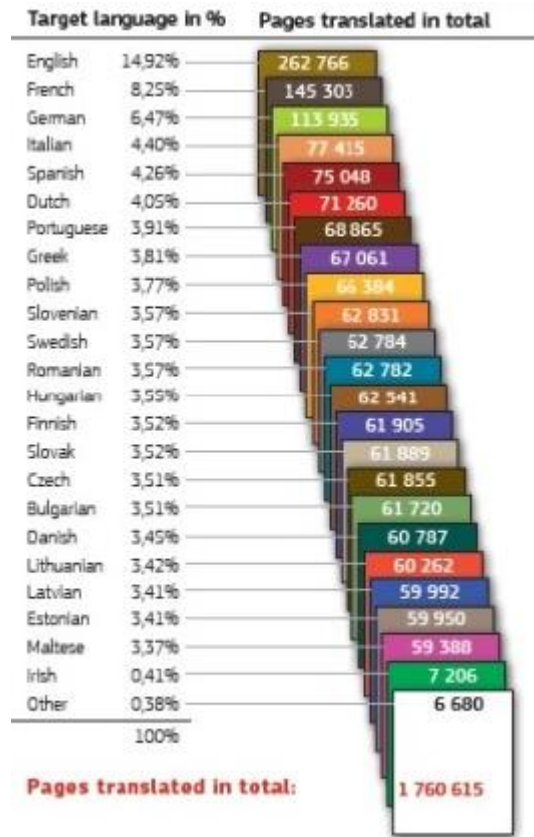


Fonte: Translation at the European Commission - a history

Disponível em <https://termcoord.files.wordpress.com/2013/05/here1.pdf>

[02 de junho de 2017]

B. Volume de Tradução da DGT por Língua-Alvo, 2012



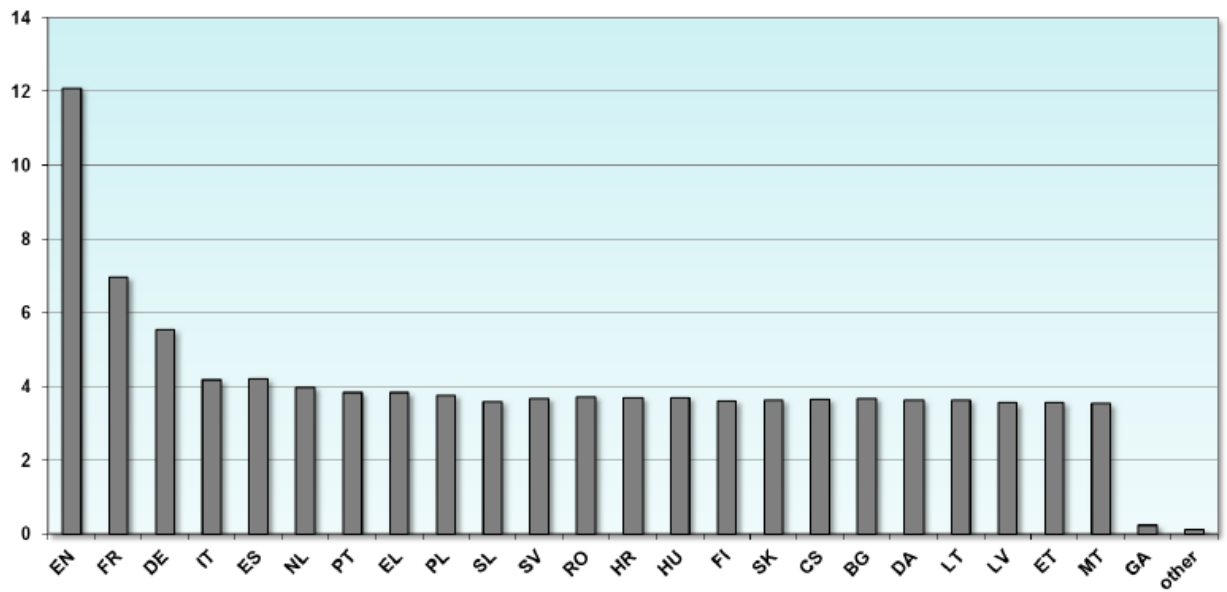
Fonte: *Translation in the European Union - Facts and Figures*

Artigo disponível em <http://one-europe.net/translation-in-the-european-union-facts-and-figures>

[02 de junho de 2017]

C. Volume de Tradução da DGT por Língua-Alvo, 2015

Number of translated pages 2015 by target language (%)



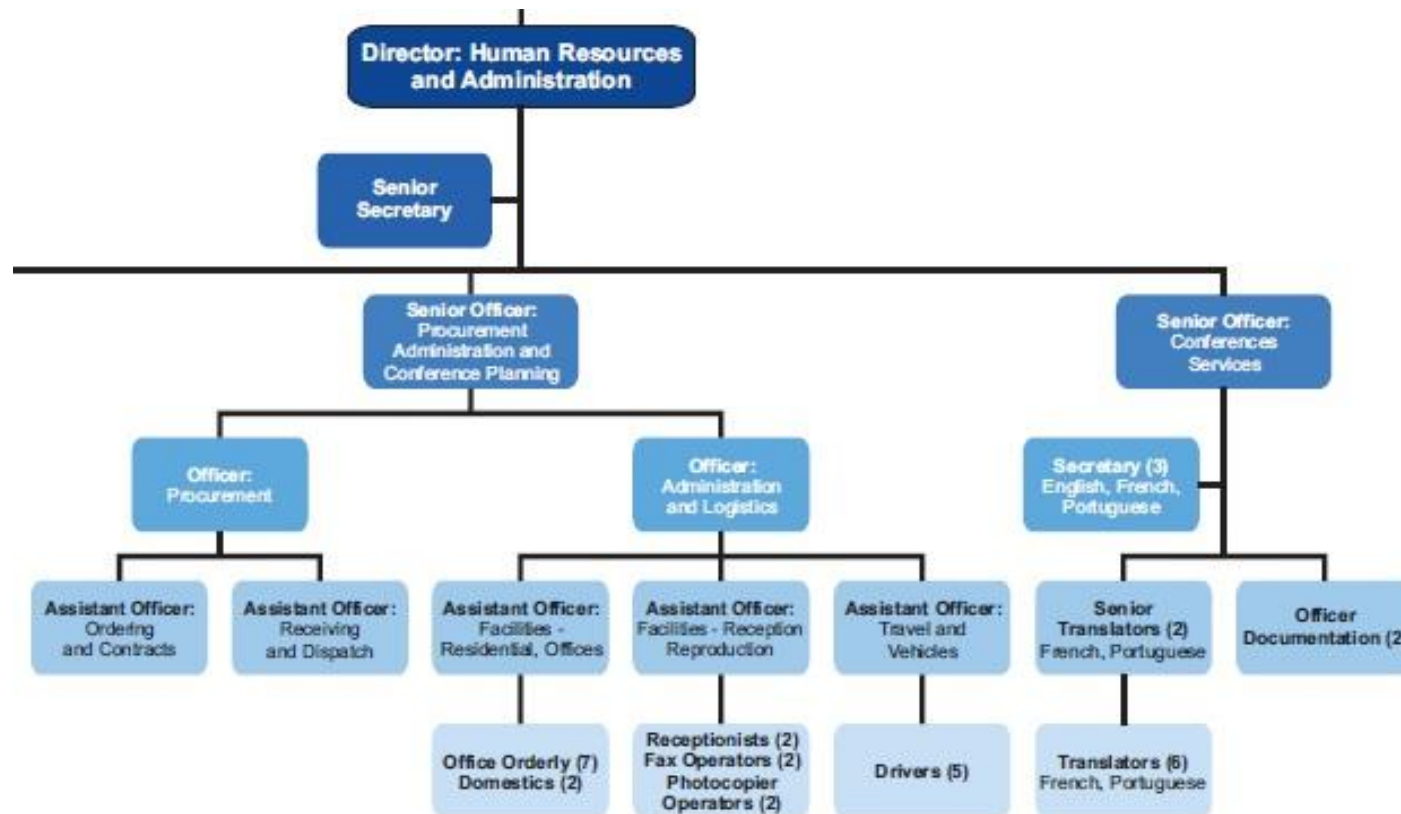
Fonte: Apresentação preparada para a DGT/Comissão Europeia, disponível em

<http://www.iti.org.uk/attachments/article/771/Careers%20in%20translation%20and%20interpreting%20at%20the%20EU.pdf>

[03 de junho de 2017]

ANEXO III
ORGANIGRAMA DA SADC

B. Direção de Recursos Humanos e Administração SADC

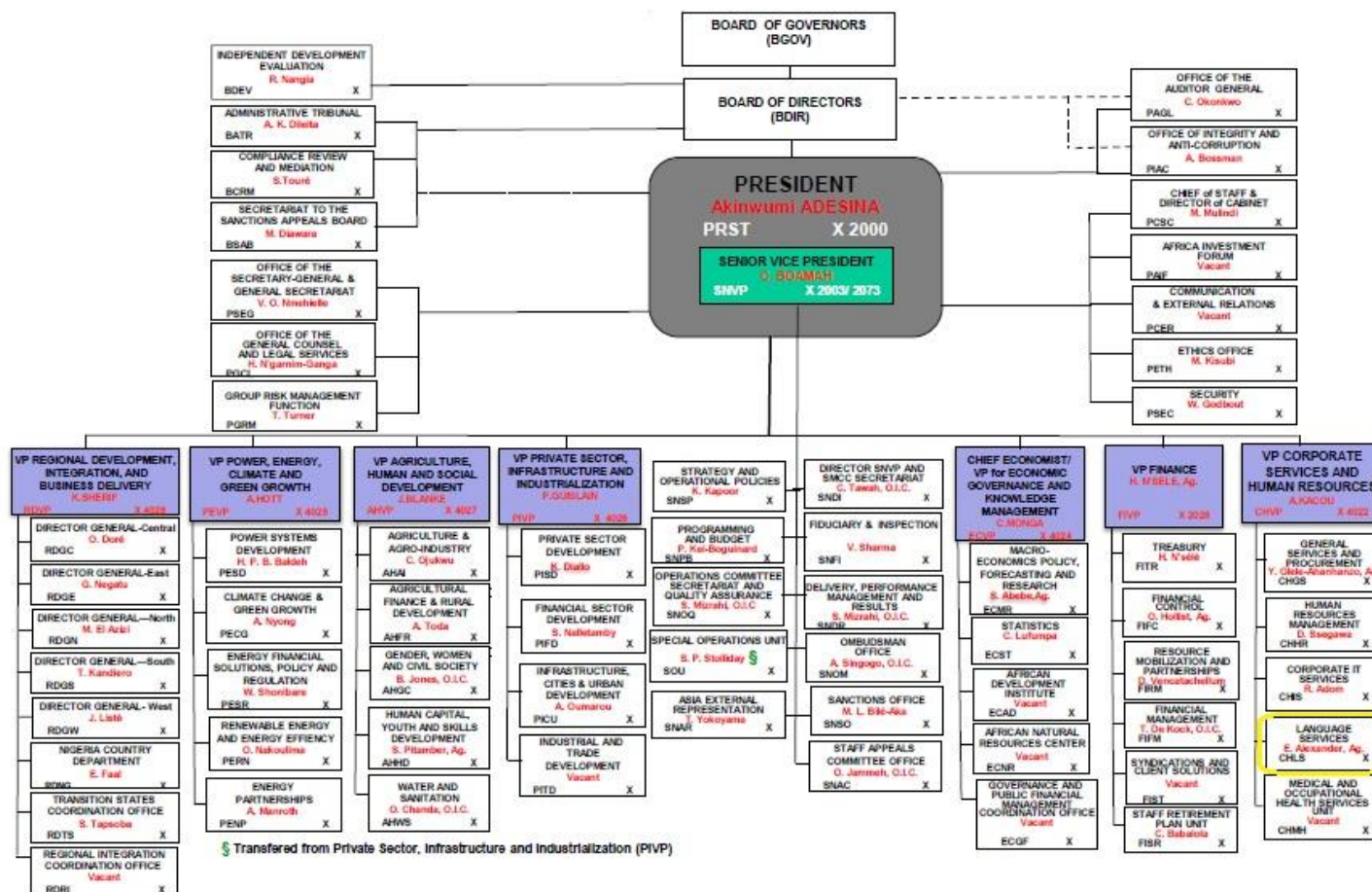


Fonte: http://www.sadc.int/files/2113/6792/0281/sadc_organogram_FINAL.pdf (Seleção nossa) [16 de junho de 2017]

ANEXO IV
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO BAfD

ANEXO IV

Estrutura Administrativa do BafD



Fonte: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/AFDB_ORGANIZATION_CHART_2_MAY_2017.pdf

(Destaque nosso - Serviços Linguísticos) [17 de junho de 2017]

ANEXO V
INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO DO BafD (2014-2016)

ANEXO V

Indicadores-chave de Desempenho do BAfD (2014-2016)

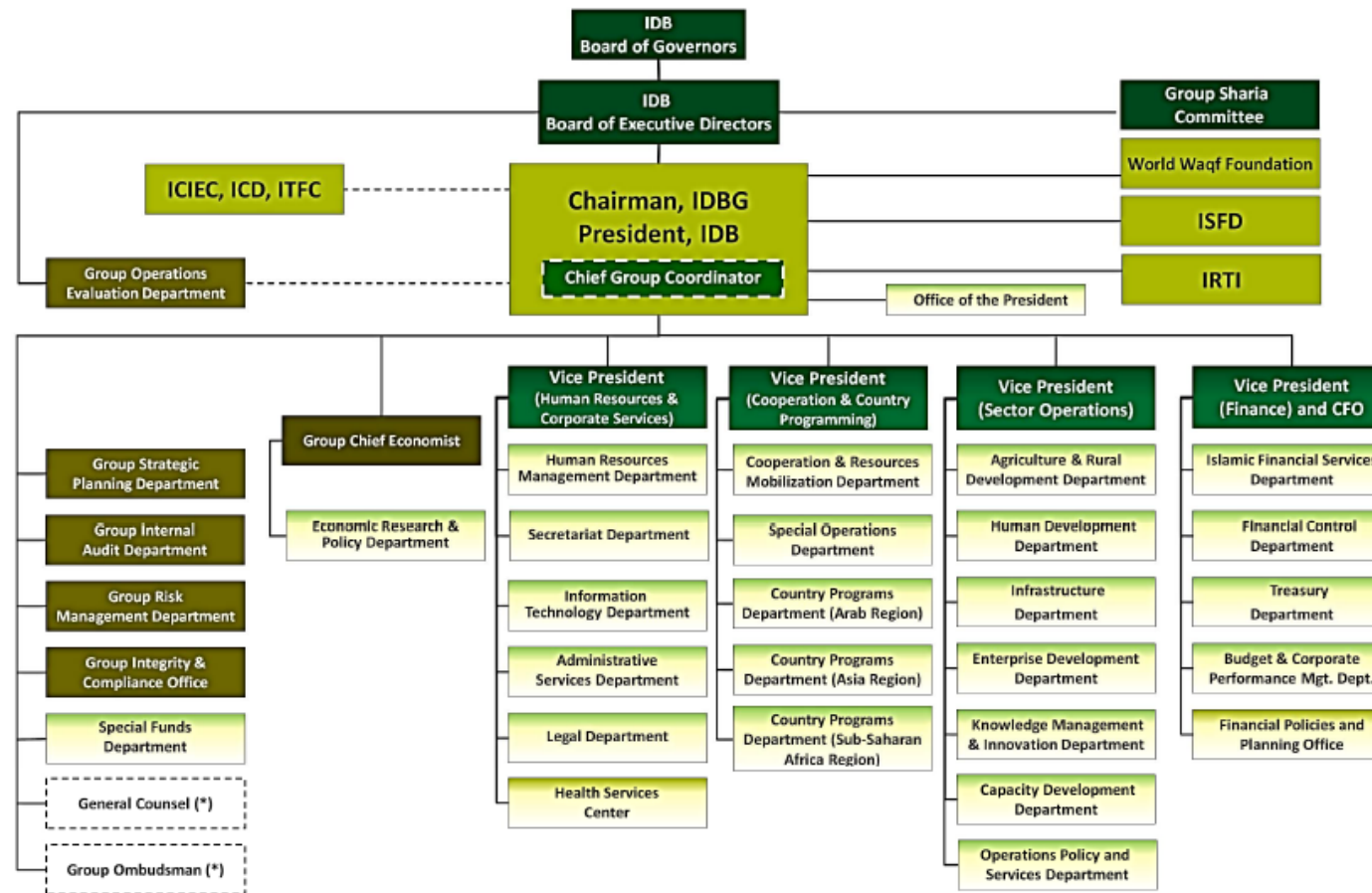
Indicator	Department	Unit	Target	Implem Rate	Outcome to measure	Source	Remark / Comment
Timely disclosure of information on the website	SEGL	Days	2 days		Greater transparency and accountability through effective disclosure and access to information : 1) Timely and full disclosure of information on the Website and other means – 2) Greater and easy access to Bank's information through easy and transparent access	Both internal and external sources as applicable: 1) Quarterly/Annual implementation reports of the DAI policy; 2) Regular ERCU reporting statistics 3) Feedbacks from stakeholders	SEGL and ERCU will be co-responsible for these indicators
Timely Submission of Board Reports	SGBA	Days	10 days		Enhance Board effectiveness through: 1) Timely submission of Board and Committee meetings reports 2) Facilitate Board's feedbacks on meeting reports	E-Board and DARMS	Strengthen support for Board and Board Committees
Quality of Protocol services	SGPC	%	90		Smooth and effective protocol services to staff 1) Quality services 2) Satisfactory services	e-protocol portals and surveys	Subjected to CIMM delivering the IT tool
Quality and timeline Translation	SGLS	Nb of words Days	4000 words 6 Days		Streamlined translation services 1) Average Daily Revision Output per Reviser 2) Average Translation Turnaround Time	Departmental Activity Reports	

Fonte: Programa e Orçamento do BAfD para 2014-2016, disponível em <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Budget-Documents/The%202014-2016%20Programme%20and%20Budget.pdf> (Destaque nosso - Serviços Linguísticos) [17 de junho de 2017]

ANEXO VI
ORGANIGRAMA DO BID

ANEXO VI

Organograma do BID



(*) Senior positions reporting to the President

Fonte: <http://www.isdb-pilot.org/wp-content/uploads/2016/08/Organisational-Chart.pdf> [20 de junho de 2017]

ANEXO VII
A QUEDA DO TREMA NO BRASIL

ANEXO VII

A queda do trema no Brasil

Despedida do Trema

Estou indo embora. Não há mais lugar pra mim.

Eu sou o trema.

Você pode nunca ter reparado em mim, mas eu estava sempre ali, na Anhangüera, nos aquíferos, nas lingüiças e seus trocadilhos por mais de quatrocentos e cinquenta anos. Mas os tempos mudaram. Inventaram uma tal de reforma ortográfica e eu simplesmente tô fora. Fui expulso pra sempre do dicionário. Seus ingratos!

Isso é uma delinquência de lingüistas grandiloqüentes!

O resto dos pontos e o alfabeto não me deram o menor apoio... A letra U se disse aliviada porque vou finalmente sair de cima dela. O dois-pontos disse que eu sou um preguiçoso que trabalha deitado enquanto ele fica em pé. Até o Cedilha foi a favor da minha expulsão, aquele C cagão que fica se passando por S e nunca tem coragem de iniciar uma palavra. E também aquele obeso do O e o anorético do I. Desesperado, tentei chamar o ponto final pra trabalharmos juntos, fazendo um bico de reticências, mas ele negou, sempre encerrando logo todas as discussões. Será que se deixar um topete moicano posso me passar por aspas?

A verdade é que estou fora de moda. Quem está na moda são os estrangeiros, é o K, o W. "Kkk" pra cá, "www" pra lá. Até o jogo da velha, que ninguém nunca ligou, virou celebridade nesse tal de Twitter, que, aliás, deveria se chamar TÛITER.

Chega de argüição, mas estejam certos, seus moderninhos: haverá conseqüências! Chega de piadinhas dizendo que estou "tremendo" de medo.

Tudo bem, vou-me embora da língua portuguesa. Foi bom enquanto durou. Vou para o alemão, lá eles adoram os tremas.

E um dia vocês sentirão saudades. E não vão agüentar.

Nos vemos nos livros antigos. Saio da língua para entrar na história.

Adeus,

Trema.

Fonte: Texto originalmente publicado na revista universitária *Offline*, n.º16 e disponibilizado pelo autor em <https://oblogk.wordpress.com/2010/05/05/a-despedida-do-trema/>

[30 de agosto de 2017]

